DOS RANCHOS DE GENTE ÀS MÁQUINAS DE MIL BRAÇOS

Cultivar memórias, semear e aprender

DOS RANCHOS DE GENTE ÀS MÁQUINAS DE MIL BRAÇOS

Cultivar memórias, semear e aprender

Catálogo da exposição
de longa duração

Índice

Mensagem de abertura

Na génese do *Núcleo Rural de Coruche — Centro de artes, ofícios e saberes tradicionais* assumimos e reconhecemos, com gratidão e orgulho, a ancestralidade de um património identitário coletivo, de raízes milenares profundas, assente numa economia agrária, ligada ao ciclo da natureza, ao trabalho da terra e à criação do gado.

A abertura deste novo espaço museológico traz consigo memórias de um território e das suas gentes, marcadamente presentes nos testemunhos materiais que apresenta. Objetos vários, instrumentos e máquinas que nos recordam e transportam para a imaterialidade das vivências rurais de um calendário cíclico/agrícola, inscrito num tempo longo, onde durante largas décadas a história se fez de rotinas e práticas de entreajuda, familiar e comunitária. Onde os momentos de Festa, intrinsecamente ligados ao culto religioso e a manifestações profanas, sempre souberam revigorar do desgaste e do cansaço, propiciando energias retemperadoras para mais uma época que se avizinhava de trabalho no campo. Onde a evolução tecnológica aplicada à mecanização agrícola se iniciou na segunda metade do século XIX, ainda que a um ritmo lento, vindo gradualmente a substituir o trabalho braçal e consequentemente a introduzir transformações estruturais ao longo de todo o século XX.

Temos por certo que os valores da partilha e a missão de salvaguardar e valorizar este tão vasto e rico património, que antecede e acompanha o dealbar da industrialização do município de Coruche, legando-o às gerações presentes e futuras, é um dever que a todos cumpre e dignifica. Um contributo enriquecedor e valioso, ainda que singelo e humilde, onde nos podemos rever e encontrar, perscrutando os caminhos do futuro.

Este catálogo e esta exposição são, pois, o testemunho de uma instituição museológica viva e dinâmica, que promove, potencia e dinamiza atividades culturais e educativas, não deixando cair no esquecimento as nossas memórias e práticas associadas às artes, aos ofícios e aos saberes tradicionais.

É agora tempo de festejar, colher e honrar o fruto do trabalho árduo de gerações e gerações…

Dos ranchos de gente às máquinas de mil braços.

Um bem-haja a todos os coruchenses, aos colaboradores e investigadores que tornaram real este projeto.

O Presidente da Câmara Municipal de Coruche
Francisco Silvestre de Oliveira

Vista aérea de Coruche. 1932
[MMC/CMC]

design: Helena Claro

O logótipo retrata uma das peças emblemáticas deste núcleo, com uma ligação forte ao trabalho agrícola no nosso concelho: o trator Hart Parr, fabricado nos Estados Unidos, e que a partir das primeiras décadas do século XX já era usado na agricultura em Coruche.

O conjunto formado pelo *lettering* do nome, NÚCLEO RURAL – CORUCHE, e por outros elementos, compõe de forma estilizada a imagem do trator Hart Parr e remete-nos também para a imagem da locomóvel, outra das peças presentes no espaço expositivo e de grande importância no processo de mecanização da agricultura.

Núcleo Rural de Coruche
Centro de artes, ofícios e saberes tradicionais
Projeto de musealização do Património Rural

Aníbal Mendes[1]

> *(…) bem mais do que as peças, importa-nos as pessoas, a sua relação com o território, os seus hábitos quotidianos, os valores e os comportamentos sociais, enfim os traços culturais que convergem para a construção da sua identidade enquanto comunidade.*

A criação de um projeto museológico dedicado à cultura rural que caracteriza as comunidades do vasto território coruchense há muito que se impunha pela enorme importância que o património agrícola, as práticas ligadas à agricultura no vale do Sorraia e a exploração das charnecas representam na organização económico-social e na formação da matriz cultural das populações locais.

Nesta altura, a par do que acontece com os espólios associados aos ofícios tradicionais, muitas são as propriedades agrícolas que se estão a desfazer totalmente do património agrícola em desuso, nomeadamente a intermediários de velharias ou para desmantelar em ferros-velhos, pelo que, a não agir de imediato, perderemos o testemunho desse estádio tecnológico.

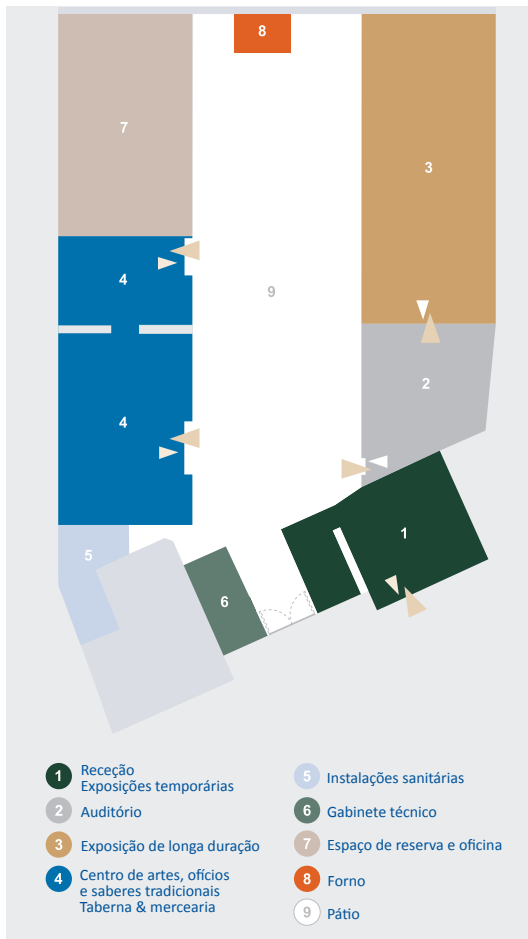
A evidente desarticulação da estrutura económico-social baseada na atividade agrícola tradicional e o consequente impacto na cultura local – que se transforma e adapta, adquirindo e perdendo muitos traços culturais – justificam inteiramente a pertinência de avançar com esta iniciativa de salvaguarda e valorização patrimonial, uma vez que a própria evolução cultural, pelo nível técnico-científico atual, atinge um ritmo sem precedentes e coloca os traços fundamentais da cultura tradicional em risco de desaparecerem e com eles a perda de toda a memória e identidade associadas. Na mesma linha, tendo em conta o envelhecimento populacional e brevemente o desaparecimento completo de gerações, urge registar igualmente as práticas e saberes intrínsecos da forma de vida relacionada com a cultura tradicional em eclipse.

Na lógica da abertura de novos espaços temáticos no âmbito da atividade do Museu Municipal, assume-se pois com naturalidade a criação de um núcleo museológico que venha não só a investigar e estudar, a conservar e valorizar as artes, os ofícios, os saberes tradicionais, as práticas e o vasto património agrícola existentes na área do município, mas

1 Técnico Superior do Museu Municipal de Coruche. Antropólogo.

que permita também a sua divulgação sistemática numa dupla perspetiva de educação e promoção do desenvolvimento local.

Este é pois um projeto integrado no contínuo processo de musealização do património cultural local, pelo que se trata, primeiro que tudo, de um projeto museológico; depois da e para a comunidade deste território, ou seja, socialmente orientado; e, por último, de desenvolvimento económico pelas potenciais sinergias das dinâmicas culturais, sociais e comerciais criadas.

1 Receção
Exposições temporárias
2 Auditório
3 Exposição de longa duração
4 Centro de artes, ofícios
e saberes tradicionais
Taberna & mercearia
5 Instalações sanitárias
6 Gabinete técnico
7 Espaço de reserva e oficina
8 Forno
9 Pátio

Planta do Núcleo Rural de Coruche

O local de instalação, o edifício do antigo quartel de bombeiros municipais de Coruche, beneficia de centralidade na malha urbana da vila e é claramente um espaço de referência na memória coletiva da comunidade.

O edificado mereceu diversas intervenções de conservação, melhoramento e adaptação de acordo com o programa museológico e em função do uso definido *a priori* para cada espaço.

As áreas disponíveis para este projeto foram ganhando sentido por força de duas linhas centrais: a musealização do património e a dinamização futura do núcleo museológico criado.

Por um lado, o património cultural – sempre entendido no sentido lato – só faz sentido se integrado no território e na comunidade a que pertence, pelo que os espaços expositivos estão definidos de acordo com esta ideia de base. O património material apresentado, mais do que a valia de cada peça *per si* enquanto objeto, vale pela ponte que permite fazer com as vivências e as práticas comunitárias que dão forma à identidade rural desta comunidade e ao modo como a mesma se foi adaptando e intervindo no território ao longo dos tempos. No fundo, bem mais do que as peças, importa-nos as pessoas, a sua relação com o território, os seus hábitos quotidianos, os valores e os comportamentos sociais, enfim os traços culturais que convergem para a construção da sua identidade enquanto comunidade.

Por outro lado, a definição estrutural do núcleo museológico teve desde o início em atenção a necessidade de assegurar a centralidade da comunidade local em todo o seu processo dinâmico futuro. Quisemos assumidamente garantir que primeiramente este espaço cultural seja interpretado como sendo da, com e para a comunidade coruchense. Só assim pensamos valer a pena a nossa intervenção. Daí que tenhamos idealizado vários espaços multifuncionais, com diferentes valências e conteúdos que permitam interações, vivências e experiências distintas e garantam assim uma estreita relação entre o museu municipal e a sua comunidade.

Consideramos pois que os conceitos de património e comunidade são fundamentais para este empreendimento. Assim, se para o termo comunidade entendemos regra geral o conjunto dos coruchenses residentes na área do município de Coruche, não deixamos de por vezes nos referir no plural a comunidades, admitindo dessa forma a existência de especificidades culturais diferenciadoras entre os diversos aglomerados populacionais locais em virtude da sua dispersão pela imensidão do território.

Já sobre a noção de património importará talvez observar dois aspetos. Desde logo, referir que temos presente a mudança de paradigma, validada pela Unesco no âmbito da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003), relativamente ao conceito de património, ao introduzir a noção de "património imaterial", mas entendemos não considerar esta distinção entre material e imaterial, considerando antes o conceito de forma ampla e inclusiva. Na verdade, pensamos que esta Convenção, como aliás todas as outras de caráter mundial, procura aplicar um conjunto de ideias e conceitos abstratos à escala universal. No entanto, há um problema de base que, desde logo, permite questionar a sua aplicabilidade: não parece possível efetuar a generalização de conceitos cuja definição está na realidade longe de ser pacífica e unânime entre os diferentes povos e civilizações. Termos como cultura, património, identidade, comunidade são extremamente difíceis de definir e remetem para uma enorme diversidade de leituras e construções teóricas, pelo que estamos perante um instrumento universal que impõe um conceito e uma visão de desenvolvimento cuja matriz não poderá nunca refletir-se de igual forma num mundo de desigualdades e contrastes.

Depois, observar também que não somos alheios à noção de *agencialidade* do património, referenciada por Paulo Raposo (2007) e descrita como uma seleção contínua por parte dos diferentes agentes (museus, autarquias, investigadores, entre outros) ao nível do património, ou seja, o entendimento claro de que há ações e intervenções diretas no património que determinam a sua valia a cada momento, a cada conjuntura. Não deixamos pois de admitir a presença constante de processos de seleção patrimonial no campo de ação dos museus, onde a memória e o esquecimento estão em interação permanente num jogo claramente determinado pelas diferentes ideologias, pelas relações de poder que contextualizam a ligação entre o passado e o presente ou, simplesmente, pelas diferentes áreas de formação académica dos agentes ou mesmo pelas escolhas determinadas pelas respetivas tutelas.

Conscientemente ou não, é neste cenário dinâmico e interativo que atuamos e, por fim, construímos um novo património: o património museológico!

Partindo destes pressupostos, fixemo-nos então na apresentação geral das funcionalidades e dos objetivos pensados para os diferentes espaços que integram o Núcleo Rural de Coruche.

Saída para a realização de exercícios de instrução no exterior do quartel. Coruche. 1938 [MMC/BMC]

A instalação da receção foi concebida na área mais nobre: o rés-de-chão do edifício de 1932, onde resiste ainda o chão original em mosaicos. Para além desta valência, este local acolherá simultaneamente as exposições temporárias, cujos equipamentos versáteis permitirão a sua contínua reutilização.

Como não poderia deixar de ser, pensamos nós, a exposição temporária inaugural "Um quartel de memórias" traz-nos as memórias do edifício e da corporação que lhe deu vida. Através dela descobrimos pequenos fragmentos da História local e parte das estórias partilhadas por gerações de bombeiros coruchenses ao longo de décadas de dedicação ao lema *"Vida por Vida"*. Foi sobretudo através do legado de Jorge de Alarcão Potier, 1.º Comandante da corporação entre 1955 e 1985, que quisemos trazer os factos e os momentos mais marcantes das primeiras décadas da História desta instituição, pois os seus registos cuidados e meticulosamente organizados constituem também eles documentos históricos que importa preservar, divulgar e tomar como exemplo face à necessidade de continuamente construirmos as memórias do futuro.

Neste espaço de exposições efémeras, aberto às mais variadas instituições e onde poderão ser apresentadas diferentes temáticas, assumimos o desejo de anualmente podermos apresentar uma exposição temporária sobre o cortejo etnográfico que tradicionalmente se realiza a 17 de agosto durante as Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo. Pensamos nós que esta seria mais uma forma de valorizar e dar consistência à investigação etnográfica e à recolha de património que ano após ano se faz por todo o concelho no âmbito desta atividade.

Junto à receção e a meio caminho da exposição de longa duração, encontramos um pequeno auditório. Pensado para apresentações a pequenos grupos de visitação e para acolher grupos escolares em contextos de visita ou mesmo de aula curricular. Um espaço igualmente destinado à realização de palestras, colóquios, debates, por exemplo, e dotado dos meios audiovisuais adequados à dinamização que se pretende efetuar.

Ao entrarmos na exposição de longa duração, *"*Dos ranchos de gente às máquinas de mil braços: cultivar memórias, semear e aprender*",* damos conta das profundas alterações ocorridas nas paisagens do vale do Sorraia e das mudanças económicas, sociais e culturais vivenciadas pelas comunidades coruchenses durante o longo processo de mecanização da agricultura no território.

A ruralidade local está também representada no *Centro de artes, ofícios e saberes tradicionais*, onde se partilha o *saber-fazer* associado aos ofícios tradicionais, às atividades artesanais e à sabedoria popular tradicional expressa em práticas e rituais na comunidade. Instalado

noutra ala, este espaço corresponde à interpretação dinâmica dos principais objetivos consagrados no projeto museológico do Núcleo Rural de Coruche. Um espaço de memória mas também de vivência, experimentação e transmissão dos conhecimentos relacionados com os ofícios e as práticas culturais em desuso, onde a investigação e o estudo, a valorização e a salvaguarda das profissões tradicionais, mas também da sabedoria popular tradicional expressa em práticas e rituais que nos conduzem aos campos da medicina popular, das superstições, das crenças e da fé, ganharão assim sentido através do forte envolvimento da comunidade local, cuja presença e participação ativa, mais uma vez realçamos, serão sempre desígnios primordiais neste processo dinâmico.

Oficina do Manuel Carrapo.
Coruche. 1942
[MMC/MC]

Faremos aqui a apresentação de ferramentas e peças associadas às profissões desaparecidas ou em desuso, numa abordagem *lato sensu* que privilegia nesta fase as profissões em si mesmas e todos os homens e mulheres que a elas se dedicaram em vida. Objetivamente, sabemos que posteriormente e dentro do possível será importante chegar às histórias de vida dos coruchenses que reconhecidamente deixaram nesta ou naquela atividade profissional a sua marca na comunidade.

Nesta fase inicial apresentam-se as profissões de carpinteiro (de carros), ferreiro, sapateiro, alfaiate e costureira, barbeiro e pescador de rio. Mais uma vez, os módulos expositivos foram concebidos de forma a permitir a sua reutilização e construção de diferentes cenários, ou seja, para que possamos igualmente reinventar ciclicamente este espaço.

Desfile da Sociedade de Instrução Coruchense
nas ruas de Coruche.
Finais do século XIX
[MMC]

Através da coletividade mais antiga do concelho, a Sociedade Instrução Coruchense, enquadramos também simbolicamente nesta área expositiva o vasto movimento associativo da comunidade. Esta Sociedade foi formalmente criada a 9 de abril de 1896, pelo que acabaria por acompanhar todo o longo processo de mudança ocorrido durante o século XX e, por se tratar de uma banda de música, participou ativamente em inúmeras atividades locais de forma regular e por todo o território. A sua presença marcou claramente os momentos solenes e as comemorações realizadas nos diferentes cenários políticos vividos, bem como as Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo e as festas populares e religiosas das comunidades locais, as corridas de toiros, os eventos desportivos, e outros, justificando por isso o destaque que lhe atribuímos neste projeto museológico.

O nosso desafio aqui é simples e objetivo. Queremos que as associações culturais locais colaborem na programação e dinamização das atividades que de forma sistemática serão promovidas neste núcleo museológico. Deste modo, introduzimos o conceito de

gestão partilhada através da celebração de um Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal/Museu Municipal e diversas associações culturais locais, nomeadamente as que desenvolvem atividades no âmbito da etnografia e do folclore. Será, pois, através da *associação da semana* que pretendemos garantir a participação e a presença assídua da comunidade ou, melhor dizendo, das diferentes comunidades do nosso território.

Também a pensar nesse envolvimento, criámos o espaço de taberna e mercearia onde, por oposição aos manequins inertes e mudos, contamos com a presença humana para apresentar periodicamente os trajes tradicionais e assegurar a recriação dos ambientes vividos nas tabernas e mercearias rurais dos finais do século passado.

Nas pequenas comunidades rurais as tabernas e as mercearias constituíam lugares de extrema importância económica e social. Geridas normalmente por uma família, um casal e seus filhos, funcionavam por norma sob o mesmo teto e com ligações interiores, mas em espaços públicos totalmente independentes e para clientelas de natureza distinta.

A taberna como espaço exclusivo dos homens e a mercearia enquanto espaço social da mulher espelham claramente a rígida diferenciação de géneros culturalmente tipificada no seio da sociedade rural. Por estar associada ao ócio e ao lazer, na taberna não eram bem vistos os *fiados,* condescendidos na mercearia, onde o fornecimento adiantado dos bens essenciais ao dia a dia das famílias era comum e socialmente aceite tendo em conta os laços de confiança que as relações de vizinhança e proximidade permitiam construir.

As vivências de outrora, como por exemplo fazer o *avio p'rá semana* na mercearia ou dançar um *fandango ao desafio* entre dois copinhos de vinho, passar uma tarde de sol a *jogar à malha* ou um serão de inverno a *bater uma sueca* na taberna, serão experiências que aqui poderão ser partilhadas.

Pastelaria de José Cruz.
Rua Gago Coutinho, Coruche. 1957
[MMC]

A fazer a ponte entre a área das profissões e a atividade comercial, apresenta-se ainda neste espaço a profissão de aferidor, pelo que alternadamente estarão patentes ao público balanças, pesos, medidas de capacidade de secos e líquidos e instrumentos de diferentes formas e utilizações a que o tempo trouxe o desuso em função da evolução tecnológica aplicada às atividades metrológicas.

Um outro olhar permite-nos identificar a existência de um comércio mais urbano, característico de Coruche e do Couço, mas também noutros lugares de relativa concentração habitacional, onde os estabelecimentos comerciais existentes se caracterizavam por oferecer uma grande variedade de produtos ainda que de algum modo pudessem estar mais identificados com esta ou aquela área de comércio. As praças e as ruas centrais concentravam a maioria das lojas e armazéns, sendo comum fazer do espaço público exterior mais uma montra para os respetivos produtos.

No espaço de memória identificado como *Comércio/Lojistas* irão pois sendo apresentados objetos em desuso associados às diferentes atividades do comércio local, aprofundando-se dessa forma em cada momento aspetos específicos do contexto de relações económicas e sociais vivenciadas ao longo do século passado.

Este núcleo museológico dispõe ainda de áreas de reserva e uma zona de oficina para pequenas intervenções de conservação e restauro em peças, sempre numa perspetiva de possível envolvimento da comunidade, nomeadamente de pessoas detentoras do *saber-fazer* e das escolas locais.

Entre as duas grandes alas, um pátio. Amplo, com acesso a viaturas e apenas uma pequena construção no extremo oposto: um forno de lenha. De novo, a sua instalação vem no sentido de procurar criar condições para a dinamização de atividades lúdico-pedagógicas, que garantam a transmissão de conhecimentos através da experimentação.

Fazer pão no forno de lenha; recordar jogos tradicionais, como a malha por exemplo; participar em *matanças de porco* ou na recriação dos trabalhos nas eiras; descobrir a *tirada de cortiça à falca,* aprender danças e cantares tradicionais ou, apontando ao futuro, conhecer as mais recentes inovações tecnológicas nos setores agrícola e florestal são meras referências de possíveis experiências a desenvolver em segurança no pátio. Este é claramente um espaço fundamental para a concretização dos objetivos e das dinâmicas que pretendemos alcançar no futuro, nomeadamente no que diz respeito à valorização do artesanato local, à dinamização de *ateliers* temáticos e, de um modo geral, à transmissão do *saber-fazer* associado à vivência rural.

Como temos vindo a referir, apostamos grandemente no forte envolvimento da comunidade local e através da já mencionada *gestão partilhada,* que constitui a grande inovação deste empreendimento, assumimos o nosso comprometimento com a sua efetiva inclusão no mesmo. Desta forma pretendemos também garantir a necessária abrangência territorial, procurando assim que todas as comunidades da área do município se envolvam continuamente enquanto atoras e espectadoras das atividades a desenvolver.

Mas, por outro lado, não omitimos a responsabilidade do próprio Museu na constante mobilização das comunidades e na sua sensibilização para a salvaguarda do património cultural. Neste domínio, sabendo que serão muito poucos os registos atualmente existentes no contexto específico do património cultural imaterial (PCI) e acreditando que neste capítulo estará ainda praticamente tudo por fazer, definimos como objetivo prioritário para a segunda fase do programa museológico dar início ao Projeto Local de Recolha e Inventariação do PCI.

Na realidade, a constatação do atraso generalizado da difusão do conceito de PCI no concelho de Coruche faz-nos acreditar na relevância da nossa ação enquanto agente dinamizador de

projetos culturais no seio da instituição Autarquia/Museu Municipal e, consequentemente, mediador no processo de participação da comunidade local.

Também a visibilidade mediática que o Fado trouxe ao PCI e a recente vertigem de manifestações de intenção de candidatura de novos patrimónios que parece ter tomado conta de inúmeros agentes – sobretudo políticos na sua contínua busca por amenidades locais que possibilitem o desejado destaque face às comunidades e aos territórios vizinhos – permitem acreditar que, baixando a poeira, há condições para se desenvolver um verdadeiro trabalho técnico na esfera do património garantindo o mais importante, ou seja, o seu registo e salvaguarda para as gerações futuras.

Esse será pois um dos desígnios do futuro Núcleo Rural de Coruche – Centro de artes, ofícios e saberes tradicionais e um dos principais vetores para a sua dinamização.

Mas, *vontades à parte*… tenhamos consciência que ao seu desenvolvimento futuro não estarão alheios diferentes fatores internos e externos que interagem neste tipo de empreendimentos culturais institucionais, onde muitas vezes a evolução dos conceitos e das correntes teóricas ao nível do património e da própria museologia, mas também as interpretações, os contextos culturais e as políticas do momento determinam as ações e as decisões, acabando, consciente ou inconscientemente, por imporem os caminhos a seguir.

A todos quantos contribuíram para a criação do Núcleo Rural de Coruche – Centro de artes, ofícios e saberes tradicionais manifestamos os nossos sinceros agradecimentos.

Bibliografia

Carvalho, Ana – *Diversidade cultural e museus no século XXI: o emergir de novos paradigmas*, Tese de doutoramento em História e Filosofia da Ciência, especialização Museologia, Universidade de Évora, 2015.

Carvalho, Ana – *Os museus e o património cultural imaterial: estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*, Lisboa/Évora: Colibri/Cidehus, 2011, disponível em: http://books.openedition.org/cidehus/2476 [2018.04.30].

Clifford, James – "Introduction: partial truths", in Clifford, James; George Marcus (ed.) – *Writing culture: the poetics and politics of Ethnography*, Berkeley: University of California Press, 1986.

Ferrão, João – "Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro", *in Sociologia: problemas e práticas*, n.º 33, CIES, Oeiras: Celta, 2000, pp. 45-54.

Garcia Canclini, Néstor – "Los usos sociales del Patrimonio Cultural", in Aguilar Criado, Encarnación – *Cuadernos: património etnológico. Nuevas perspectivas de estudio*, Consejería de Cultura, Junta de Andalucía, 1999, pp. 16-33.

Gonçalves, José Reginaldo – "Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimónios culturais", in *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 2, 1988, pp. 264-275.

Guillaum, Marc – *A política do património*, Porto: Campo das Letras, 2003.

Malraux, André – *Museu imaginário*, Lisboa: Edições 70, 2000.

Nabais, António – “Museus na atualidade”, in Rocha-Trindade, Maria B. (ed.) - *Iniciação à Museologia*, Lisboa: Universidade Aberta, 1993, pp .65-76.

Nabais, António – “Programação museológica e museográfica”, in *Lugar em Aberto*, n.º 1, série 1, 2003, pp. 4-11.

Pina-Cabral, João de – *Os contextos da Antropologia*, Lisboa: Difel, 1991.

Prista, Pedro – “Esboço de um projecto de reabilitação museológica do restaurante Museu do Arroz na Comporta”, in *Territórios Alternativos*, n.º 1, Grândola, 2000.

Raposo, Paulo – “Patrimónios, desigualdades e diferenças culturais”, palestra para a exposição *Portugal, Património da Humanidade*, Hamburgo e Leipzig: Conselho da Europa, 25 e 27 abril 2007.

Salvado, António – *Leituras IV* (apontamentos de etnologia e museologia regionais), Castelo Branco: ed. Autor, 2002.

Salvado, António – “Museu e Comunidade”, separata de *Estudos de Castelo Branco*, n.º 3, Nova Série, 1977.

Sperber, Dan – *O saber dos antropólogos*, Lisboa: Edições 70, 1992.

Taylor, Diana – *Performance e patrimônio cultural intangível*, tradução de Marcos António Alexandre; colaboração de Fernando Mencarelli, Belo Horizonte, vol. 1, n.º 1, 2008, p. 91-103.

Webgrafia:

https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf [2018.04.20].

http://www.minom-portugal.org/docs-quebec1974.pdf [2018.04.20].

http://www.minom-portugal.org/docs-santiago1972.pdf [2018.04.20].

QUADROS EXPOSITIVOS

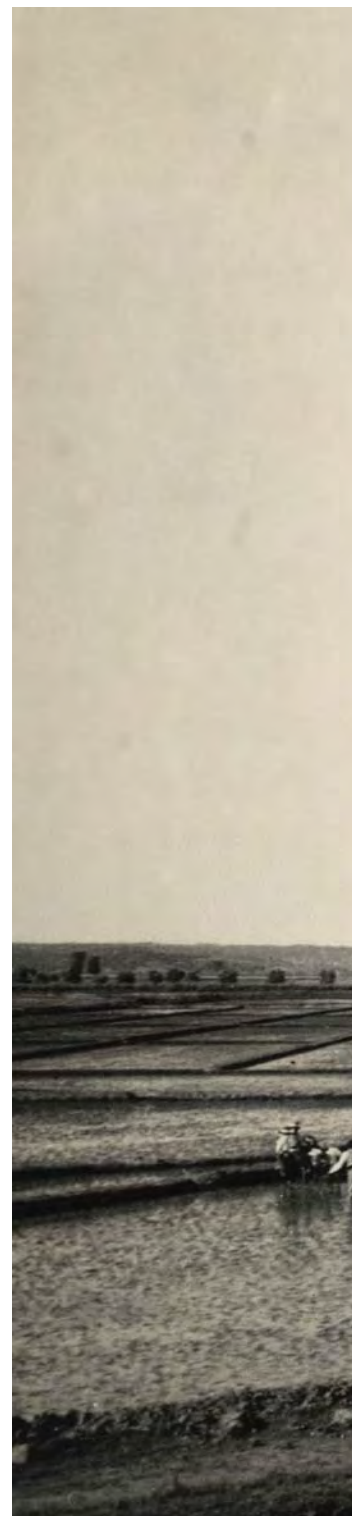
DOS RANCHOS DE GENTE ÀS MÁQUINAS DE MIL BRAÇOS

Cultivar memórias, semear e aprender

A presente exposição regista as profundas alterações ocorridas nas paisagens do vale do Sorraia e as mudanças económicas, sociais e culturais vivenciadas pelas comunidades coruchenses durante o processo de mecanização da agricultura.

O tempo longo do século XX e o território do município de Coruche balizam este espaço de memória e identidade onde a ruralidade local vai fluindo através dos sentidos...

Rancho de trabalhadoras rurais plantando arroz no vale do Sorraia. Coruche. Meados do século XX [MMC/JMRT]

Textos: Aníbal Mendes

Charnecas de Coruche
O montado e outras paisagens culturais

A área de floresta ocupa cerca de dois terços do vasto território do município de Coruche, onde as charnecas são apenas rasgadas pelas férteis terras da lezíria do vale do rio Sorraia.

O sobreiro do qual se extrai a cortiça é a espécie florestal que predomina, ocupando mais de metade da área concelhia. O montado é uma construção do homem, uma paisagem cultural que resulta da sua intervenção direta no meio ambiente local ao longo de décadas e da qual se foi apurando um sistema de produção multifuncional. No mesmo espaço e ao mesmo tempo, produzem-se vários bens e serviços, articulando a exploração florestal e as atividades agropecuárias num circuito alargado de relações económicas, sociais e culturais.

Fora do contexto dominante do montado de sobro, também os pinhais com o corte das madeiras, a extração de resina e a produção de pinhão se destacam no âmbito da nossa floresta, bem como a importante mancha de eucaliptos plantada a partir dos anos vinte do século XX na Herdade da Agolada e que representou durante muito tempo a maior plantação dessa espécie de toda a Europa.

Tirada da cortiça.
São Torcato, Coruche.
Meados do século XX
[MMC/AC]

Da vinha ao vinho
Trabalhos todo o ano

Muito para além das extensas áreas de cultivo pertença das casas agrícolas e às quais estão associadas as grandes adegas locais, a cultura da vinha faz-se também um pouco por todo o território em pequenas parcelas de terreno junto das habitações ou na sua proximidade, nomeadamente nas zonas de foros que caracterizam o nosso povoamento rural.

Neste cenário de cultivo da pequena vinha testemunhamos ainda hoje práticas de solidariedade familiar e comunitária, nomeadamente através da participação de membros da família e vizinhos na trabalhosa fase da vindima.

Cuidar das vinhas exige a realização de diferentes tarefas ao longo de todo o ano, pois a videira *(vitis vinifera)* tem um ciclo vegetativo anual complexo com estádios evolutivos próprios em cada estação. Neste contexto, a vinha e o vinho testemunham aqui o caráter sazonal das atividades agrícolas e a sua adequação aos ciclos do tempo e da natureza.

É da videira e do meio ambiente, mas sobretudo da ação do homem, que o vinho é produzido, ou seja, o vinho é um produto cultural.

Pisando a uva no lagar.
David Domingos, Joaquim Luís e Joaquim Polónia.
Adega da Quinta Grande, Coruche. 1993
[JB/GRC]

Trabalhar os campos
Dos ranchos de gente às máquinas de mil braços

As paisagens do vale do Sorraia sofreram alterações profundas durante o processo de mecanização que ocorreu na agricultura portuguesa ao longo do século XX.

A agricultura de mecanização rudimentar cujas práticas assentavam sobretudo no esforço físico humano e animal viria progressivamente a transformar-se radicalmente por força da introdução de novos conhecimentos científicos e tecnológicos.

O vapor entrou na produção agrícola e posteriormente os motores de combustão interna conduziram à transformação das práticas e dos comportamentos associados à agricultura.

O trator agrícola, pela sua multifuncionalidade, passaria a desempenhar um papel primordial nas propriedades rurais.

A madeira foi sendo substituída pelo ferro na construção das maquinarias e das alfaias agrícolas. Os novos equipamentos de mobilização das terras, de sementeira, de plantação, de colheita e de tratamento dos produtos, bem como os novos meios de transporte e carga trouxeram por fim uma nova realidade para os campos: os ranchos de gente deram lugar às máquinas.

Neste tempo longo de mudança registaram-se alterações estruturais, desde logo na paisagem rural ao nível da estrutura fundiária, mas sobretudo nas dinâmicas sociais e nas transformações culturais vivenciadas pelas comunidades coruchenses que valorizamos no contexto da presente exposição.

Debulhadora mecânica tracionada por locomóvel a vapor.
Coruche. Meados do século XX
[MMC/MOMR]

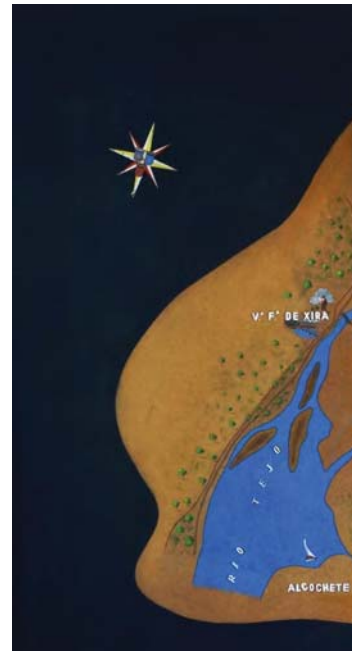
Obra de Rega do Vale do Sorraia
Águas mil para além de abril

A Obra de Rega do Vale do Sorraia transformou totalmente a paisagem dos campos da lezíria e dos arneiros existentes a meio caminho das charnecas.

Desde a década de 50 do século XX que os canais, hierarquizados por tamanho em principais, distribuidores e regadeiras, as pontes canal e as caleiras, as centenas de bocas de rega e as dezenas de casas de cantoneiro passaram a dominar a paisagem do território.

A água, antes apenas acessível através de bombagens diretas do rio Sorraia e das ribeiras suas afluentes ou dos açudes construídos nos vales das charnecas circundantes, passou a abundar em toda a extensão da lezíria por força da vasta rede de canais desta importante infraestrutura regional.

Com a gestão e distribuição controlada das águas das barragens de Montargil e Maranhão a agricultura praticada no vale do Sorraia não mais seria a mesma. As culturas de regadio passaram a ocupar a grande maioria do vale enquanto as áreas de sequeiro diminuíram drasticamente. O cultivo do arroz, pese embora já conhecesse grande importância localmente, ganhou neste contexto um forte incremento, passando a partilhar o vale sobretudo com as culturas do milho e do tomate.

A dinâmica resultante do regadio e do cultivo das novas culturas, mas também a introdução de novidades tecnológicas nos meios de produção, conduziram a alterações significativas ao nível das práticas e comportamentos sociais e culturais das comunidades coruchenses.

Construção da Obra de Rega do Vale do Sorraia.
Anos 50 do século XX
[MMC/FFC]

Painel de parede da Sala das Assembleias Gerais da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia (6,50m x 2,25m)
[MMC/AM]

OBRA DE REGA DO VALE DO SORRAIA

AZAMBUJA
SALVATERRA
BENAVENTE
CORUCHE
MORA
AVIZ
PAVIA

	MARANHÃO	MONTARGIL
CAPACIDADE UTIL DA ALBUFEIRA	180,9 × 10⁶ m³	142,7 × 10⁶ m³
ALTURA MAXIMA DA BARRAGEM	55 m	48 m
POTENCIA INSTALADA	7 500 KVA	4 000 KVA
DESENVOLVIMENTO DOS CANAIS PRINCIPAIS	112 880 m	
DESENVOLVIMENTO DA RÊDE SECUNDÁRIA DE REGA (DISTRIBUIDORES E REGADEIRAS)	270 140 m	

O Sorraia de lés a lés e o comboio de través
Memórias do transporte de produtos, gente... e culturas

O rio Sorraia foi durante séculos a mais importante via para escoamento dos produtos locais, tendo ainda assegurado essa função durante grande parte da primeira metade do século XX.

A partir de 1904, com a inauguração da linha Setil-Vendas Novas, o comboio viria a revelar-se o meio de transporte de maior importância local, sobretudo durante a primeira metade do século passado, sendo então determinante para o processo de mecanização agrícola do vale do Sorraia e para o dinamismo social conseguido através dos movimentos migratórios sazonais de trabalhadores rurais, bem como, em consequência destes, para a crescente fixação de população nos aforamentos efetuados nas grandes propriedades locais.

Entretanto, também os transportes terrestres conheceriam uma renovada importância, nomeadamente a partir de meados do século, quando os meios de tração animal foram sendo substituídos pelos veículos motorizados.

Os trabalhos agrícolas e florestais, o transporte de bens e produtos, mas também a mobilidade das pessoas foram adquirindo uma maior versatilidade, originando não só mudanças económicas e sociais como também novas dinâmicas culturais decorrentes das alterações na gestão das distâncias e do tempo.

Barco de transporte de mercadorias no rio Sorraia.
Benavente. Segunda metade do século XX
[MMB]

Estação ferroviária da Quinta Grande.
Coruche. Meados do século XX
[MMC/GRC]

Transporte entre a estação ferroviária
e a vila de Coruche. Década de 30 do século XX
[MMC/HB]

Estação rodoviária de Coruche.
Largo Porto João Felício.
Década de 50 do século XX
[MMC/FFC]

Carrada de cortiça. Coruche. 1949
[MMC/JMG]

As casas são como as gentes
O povoamento, a arquitetura e as técnicas de construção

Para além dos aglomerados urbanos historicamente consolidados no território como são os casos de Coruche, Couço, Vila Nova da Erra e Lamarosa, e de práticas de povoamento experimentadas em épocas anteriores, os povoados atualmente existentes desenvolveram-se sobretudo por via de atos de aforamento registados entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A maior parte das povoações são denominadas por *foros* e caracterizam-se pela dispersão do casario decorrente da divisão aos retalhos das terras.

Em regra, nos montes das herdades as casas senhoriais, residências dos proprietários, eram rodeadas pelas habitações dos trabalhadores, por adegas, lagares, oficinas, estábulos, armazéns e mesmo capelas, escolas e pequeno comércio.

Em Coruche e no Couço as famílias mais abastadas evidenciavam o seu estatuto social habitando em solares onde materiais como a pedra e o azulejo nas fachadas principais e a estatuária e o ferro fundido ou forjado nos varandins acabavam por distinguir as construções das ruas e praças centrais.

Rua no Bairro Alegre.
Coruche. 1939
[MMC/JLP]

Patrões, seareiros e trabalhadores
As praças de jorna, o trabalho de sol a sol e as oito horas diárias

Proprietários agrícolas, seareiros e rendeiros e trabalhadores rurais relacionaram-se ao longo do século passado através de uma rede de vínculos onde se confrontavam fundamentalmente dois fatores: a posse da terra e a força do trabalho.

O trabalho no campo era duro e incerto. Nas *praças de jorna* capatazes e feitores das grandes casas agrícolas ajustavam semanalmente o trabalho de homens e mulheres. Trabalhar *à jorna* era a regra, pois o trabalho era mais apurado, mas muitas vezes também se recorria à *empreitada,* que permitia uma maior rapidez na execução das tarefas.

Os ranchos de gente vindos sazonalmente de norte, sobretudo das beiras e vulgarmente conhecidos por *ratinhos*, *caramelos*, *galegos* ou *barrões c*onsoante a região da sua proveniência, acabavam por alterar o mercado de trabalho e condicionar as relações económicas e sociais locais.

Durante décadas vigorou o regime de sol a sol, ou seja a jornada de trabalho começava logo ao nascer do sol e terminava apenas ao pôr do sol. Só nos primeiros anos da década de sessenta o dia de trabalho agrícola passaria para as oito horas diárias.

Praça do Comércio. Coruche.
Anos 40 do século XX
[MMC/RC]

O pão nosso de cada dia
Sustento dos trabalhadores rurais

Nos campos do Sorraia a alimentação quotidiana espelhava as dificuldades económicas vividas pelos trabalhadores rurais. A carne do porco de criação doméstica e os produtos sazonais da pequena horta familiar são recorrentes na humilde dieta diária, mas não raras vezes um trago de vinho e uma simples posta de bacalhau ou uma sardinha acompanhadas de pão e azeitonas serviam para enganar estômagos entre os quartéis de trabalho.

Na copa do rancho a cozinheira tratava de fazer o lume de chão onde dispunha as pequenas panelas de barro previamente preparadas pelos camaradas de trabalho e cuidava da cozedura do almoço de todos.

Os panos bordados dos taleigos, o barro das panelas e as vergas das cestas foram entretanto sendo substituídos por novos materiais, como por exemplo o esmalte, o alumínio e o plástico, mais práticos de utilizar e transportar em bicicletas e motorizadas.

No último quartel do século XX aconteceria por fim uma mudança fundamental na alimentação em contexto de trabalho: as refeições passaram a ser confecionadas em casa.

Rancho de trabalhadoras rurais na Amieira.
Coruche. Janeiro de 1943
[MMC/MOMR]

De casa para o trabalho
Pés descalços, bicicletas e motorizadas

A grande maioria dos trabalhadores rurais tinha que percorrer consideráveis distâncias entre as suas casas e os locais de trabalho situados ao longo do vale do Sorraia.

Durante grande parte do século passado essas deslocações fizeram-se a pé. Descalços, homens e mulheres faziam-se ao caminho ainda noite escura para estarem prontos a *ferrar* ao nascer do sol. O regresso fazia-se longas horas depois, também já de noite, depois da *despega* ao sol-posto.

Só a partir de meados do século esta situação se alteraria de forma significativa com a introdução da bicicleta numa primeira fase e, depois, com as motorizadas a transformar em absoluto o ritmo da vida dos homens – entre as mulheres era rara a utilização destes meios de transporte.

A generalização do uso da motorizada no território juntamente com a fixação das oito horas de trabalho diárias viriam a permitir um ganho significativo de tempo para dedicar às tarefas caseiras e à família.

Jovens com as suas bicicletas e motorizada enfeitadas com ramos de mimosa no Carnaval.
Branca, Coruche. Anos 50 do século XX
[MMC]

Matança do porco
Um ritual de partilha e solidariedade familiar

Entre as comunidades coruchenses a matança do porco constituía um verdadeiro ritual familiar de trabalho solidário no círculo alargado de laços de parentesco, pois era com os familiares mais próximos que se partilhavam trabalhos e proveitos.

Pela Feira de São Miguel – que se realizava primeiramente entre os dias 30 de setembro e 1 de outubro e mais recentemente no último fim de semana de setembro – compravam-se alguns *tarecos* para a casa, o enxoval para as raparigas casadoiras, as mantas, as samarras, por exemplo, e o bácoro para a engorda que garantiria futuramente o sustento da família.

Sendo um dos acontecimentos mais importantes da vida das famílias rurais, um momento de fundamental relevância para a economia do agregado familiar, o dia da matança representava também uma quebra com a rotina quotidiana e era vivido em ambiente de alegria e comunhão que apenas encontrava paralelo nos casamentos e batizados, igualmente efetuados em contextos familiares e de vizinhança, ou, num âmbito social mais alargado, nos festejos das pequenas comunidades locais e nas Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo.

Matança do porco nos Foros do Paul.
Coruche. Último quartel do século XX
[MMC/BR]

Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo
Celebrar o sagrado, festejar o profano

As centenárias *Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo* incluem-se no culto mariano celebrado anualmente no dia 15 de agosto.

A enorme devoção dos coruchenses – e das comunidades vizinhas – à Senhora do Castelo expressa-se ano após ano pela grande participação popular na procissão.

Pagavam-se as promessas e pedia-se proteção dos familiares e amigos, mas também dos campos e das colheitas. A fechar a procissão vinham os animais – cavalos, vacas, machos, mulas e burros – conduzidos pelos seus donos num gesto de agradecimento por curas de maleitas ou evocando a proteção da sua saúde.

No final da procissão, já no terreiro do miradouro, efetua-se uma importante cerimónia que ainda hoje assume enorme significado simbólico: a tradicional bênção dos campos do Sorraia.

Ao culto religioso foram sendo associadas manifestações de caráter profano e, a partir de 1945, as *Festas do Castelo* passam a ter dois grandes momentos: à procissão juntou-se a realização do cortejo etnográfico.

Cerimónia da bênção dos campos na ermida de Nossa Senhora do Castelo.
Coruche. Meados do século XX
[MMC/FFC]

O cortejo etnográfico começou por inspiração nas *paradas agrícolas* que já aconteciam noutros locais. As casas agrícolas apresentavam os seus ranchos de trabalho, as máquinas e os animais enquadrados na representação dos ciclos de produção das diversas culturas agrícolas – o retrato do trabalho agrícola exibia-se pois nas ruas da vila em forma de desfile.

Os campinos assumiam um papel de destaque apresentando-se então inúmeros representantes das casas agrícolas coruchenses em traje de gala, montados a cavalo e de vara (pampilho) ao ombro.

Para além das variedades musicais e do fogo de artifício, as atividades tauromáquicas eram fundamentais nos festejos populares.

A realização das corridas de toiros, das entradas e das picarias à vara larga na margem esquerda do Sorraia e a partir de meados do século XX das largadas de toiros nas ruas da vila expressam de forma inequívoca a *afición* dos coruchenses.

Cortejos etnográficos.

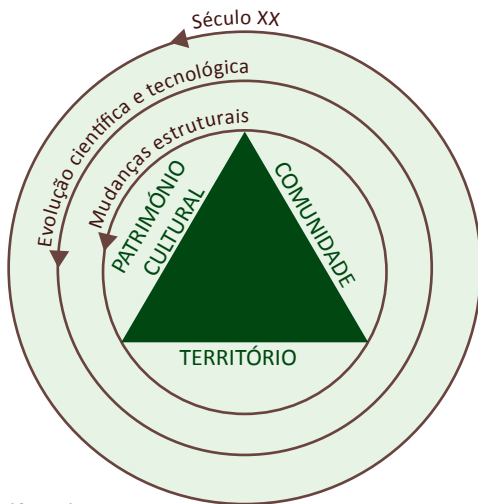
Tauromaquias populares: condução e entradas de toiros, picarias à vara larga e largadas de toiros nas ruas da vila de Coruche.

Coruche. Anos 40 e 50 do século XX
[MMC/AJT, MMC/FFC e MMC/LP]

Percurso expositivo: breves notas de leitura

Aníbal Mendes[1]

> *"O tempo longo do século XX e o território do município de Coruche balizam este espaço de memória e identidade onde a ruralidade local vai fluindo através dos sentidos..." (cf. p.16)*

Na exposição de longa duração inaugural do Núcleo Rural de Coruche, "Dos ranchos de gente às máquinas de mil braços: cultivar memórias, semear e aprender", apresentamos pontes para a descoberta do território do Município de Coruche, da comunidade coruchense e do seu património cultural, tendo como pano de fundo a evolução científica e tecnológica e as consequentes mudanças estruturais ocorridas ao longo do processo de mecanização agrícola registado durante o século XX.

Aos quadros anteriormente apresentados acrescentamos aqui as linhas de força e os conceitos sobre as quais fomos construindo o discurso expositivo (fig. 1), procurando desta forma ajudar à interpretação do guião inicial que, no entanto, propomos apenas como ponto de partida para as múltiplas leituras possíveis.

(fig. 1)

Uma exposição é uma construção datada, indissociável do seu tempo, e é sobretudo um espaço de representação. Hoje, indo ao encontro das novas expectativas dos visitantes, privilegiam-se as experiências sensoriais através da recriação de ambientes sonoros e do sentir das texturas dos materiais ou dos cheiros e dos sabores que despertam memórias ou suscitam interrogações e desafiam o conhecimento. O ar, a terra, a água e o fogo são elementos presentes ao longo do percurso da exposição, onde, a pretexto de cumprirmos o objetivo inicial de expor a maquinaria e as peças associadas à cultural rural local, fomos construindo um argumento composto por uma sucessão de quadros temáticos que se relacionam, interagem e evoluem em função uns dos outros.

Charnecas de Coruche: o montado e outras paisagens culturais

A abordagem ao território local é feita através de apontamentos que permitem ao visitante identificar as suas características fundamentais, ou seja, as duas grandes áreas que de forma distinta marcam geograficamente os 1117km^2 do Município: as charnecas e a lezíria. Neste contexto entendemos fundamental registar a existência de uma grande mancha florestal, que ocupa perto de dois terços do total e onde o montado de sobro predomina, em contraste com as terras da lezíria do Sorraia, que foram sendo aplanadas ao longo de décadas e dessa forma redefinindo também o próprio percurso do rio. Poderemos ainda assinalar a existência dos arneiros, que "(…) são extensões grandes de terras situadas entre as várzeas e os montados. (…) São eles o depósito de todo o movimento agrícola; o assentamento da eira com as suas palhas vindas do maior frenesim, as debulhas, o sítio escolhido sempre

1 Técnico Superior do Museu Municipal de Coruche. Antropólogo.

para a construção dos estábulos, dos currais com as suas nitreiras, as abegoarias, das casas de habitação dos ganhões, dos celeiros, dos maiores aglomerados populacionais."[2]

"Os eucaliptos são para nós, os pinheiros para os nossos filhos e os sobreiros para os nossos netos."

Ditado popular

O sobreiro (*Quercus suber*) predomina na floresta local ocupando mais de metade da sua área, seguindo-se o pinheiro bravo (*Pinus pinaster*) e o eucalipto (*Eucalyptus globulus*) como espécies de maior relevância.

A floresta que conhecemos hoje, terá começado a formar-se em meados do século XIX com a valorização crescente da cortiça. De acordo com Alberto Garcia (1948), no início desse século a charneca existente estava ainda num estado puro e haveria poucas estradas e caminhos, sendo a cortiça apenas aproveitada para cortiços e para taipais nas construções de habitações. Os algarvios terão sido os primeiros a vir comprar cortiça, mas a partir de 1860 começaram a vir com eles os ingleses e, à medida que o negócio da cortiça evoluía, a economia local foi-se alterando por completo.

Iniciou-se, então, um profundo processo de desbravamento pelo arranque de todas as espécies concorrentes com o sobreiro, originando um movimento migratório para os arranques (ou arrenques, como popularmente se dizia), para as desmoitas e todos os trabalhos de arroteamento e construção do montado. Os primeiros tiradores de cortiça vieram do Algarve, mais tarde viriam os "Nisos", de Nisa e Alpalhão, e, entretanto, foram sendo passadas as técnicas aos trabalhadores locais.

Na verdade, o arroteamento das terras e a criação do montado parece ter sido mesmo o primeiro dos três grandes processos de mudança que podemos registar na região de Coruche, antes da Obra de Rega do Vale do Sorraia em meados do século XX, que abordaremos mais adiante, e da adesão à CEE/União Europeia (UE) já no final do século, que, depois do 25 de Abril e do processo transitório da Reforma Agrária, veio a determinar o atual estádio da agricultura local e nacional, nomeadamente por força da Política Agrícola Comum (PAC).

A grande quantidade de cortiça extraída anualmente coloca hoje este concelho como o maior produtor nacional e confere a esta atividade não só uma enorme importância económica e social mas também cultural pela valorização da sua prática secular e do saber-fazer associado que, nomeadamente no que diz respeito à tirada da cortiça, não conheceu praticamente novidades por via da evolução tecnológica.

A primeira extração de cortiça ao sobreiro faz-se apenas quando este chega aos 25/30 anos. Essa primeira cortiça chama-se virgem. Depois as tiradas fazem-se apenas de nove em nove anos e na segunda vez designa-se cortiça secundeira, enquanto na terceira e seguintes se denomina amadia.

Os trabalhos de extração de cortiça e também de corte, esgalhas e limpeza de árvores das florestas locais foram durante décadas efetuados à mão com auxílio de diferentes ferramentas de uso maioritariamente individual, à exceção das serras que exigiam o esforço de dois homens.

2 Garcia, 1948, p. 12.

À parte das ferramentas mais comuns, como por exemplo a machada ou as serras datadas da segunda metade do século XX, destacamos a singularidade da enfardadeira de cortiça exposta, usada desde a década de 40 do século XX nas tiradas de cortiça de Manuel Casinhas, de Santana do Mato. O enfardador deslocava-se para as tiradas de cortiça no montado e era aí, junto da pilha, que executava o seu trabalho. Destinava-se apenas à cortiça virgem e era usada para apertar as pranchas de cortiça, que depois eram amarradas com arame, resultando um fardo que facilitava o seu transporte e a sua comercialização.

Será fundamental reter que o montado[3] é uma paisagem cultural, resulta da intervenção do Homem, e a sua gestão integra diferentes áreas de atividade que se articulam ao longo do tempo num mesmo espaço territorial. A criação de gado partilha as áreas florestais onde, para além da extração de cortiça e do corte de madeiras, também se efetua a exploração de resina dos pinheiros bravos e se rentabiliza a produção de pinhão dos pinheiros mansos (*Pinus Pinea*). Por outro lado, a fauna existente permitiu sempre uma intensa atividade de caça e a diversidade da flora não só serviu para que ao longo de gerações se desenvolvessem práticas de medicina popular bem como para que o montado se tornasse o cenário ideal para a colocação de cortiços para a produção de cera e mel de abelha. O cortiço apresentado é uma verdadeira preciosidade pois data do primeiro quartel do século XX e é originário da Escusa, na atual freguesia do Couço, onde ainda hoje continuam a existir conjuntos de colmeias e a desenvolver-se a apicultura.

Da vinha ao vinho: trabalhos todo o ano

O ritmo da Natureza e as estações do ano marcam a sequência das tarefas associadas à agricultura, à gestão do montado e à exploração florestal, influenciando assim diretamente todos os acontecimentos e as vivências nas comunidades rurais. A introdução desta noção de "tempo" é feita no quadro onde destacamos o caráter sazonal das atividades agrícolas através da cultura da vinha e do ciclo vegetativo anual da videira (*vitis vinifera*). A vinha é uma cultura exigente que "(…) mantém o homem amarrado à terra".[4] A cada vindima, de canecos mais ou menos cheios, abre-se um novo período onde podar, enxertar e proteger são tarefas fundamentais para o rejuvenescimento da vinha.

Não esquecendo a existência de importantes extensões de vinha e adegas nas grandes casas agrícolas locais, como são os casos da Quinta de Santo André ou da Quinta Grande, neste contexto damos antes ênfase à profusão de pequenas parcelas de vinha presentes por todo o território, que continuam a permitir testemunhar práticas de solidariedade familiar e comunitária durante todo o longo processo de produção do vinho, nomeadamente durante a fase da vindima, ou seja, da colheita e transporte das uvas, bem como no pisar da uva ou no engarrafamento final.[5]

Utilizada para espremer as uvas no lagar durante o processo de vinificação, a prensa de lagar apresentada é uma peça única no nosso território. Totalmente feita em madeira, foi

3 O montado de sobro é património nacional legalmente protegido desde o reinado de D. Dinis. Em 2011 a Assembleia da República instituiu o sobreiro como Árvore Nacional.

4 Labaredas, 1999, p. 46.

5 O uso da rolha de cortiça como vedante ancestral permite-nos também fazer a ponte entre as charnecas de montado de sobro e a vinha e o vinho.

executada na década de 40 do século XX por Cipriano dos Santos, carpinteiro de profissão, para o seu próprio lagar de vinho nos Foros do Frazão.

Trabalhar os campos: dos ranchos de gente às máquinas de mil braços

> *Os novos equipamentos de mobilização das terras, de sementeira, de plantação, de colheita e de tratamento dos produtos, bem como os novos meios de transporte e carga trouxeram por fim uma nova realidade para os campos: os ranchos de gente deram lugar às máquinas. (cf. p. 22)*

Na área central da exposição apresentamos diversas ferramentas individuais normalmente utilizadas em contexto coletivo de trabalho em meados do século XX, testemunhas da atividade dos ranchos de homens e mulheres, mas também as alfaias e a maquinaria associadas à fase inicial da mecanização dos campos do Sorraia. Damos assim conta do processo que resultou na desertificação dos campos agrícolas, pois os trabalhadores rurais que povoavam e humanizavam a paisagem do vale do Sorraia foram perdendo a sua importância na inversa proporção da crescente utilização de máquinas na realização das tarefas que durante séculos foram asseguradas à custa do esforço humano e com recurso ao auxílio da força animal. Muitas dessas tarefas configuravam rotinas e gestos repetidos vezes sem conta tornando as longas jornadas de trabalho diárias nos campos extremamente duras. Com a introdução de maquinaria muitas das práticas e vivências sociais diretamente relacionadas com os contextos coletivos nos campos foram-se perdendo gradualmente, pelo que muitos dos movimentos corporais relacionados com a execução das tarefas e os comportamentos de grupo acabaram por desaparecer completamente.

Por outro lado, através das alfaias apresentadas fazemos sobretudo referência à importante evolução dos materiais. Movidas a tração animal sob condução humana, as grades serviam para desterroar e alisar os campos na sua preparação para as sementeiras e, depois destas, para cobrir as sementes nos terrenos lavrados, enquanto as charruas eram utilizadas para lavrar os campos, ou seja, abrir regos na terra para as sementeiras. Partimos da madeira para chegar à charrua em ferro, que representa já uma grande evolução, pois permite lavrar em dois sentidos e apresenta uma maior robustez e durabilidade. O ferro veio por fim a constituir-se como elemento principal da maioria das alfaias e das máquinas a trabalhar nos campos durante a segunda metade do século XX.

Mas é ainda no âmbito deste quadro expositivo que encontramos o símbolo máximo da grande transformação que os meios mecânicos e a motorização introduziram na agricultura local ao longo do século passado: o trator Hart Parr 12-24, importado dos EUA por Francisco da Veiga Malta nos anos 30 do século XX para laborar na Herdade da Amoreira, perto de Coruche. Nenhuma outra peça parece representar tão bem o processo de mecanização agrícola como o trator, que se tornou uma ferramenta indispensável em qualquer propriedade rural. A sua versatilidade permitiu desempenhar múltiplas tarefas ao longo dos diferentes estádios das mais variadas culturas e nos campos muitas das práticas coletivas passariam

progressivamente a ser asseguradas apenas pelo homem que comanda a máquina. Nesta linha evolutiva as paisagens do vale do Sorraia foram registando sucessivas e profundas alterações… e, por fim, o ruído dos motores substituiu definitivamente a voz humana e os sons dos animais.

Igualmente relevante é a apresentação da locomóvel Robey & C.º Ltd. como testemunho da importância da energia a vapor no processo de mecanização da agricultura nos campos do Sorraia. Importada de Lincoln, na Inglaterra, esta máquina motora terá trabalhado na Herdade do Monte Novo, no Couço, durante a primeira metade do século XX e implicou a especialização de operários, nomeadamente a existência de um maquinista, que seria responsável pela locomóvel e da relação entre motor e operação mecânica, e de um fogueiro, especializado em caldeiras, cuja função era a de alimentar a fornalha de combustível.

> "*As locomóveis, rainhas das máquinas agrícolas, mantiveram-se largos anos, enquanto houve fartura de pinheiros velhos e a mão de obra se mantinha razoável. Também a lenha proveniente das esgalhas, as cepas ainda existentes procuradas com avidez, se transformaram em cinzas nas caldeiras insaciáveis.*"[6]

Tendo presente que terá sido pela debulha do cereal que se iniciou historicamente todo o processo de mecanização agrícola, considerámos fundamental expor também uma das primeiras máquinas debulhadoras que operaram neste território. A debulhadora Ransomes exposta foi importada de Inglaterra na década de 30 do século XX por Francisco da Veiga Malta através do representante em Portugal da empresa fabricante, Sabino da Silva. Trabalhou sempre na Herdade da Amoreira, perto de Coruche, tendo como fonte de energia motriz não uma locomóvel mas sim um motor fixo na eira. Uma forte correia ligava motor e debulhadora, fazendo acionar todos os seus mecanismos numa cadência constante que exigia a sua fixação num plano perfeitamente nivelado para o equilíbrio de todos os elementos em movimento.

A importação de máquinas por parte dos proprietários parece denotar, por um lado, a existência de uma boa capacidade financeira entre a generalidade dos agricultores locais, por outro, a ideia que os mesmos pareciam estar abertos à inovação e à experimentação de novos meios técnicos, contrariando assim a mentalidade conservadora que *a priori* lhes é usual imputar.

Por último, no que diz respeito a maquinaria agrícola, integramos ainda na exposição uma pequena debulhadora de meados do século XX que se deslocava entre as eiras das culturas de trigo e de arroz. Replicando em dimensão reduzida o modelo de funcionamento de marcas internacionais antecessoras, representa neste espaço o importante contributo da marca Tramagal na universalização da mecanização agrícola registada no nosso país durante o século XX. O crescimento desta marca portuguesa só se tornou possível devido aos grandes

6 Garcia, 1948, p. 105.

benefícios económicos alcançados pela Metalúrgica Duarte Ferreira através da Campanha do Trigo (1929), que permitiu a sua reconversão quase completa e o aumento significativo da produção e das vendas, resolvendo então os graves problemas financeiros com que a empresa se debatia à época.

Obra de Rega do Vale do Sorraia: águas mil para além de abril

A par desta evolução dos meios técnicos, em meados do século XX deu-se o segundo dos três grandes processos de mudança no território coruchense a que já nos referimos anteriormente: a construção da Obra de Rega do Vale do Sorraia.

A multiplicação de canais,[7] bocas de rega e casas de cantoneiros passaram a marcar toda a faixa de território que acompanha o percurso do rio, pelo que a paisagem dos campos da lezíria não mais seria a mesma. A gestão controlada da abundância de água originada pela construção das barragens de Montargil (Ponte de Sor) e Maranhão (Avis) nas ribeiras de Sor e Raia, respetivamente, veio a proporcionar uma alteração fundamental na agricultura praticada: as culturas de regadio passaram a ocupar a grande maioria do vale enquanto as áreas de sequeiro reduziram radicalmente.

Por força desta importante infraestrutura regional, o cultivo do arroz, embora já tivesse uma grande dinâmica, adquiriu neste contexto um novo impulso e passou a repartir o vale sobretudo com as novas culturas do milho e do tomate.

À evolução tecnológica em curso e à crescente mecanização agrícola juntam-se pois as profundas alterações proporcionadas pela Obra de Rega do Vale do Sorraia nos anos cinquenta do século XX. Todo este processo de transformação da agricultura local introduziu logicamente significativas mudanças não só nas práticas de trabalho mas também nos comportamentos sociais e culturais.

O Sorraia de lés a lés e o comboio de través: memórias do transporte de produtos, gente... e culturas

Paralelamente foram acontecendo importantes evoluções ao nível dos transportes. O rio Sorraia constituiu durante longos séculos a mais importante via para o transporte dos produtos da região, chegando ainda a assegurar essa função durante parte da primeira metade do século XX. No entanto, a partir de 1904, com a inauguração da linha Setil-Vendas Novas, o comboio viria a tornar-se o meio de transporte determinante para o curso da mecanização agrícola local, bem como para o dinamismo social proporcionado pelos movimentos migratórios sazonais de trabalhadores rurais e para a crescente fixação de população nos aforamentos efetuados nas grandes propriedades locais.

Também os transportes terrestres conheceriam uma renovada importância, sobretudo quando a partir de meados do século os meios de tração animal foram sendo substituídos pelos veículos motorizados, originando não só mudanças económicas e sociais mas também novas dinâmicas culturais decorrentes das alterações na gestão das distâncias e do tempo.

As casas são como as gentes: o povoamento, a arquitetura e as técnicas de construção

A melhoria dos meios de transporte e as migrações estarão por certo associadas ao crescimento da maior parte dos lugares e das zonas habitadas do concelho. Os processos de aforamento terão ocorrido entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século

7 Distinguidos pelos seus tamanhos entre principais, distribuidores e regadeiras.

XX, originando o povoamento do território em áreas designadas por foros, marcado pela dispersão do casario por grandes extensões de terrenos.

As casas rurais eram extremamente pequenas e simples, tanto nos processos construtivos como nos materiais utilizados. As paredes eram construídas em taipa ou adobe, empregando-se a terra existente, e depois revestidas a reboco de cal e areia, sendo por fim regularmente caiadas. As coberturas eram originariamente em colmo, passando progressivamente a utilizar-se telhas de canudo que garantiam maior durabilidade e melhor resistência à água e ao fogo. A exploração mais intensa dos barreiros locais e a proliferação de fornos de tijolo, sobretudo na segunda metade do século passado, viriam a generalizar o uso do tijolo de burro nas habitações e nas construções de apoio à atividade agrícola das herdades.

Em muitas das herdades, para além da função habitacional, é possível encontrar igrejas, escolas e os edifícios de apoio à atividade agrícola, como por exemplo, celeiros, palheiros, adegas, picadeiros, tentaderos, cavalariças, pocilgas ou currais.

No espaço rural as noites permaneceram mal iluminadas durante muitas décadas do século XX. As pequenas habitações rurais eram alumiadas apenas com candeeiros a petróleo, de luz fraca e pouco alcance. Somente no último quartel do século se propagou a energia elétrica pelo território concelhio, permitindo não só o acesso a uma melhor iluminação no interior das casas e nos espaços públicos mas também a generalização do uso de eletrodomésticos, como por exemplo o frigorífico, o que transformou de forma irreversível o quotidiano das famílias rurais.

Patrões, seareiros e trabalhadores: as *praças de jorna*, o trabalho de sol a sol e as oito horas diárias

O contexto das relações de trabalho foi sempre marcado fundamentalmente pelo confronto entre dois fatores: a posse da terra e força do trabalho. Durante décadas o trabalho foi ajustado semanalmente nas *praças de jorna*, onde capatazes e feitores contratavam verbalmente homens e mulheres.

> *"Nas praças das povoações, sítios onde se compra e vende o braço humano, os domingos animam-se, as segundas-feiras pletorizam as ruas e as tabernas."*[8]

Para além de incerto, o trabalho no campo era muito duro. O regime de sol a sol, no qual a jornada de trabalho começava logo ao nascer do sol e terminava apenas ao pôr do sol, vigorou até aos primeiros anos da década de sessenta do século XX, altura em que se instituiu por fim as oito horas de trabalho diário.

> *"(…) a ferra é ao nascer do sol; almoço das 8 para as 9 horas; jantar ao meio-dia, com sesta de duas horas; das 5 às 5 e 30 minutos, a merenda; a despega ao pôr do sol."*[9]

O pão nosso de cada dia: sustento dos trabalhadores rurais

Apesar da dureza e das longas jornadas de trabalho, a alimentação quotidiana espelhava as dificuldades económicas vividas pelos trabalhadores rurais. A carne do porco de criação doméstica e os produtos sazonais da pequena horta familiar são a base da humilde dieta diária.

8 Garcia, 1948, p. 77.

9 Garcia, 1948, p. 80.

À copa do rancho, a cozinheira tratava de fazer o lume de chão e cuidava da cozedura dos almoços nas pequenas panelas de barro que os camaradas de trabalho deixavam já preparadas.

Entretanto, também os panos bordados dos taleigos, o barro das panelas e as vergas das cestas foram sendo substituídos por novos materiais, como por exemplo o esmalte, o alumínio e o plástico, mais práticos de utilizar e transportar nas bicicletas e nas motorizadas cuja utilização se viria a generalizar entre os homens.[10]

De casa para o trabalho: pés descalços, bicicletas e motorizadas

A construção, os primeiros anos de funcionamento da Obra de Rega e as consequentes alterações registadas na agricultura local parecem estar na base da relativa melhoria das condições económicas que proporcionou a grande evolução dos meios de transporte individuais neste território. Em apenas cinco anos, entre 1957 e 1962, o número de bicicletas registadas quase quintuplicou, passando de 2081 para 9953 registos. Em igual período o número de motorizadas passou de 277 para 2528, ou seja, cerca de nove vezes mais.

Os ambientes sonoros da paisagem rural coruchense não mais seriam os mesmos: as motorizadas invadiram ruidosamente as charnecas e os campos da lezíria.

Deste modo, a generalização do uso da motorizada no território juntamente com a fixação das oito horas de trabalho diárias viriam a permitir um ganho significativo de tempo para dedicar ao cultivo das pequenas hortas, às tarefas caseiras e à família.

Matança do porco: um ritual de partilha e solidariedade familiar

A economia doméstica de grande parte das famílias rurais esteve sempre longe da simples dependência do ordenado do homem. O sustento era garantido em larga medida pela horta familiar e pela criação de animais.

> *"E, invariavelmente, todas as famílias camponesas tinham no quintal ou na horta a sua pocilga ou rodeio com um ou dois bacorinhos para engorda. Geralmente dois, pois quem sustentava um, com algum esforço e sacrifício, conseguia engordar outro («onde come uma boca comem duas») para venda aos merceeiros das freguesias, transação que vinha arredondar o orçamento familiar."*[11]

Entre as comunidades coruchenses a matança do porco constituía um verdadeiro ritual e um dos acontecimentos mais importantes da vida das famílias rurais. Sendo um momento de grande relevância para a economia do agregado familiar, o dia da matança representava também uma quebra com a rotina quotidiana e era vivido em ambiente de alegria e solidariedade na partilha do trabalho e dos proveitos.

Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo: celebrar o sagrado, festejar o profano

Para além dos casamentos e batizados, igualmente efetuados em contextos familiares e de vizinhança, deveremos registar num âmbito social mais alargado os festejos das pequenas comunidades locais e as Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo, através das quais terminamos o percurso expositivo, recorrendo simbolicamente ao seu caráter centralizador das comunidades coruchenses relativamente à celebração da fé e às festividades profanas.

10 Entre as mulheres era rara a utilização destes meios de transporte.

11 Labaredas, 1999, p. 29.

> *"O culto a Nossa Senhora do Castelo de Coruche é transversal ao tempo e à hierarquia social. A localização da ermida, num plano mais elevado ao da vila e da vasta lezíria, concede-lhe imponência e reforça o sentimento de proteção e amparo que em geral se associa à Senhora do Castelo. De qualquer forma é indiscutível o enraizamento cultural que este culto tem em Coruche e arredores, bem patente, por exemplo, na enorme afluência à procissão, tanto das pessoas que integram o cortejo processional como das que assistem nas ruas ou nas janelas."*[12]

Sabemos que as festas locais assumem tradicionalmente uma forte ligação ao calendário das celebrações religiosas católicas e às práticas agrícolas adequadas ao tempo e à Natureza. A sequência anual dos trabalhos agrícolas conhece momentos de transição aos quais estão associadas festividades, ocasiões de pausa temporária que põem fim a determinadas tarefas ou estádios das culturas e marcam o início de outros. Mas, por força das mudanças estruturais que foram acontecendo e a que hoje continuamos a assistir, parece existir já um crescente desfasamento entre os tempos do trabalho e o calendário festivo tradicional.

As festas em honra de Nossa Senhora do Castelo incluem-se no culto mariano que se celebra anualmente no dia 15 de agosto, dia em que decorre a tradicional procissão pelas ruas da vila e em que, no final da mesma, se efetua a cerimónia que ainda hoje assume enorme significado simbólico: a bênção dos campos do Sorraia.

Para além da importância atribuída às atividades tauromáquicas, a partir de 1945 os festejos profanos passaram a contar com a realização de um cortejo etnográfico. As casas agrícolas apresentavam os seus ranchos de trabalho, as máquinas e os animais enquadrados na representação dos ciclos de produção das diversas culturas agrícolas – o retrato do trabalho agrícola exibia-se então nas ruas da vila em forma de desfile. Hoje em dia corresponde a um momento de memória sobre práticas e vivências passadas, ou seja, é uma representação histórica do passado e não o discurso do presente que o caracterizou nas primeiras décadas.

Procurando complementar e aprofundar os temas centrais da exposição, os artigos que se seguem são assinados por autores de diferentes áreas de conhecimento académico e experiências profissionais distintas, aos quais manifestamos aqui publicamente os nossos sinceros agradecimentos.

12 Correia, 2016, p. 97.

Bibliografia

Amaral, J. D. – *O grande livro do vinho*, Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

Balsa, José Galvão – *Sol da minha várzea*, Coruche: ed. Autor, 1964.

Bento, Heraldo – *Um olhar sobre Coruche*, Coruche: Câmara Municipal, 2003.

Boletim da Junta de Província do Ribatejo, n.º 1, anos 1937-1940, Santarém: Junta de Província do Ribatejo, 1940.

Braga, Teófilo – *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, volume II, Lisboa: D. Quixote, 1986.

Branco, Jorge Freitas – *Máquinas nos campos: uma visão museológica*, Oeiras: Celta, 2005.

Brito, Joaquim Pais de; Baptista, Fernando O.; Pereira, Benjamim (eds.) – *O voo do arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996.

Brotas, Maria Adélia Mendes – *Memórias da Erra*, Coruche: Câmara Municipal, 2000.

Calais, Cristina (coord.) – *Coruche: o Céu, a Terra e os Homens*, Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, 2014.

Calais, Cristina (coord.) – *O Homem e o trabalho: a magia da mão*, Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, 2003.

Calais, Cristina (coord.) – *Vagas leves: rostos do rio*, Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, 2003.

Coelho, Adolfo – *Festas, costumes e outros materiais para uma Etnologia de Portugal*, Obra Etnográfica, volume I, Lisboa: D. Quixote, 1993.

Correia, Ana Maria Diamantino (coord.) – *500 anos da procissão em honra de Nossa Senhora: Coruche*, Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, 2016.

Cutileiro, José – *Ricos e pobres no Alentejo*, Lisboa: Sá da Costa, 1977.

Espírito Santo, Moisés – *Comunidade rural ao norte do Tejo seguido de Vinte anos depois*, Lisboa: Universidade Nova, Associação de Estudos Rurais, 1999.

Fatela, Paulo – *Mãos com alma, artes e ofícios tradicionais de Coruche*, Coruche: Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana, 2014.

Firmino, Ana Maria – *A modernização da agricultura portuguesa: um novo desafio para os agricultores de Coruche*, Repositório de teses de doutoramento, Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Geografia e Planeamento do Território, 1992.

Francisco, Domingos (coord.) – *O caminho de ferro em Coruche*, Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, 2004.

Garcia, Alberto – *Monografia de Santo António do Cousso*, Lisboa: Gama, 1948.

Godinho, Paula – *Memórias da resistência rural no Sul: Couço, 1958-1962*, Oeiras: Celta, 2001.

Labaredas, José – *Coruche à mesa e outros manjares*, Lisboa: Assírio & Alvim, 1999.

Malta, António Gil – *O historial do Santuário de Nossa Senhora do Castelo da Vila de Coruche*, Coruche: Irmandade de Nossa Senhora do Castelo, 2005.

Pereira, José Luís – *Aqui está Coruche*, Coruche: ed. Autor, 1983.

Pereira, José Luís – *Coruche velhinha ninguém sabe a tua idade*, Coruche: ed. Autor, 1995.

Pinto, Joaquim Antunes – *Coruche e suas gentes*, Coruche: ed. Autor, 1987.

Reis, Jaime – "Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930", *Análise Social*, vol. XVIII, 2.º, Lisboa, 1982, pp. 371-433.

Ribeiro, Margarida – *Estudo Histórico de Coruche*, 2.ª ed. (1.ª ed. 1959), Coruche: Câmara Municipal/Museu Municipal, 2009.

Santos, Fernanda Maria Bingalinha dos – *A origem e evolução dos foros de Coruche*, Évora: Universidade, tese de mestrado, 1995.

Silva, Mário Justino – *Coruche: memória, culto e identidade*, Coruche: ed. Autor, 2013.

A floresta do concelho: passado, presente e futuro

Miguel Teles Branco[1]

A floresta que conhecemos hoje, no nosso concelho, começou a ser criada há cerca de 150 anos.

Na realidade, o sobreiro, espécie florestal que predomina largamente em Coruche, ocupando mais de metade da área concelhia, teve uma expansão significativa a partir de meados do século XIX. O motor dessa expansão é conhecido e teve origem na utilização generalizada da cortiça para vedar garrafas de vinho. Este uso não era novo, mas a sua industrialização foi determinante para o aumento da procura por cortiça. Como resultado, o seu valor aumentou e, com isso, aumentou também o interesse dos produtores na exploração do sobreiro, que determinou o impressionante aumento da sua área.

Fazendo fé nas estatísticas nacionais da época, existiriam em Portugal, em 1875, cerca de 370 000ha de montados de sobro e azinho, não havendo nenhuma silvicultura específica do sobreiro, para além da proibição legal do abate de árvores. Existia, isso sim, uma gestão multifuncional com um objetivo de autossuficiência local. O sistema de exploração era encarado numa perspetiva holística em que a pecuária e a agricultura predominavam sobre a floresta.

Nestas circunstâncias, é provável que o azinho dominasse, por ser melhor do ponto de vista de produção de bolota, para alimentação animal, bem como por produzir melhor lenha para aquecimento, uma vez que não necessitava da operação adicional de separar a cortiça da madeira para esta arder mais facilmente. Seja como for, o facto é que a área de montados, principalmente de sobro, mais que triplicou em cerca de 60 anos: se estimarmos que, otimisticamente, em 1875 poderiam existir cerca de 180 000ha de sobreiros, essa área é de 690 000ha em 1939.

Foi este grande impulso, feito exclusivamente por privados, que possibilita ainda hoje que o concelho de Coruche se possa intitular o maior concelho produtor de cortiça do País. E a maior parte da cortiça que se transaciona todos os anos no concelho cresce em árvores semeadas nessa época.

Não deixa de ser curioso notar, olhando para trás, que aquilo que começou por ser uma resposta económica a um estímulo de mercado se transformou atualmente num sistema de produção considerado como exemplo de sucesso em áreas tão variadas como a da conservação do solo, da biodiversidade, da paisagem e da sustentabilidade.

Até o próprio termo *montado* ganhou vida própria e perdeu o significado que trazia desde a Idade Média. Deixou de ser uma taxa ou um imposto a pagar pelo pastoreio de uma determinada área, para passar a designar um sistema de produção multifuncional, isto é,

O sobreiro (*Quercus suber*) é a espécie florestal que predomina no território de Coruche [CMC]

1 Engenheiro agrónomo (Instituto Superior de Agronomia).

um sistema de produção onde, no mesmo espaço e ao mesmo tempo, é possível produzir vários bens e serviços, entre os quais se incluem a cortiça, as pastagens e forragens, os cereais, a madeira para queimar, o carvão, diversos frutos e ervas aromáticas, cogumelos e caça, turismo e lazer, entre outros.

Esta multifuncionalidade, se bem que menos produtiva do que a especialização, era uma opção mais eficaz como forma de garantir a sobrevivência ao longo do tempo, já que, dada a pobreza dos solos e a grande amplitude dos diversos parâmetros climatológicos, se tornava difícil obter de forma regular e duradoura uma única produção. Daí que distribuir o risco por várias produções se mostrava uma solução mais avisada.

Para além disto, outros fatores existentes à época contribuíram para o sucesso da arborização com sobreiro. O primeiro era que este tipo de floresta desempenhava na perfeição a função de complemento da exploração agropecuária então existente e dominante; o segundo era a existência de grandes áreas disponíveis que tinham sido desbravadas para agricultar, mas que por vários motivos, essencialmente relacionados com a sua baixa fertilidade, foram sendo destinadas ao pastoreio ou mesmo abandonadas; a abundância de mão de obra foi outro dos fatores determinantes, uma vez que existia uma enorme disponibilidade de trabalhadores para a apanha e sementeira de bolota da própria exploração, sazonalmente subocupados (durante o período de outono-inverno), o que se traduzia num custo muito baixo, ou mesmo nulo, de oportunidade do investimento; acrescente-se ainda, como vantagem, a ausência de outras alternativas florestais; finalmente, mas não menos importante, o tempo, o muito tempo disponível para esperar que os sobreiros começassem a produzir, numa época em que, longe do imediatismo atualmente reinante, este fator não era valorizado da mesma forma na avaliação das decisões de investimento.

Camião de transporte de cortiça.
Coruche. 1949
[MMC/JMG]

Não existe propriamente uma data de referência em que este estado de coisas se começou a alterar. Provavelmente ainda durante este período, à medida que se iam arborizando novas áreas, iam surgindo problemas noutras mais antigas, sobretudo por má adaptação do sobreiro a alguns locais de pior drenagem e reduzida profundidade do solo, o que se traduzia em fracas produções de cortiça, quer em quantidade quer em qualidade.

Também as expectativas quanto aos preços da cortiça nem sempre se verificaram e não foram raras as vezes em que a madeira do sobreiro valia mais que a cortiça, o que encorajava o corte do sobreiro, quer para lenha quer para carvão. Da mesma forma, as políticas públicas de apoio à agricultura cerealífera como forma de aumentar a produção de alimento e evitar a sua importação contribuíram para uma maior intensificação do uso do solo, o que prejudicou de forma significativa o sobreiro.

Seja como for, o certo é que o montado de sobro chega aos nossos dias com praticamente a mesma área que atingiu no final da década de trinta: cerca de 700 000ha a nível nacional. Também no concelho a área não diminuiu, mas os sobreiros estão naturalmente mais envelhecidos, menos produtivos, os montados menos densos e a precisar de "sangue" novo.

Contudo, as condições que determinaram a sua expansão em meados do século XIX já não existem, principalmente porque o fator tempo é muito mais "caro" e existem alternativas florestais que proporcionam melhores rendimentos, como é o caso do pinheiro manso e do eucalipto. Esta perceção é bem notória na frase que se vai ouvindo no campo que diz que os eucaliptos são para nós, os pinheiros para os nossos filhos e os sobreiros para os nossos netos.

E, portanto, neste contexto, aquilo que se pode perguntar é o que vai ser a floresta do concelho no futuro! Como se compreende, ela já está a mudar! Aliás, tem vindo lentamente a mudar, principalmente nos últimos trinta anos, onde precisamente o pinheiro manso e o eucalipto têm vindo a ocupar áreas cada vez maiores.

Tal como há cento e cinquenta anos, também atualmente o estímulo económico provocado pelos mercados é determinante. Só que, agora, o sobreiro perde para as alternativas potenciais.

Por vezes é tentador procurar soluções que retiram a economia do problema florestal. Há mesmo quem pense que a floresta e, neste caso particular, os montados de sobro devem ser geridos exclusivamente numa perspetiva técnica, em que os objetivos se prendem, unicamente, com a manutenção do ecossistema ou com as características físicas e tecnológicas da cortiça. Existem, de facto, produtores que gerem com preocupações mais subjetivas como sejam o gosto pessoal, ou um compromisso intergeracional que "obriga" a manter, para a geração futura, aquilo que se recebeu da geração anterior. Estas perspetivas, se bem que socialmente louváveis, estão longe de representar as necessidades de investimento que o sobreiro precisa para manter a qualidade dos montados, como elemento estruturante do território, e para manter uma gestão com um objetivo específico de produção.

É portanto difícil, se não mesmo impossível, ignorar a dimensão económica dos montados com as suas características muito próprias ligadas ao longo, muito longo prazo do seu processo produtivo.

Genericamente, aquilo que uma geração instala, outra colhe.

Como comparar, então, o tempo de uma geração para ter sobreiros em produção com um período de quinze anos para um pinhal manso enxertado começar a produzir de forma significativa e regular? Ou com um período de dez anos para recuperar o custo do

investimento em eucalipto e gerar rendimentos superiores aos de muitas culturas agrícolas praticadas atualmente em regadio?

Garantidamente, não é retirando a economia do problema que fará com que ele se resolva. Até porque não existem propriamente modelos alternativos coerentes e generalizáveis ao modelo económico da chamada economia neoclássica. Mesmo o facto de existirem lógicas diferentes na produção florestal não lhes retira racionalidade económica, entendida como a procura, pelo agente económico, da maximização da sua satisfação (normalmente medida pelo rendimento), sujeita a restrições tecnológicas e de quantidade de fatores.

Percebe-se assim que o problema do futuro não é o da falta de alternativas florestais para explorar (felizmente, nesse aspeto, estamos bem melhor que há cento e cinquenta anos) mas sim o de não "gostarmos" tanto das possíveis soluções.

Com particular destaque para o eucalipto! Quanto a este convém sempre recordar as palavras de um eminente e esclarecido professor quando refere que os eucaliptos são "plantas normais e decentes", relativamente às quais é preciso saber "onde, quanto e como devem ser utilizadas".

É igualmente importante lembrar que o concelho de Coruche tem uma história muito importante e significativa no desenvolvimento do eucaliptal em Portugal, bem como na sua industrialização, com a plantação, a partir dos anos 20 do século passado, de 3000ha de eucaliptos na Herdade da Agolada.

Mirante da Agolada (primeira versão da torre de vigia de incêndios). Herdade da Agolada, Coruche. Anos 40 do século XX [MMC/AHM]

A propriedade quase não tinha montado e o solo estava ocupado por mato, particularmente estevas, as quais serviam para produzir carvão. O mato era depois queimado para dar origem a pasto, essencialmente, para cabras. Foi como alternativa a este modelo pobre de aproveitamento de tão vasta área que o proprietário implantou o primeiro eucaliptal para produção de madeira para celulose, com o objetivo de mais tarde construir uma fábrica em Portugal. Tal não aconteceu devido à II Grande Guerra, a qual retirou mesmo o valor à madeira por ausência de mercado. Contudo, também por causa da mesma guerra, o Estado não tinha acesso ao carvão, pelo que resolveu "confiscar" a madeira da mata da Agolada e com ela "alimentou" os comboios portugueses até ser possível de novo comprar carvão.

Esta mancha que representou durante muito tempo a maior plantação de eucaliptos de toda a Europa resultou de ensaios feitos em parceria pelo proprietário com a indústria de celulose instalada na Suécia, uma vez que na época não era ainda conhecida a pasta de papel com origem no eucalipto. Por curiosidade, grande parte desta mancha florestal ardeu em 1991, com mais de 70 anos de idade, no maior incêndio de que há história nos concelhos de Coruche e Salvaterra de Magos, tendo queimado uma

Vista do Mirante da Agolada: casa do guarda florestal e o extenso eucaliptal.
Herdade da Agolada, Coruche.
Anos 40 do século XX
[MMC/AHM]

área superior a 10 000ha e que, por ironia, teve o seu início numa mancha de montado de sobro.

Pondo de lado preconceitos mais ou menos urbanos e, sobretudo, pouco razoáveis, o certo é que Portugal é líder mundial em dois sectores cujas matérias-primas podem ser produzidas no concelho: cortiça e pasta de papel. E este aspeto, não sendo garantia de nada, dá pelo menos alguma tranquilidade no encarar do futuro florestal do concelho.

Sendo certo que *a previsão mais acertada acerca do futuro é aquela que prevê que nenhuma previsão se verificará*, é provável que se note nos próximos anos uma redução da produção de cortiça e uma diminuição da área de sobreiro à medida que os montados mais antigos e os mais mal adaptados forem chegando ao fim da sua vida útil.

Como não existe regeneração suficiente para repor a produção que se vai perdendo, essas áreas irão sendo substituídas por pinhal manso, com uma floresta igualmente aberta, com cerca de 100 a 150 árvores por hectare, e por eucalipto para produção de madeira, com forma de exploração tipicamente florestal e com elevadas densidades, de cerca de 1000 plantas por hectare. Quaisquer destas opções traduzir-se-ão em aumentos significativos do rendimento florestal por unidade de área.

Não deve contudo perder-se de vista que o sistema de exploração criado e desenvolvido pelo Homem com o montado de sobro se adapta melhor que qualquer dos outros aos nossos condicionalismos de solo e clima, particularmente pela resistência ao fogo, pela possibilidade de produzir uma significativa variedade de outros bens e serviços no mesmo espaço, pelo aumento de biodiversidade que proporciona, entre outras importantes funções.

Estas normalmente não captam o interesse particular dos produtores nem dos mercados, mas devem atrair o do Estado, porque são fundamentais para a preservação do território.

Daqui decorre a necessidade de políticas públicas que "corrijam" os mercados no sentido de tornar o sobreiro, particularmente o investimento na sua regeneração, concorrencial com as outras alternativas florestais. Se bem definidas e implementadas, essas políticas permitiriam por um lado generalizar aquilo que já se vai fazendo pontualmente que é a instalação, com sucesso, de novos montados em áreas de eucaliptos que chegaram ao fim da sua vida útil e, por outro, garantir uma diversidade de produções que permita combater mais facilmente os diferentes riscos que a floresta tem que enfrentar: incêndios, pragas e doenças, oscilações de preços das matérias-primas, concentração da procura, entre outros.

Atualmente, ao olhar para o futuro, estamos sem dúvida bem melhor do que há cento e cinquenta anos. O concelho de Coruche tem um potencial de produção que abrange várias

espécies florestais, com maior ou menor rendibilidade, mas em que duas delas abastecem indústrias nacionais líderes mundiais. Temos muito mais conhecimento sobre as diferentes espécies e desenvolvemos para cada uma delas uma silvicultura tecnicamente evoluída e preocupada com a sustentabilidade ambiental. Todas têm espaço e todas podem e devem ser utilizadas, desde que saibamos "onde, quanto e como".

Se alguma coisa aprendemos do passado é que a multifuncionalidade, aliada à diversidade de produções, é uma característica bem mediterrânica (oposta à especialização nórdica que parece estar na moda), que deve ser mantida e preservada. Não por uma questão de identidade cultural, mas sim por uma questão de sobrevivência.

Evolução da área florestal em Portugal Continental

Un: 1000ha

<table>
<tr><th></th><th>1875[1]</th><th>1910[1]</th><th>1939[1]</th><th>1972[1]</th><th>1984[1]</th><th>1995[2]</th><th>2005[2]</th><th>2010[2]</th></tr>
<tr><td>Montado de sobro</td><td rowspan="2">370</td><td>366</td><td>690</td><td>641</td><td>680</td><td>747</td><td>731</td><td>737</td></tr>
<tr><td>Montado de azinho</td><td>417</td><td>360</td><td>526</td><td>534</td><td>367</td><td>335</td><td>331</td></tr>
<tr><td>Pinhal bravo</td><td>210</td><td>430</td><td>1161</td><td>1307</td><td>1351</td><td>978</td><td>795</td><td>714</td></tr>
<tr><td>Eucaliptal</td><td>-</td><td>-</td><td>-</td><td>166</td><td>243</td><td>717</td><td>786</td><td>812</td></tr>
<tr><td>Pinhal manso</td><td rowspan="2">60</td><td rowspan="2">744</td><td rowspan="2">256</td><td rowspan="2">194</td><td rowspan="2">234</td><td>120</td><td>173</td><td>176</td></tr>
<tr><td>Outros</td><td>356</td><td>363</td><td>376</td></tr>
<tr><td>TOTAIS</td><td>640</td><td>1957</td><td>2467</td><td>2834</td><td>3042</td><td>3285</td><td>3183</td><td>3146</td></tr>
</table>

(1) Radich e Baptista, 2005.
(2) ICNF – *Inventário Florestal Nacional,* 2014, www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/ifn6

NOTA:
Por muito díspares que sejam as fontes estatísticas parece consensual que o grande salto quantitativo da floresta em Portugal se deu entre 1875 e 1939. O "motor" deste crescimento foi o aumento da procura de matérias-primas, sobretudo madeira, cortiça e resina, que o desenvolvimento industrial implicava.
A resposta a este estímulo foi dada por proprietários privados que fizeram avançar o montado de sobro no Sul e o pinhal bravo no Norte e Centro. De então para cá, o mesmo padrão, com outra espécie: o eucalipto.

Área florestal no concelho de Coruche

Un: ha

	1971[1]	1991[1]	2005[2]
Montado de sobro	50 257	50 827	49 719
Eucaliptal	7136	9366	9573
Pinhal manso	1530	4325	9130
Pinhal bravo	4884	6546	2210
Montado de azinho	Incluído nos "outros"	Não disponível	09
Outros	2931	Não disponível	454
TOTAIS	66 738	Não disponível	71 895

(1) Programa de Desenvolvimento Agrário Regional (PDAR) do Baixo Sorraia, 1993, Anexo VI – Florestas.
(2) ICNF – *Inventário Florestal Nacional*, http://www.icnf.pt/portal/florestas/ifn/ifn5/rel-fin

NOTA:
A floresta no concelho de Coruche segue o percurso referido para o Sul do País: predominância dos montados, neste particular com expressiva dominância do montado de sobro, instalados no último quartel do século XIX/primeiro quartel do século XX.
Nos últimos anos nota-se, tendencialmente, a manutenção, ou mesmo um ligeiro decréscimo da área de montado e um aumento das áreas de pinhal manso e eucalipto.

Bibliografia

Alves, António Monteiro; Pereira, João Santos; Silva, João M. Neves (eds.) – *O eucaliptal em Portugal: impactes ambientais e investigação científica*, Lisboa: ISA Press, 2007.

Baptista, Fernando Oliveira; Santos, Ricardo Terra – *Os proprietários florestais: resultados de um inquérito,* Oeiras: Celta Editora, 2005.

Fonseca, Ana – *O montado no Alentejo: século XV a XVIII*, Lisboa: Colibri, 2004.

Otero, Carlos (ed.) – *Creating the future of the countryside: the european estate*, Madrid: Instituto Ibérico para el Medio Ambiente, 2009.

Radich, Maria Carlos; Baptista, Fernando Oliveira – "Floresta e sociedade: um percurso (1875-2005)", *Silva Lusitana*, 13 (2), Lisboa: EFN, 2005, pp. 143-157.

A energia a vapor no concelho de Coruche

João Sequeira[1]
Jorge Custódio[2]

"Em criança trabalhei como fogueiro de uma locomóvel na Quinta de Santo André em Coruche, num lagar de azeite. Já não me lembro de muita coisa, mas lembro-me que no fogareiro eu assava marmelos e ficavam um mimo! No inverno, então, era um luxo!", são as palavras de Antero Consciência, 76 anos em 2013, morador em Benfica do Ribatejo.

Em Portugal, durante grande parte dos séculos XIX e XX, as máquinas a vapor, nas suas mais diferentes variantes, fizeram parte do quotidiano de vários sectores económicos da sociedade. O empresário capitalista possuía-as, o operário trabalhava com elas, para além de lhes proporcionar uma manutenção esforçada e dedicada baseada, em muitos casos, no conhecimento empírico, um saber de experiência feito.

Estas máquinas a vapor não surgiram, contudo, de surpresa no dia a dia do povo português. Apesar de ser uma tecnologia que desde o século XVIII foi tomando conta de muitos sectores da industrialização inglesa e que se propagou à Europa e ao mundo, floresceu e cresceu com tal força que, uma vez instalada, parecia não voltar a ser dispensável. Era igualmente imparável quanto à inovação, proporcionando o desabrochar da indústria dos motores, que se aplicava simultaneamente nas minas, na indústria, na agricultura, nos transportes e no comércio.

Reconhece-se o potencial da utilização da energia a vapor desde a Antiguidade, com Hero de Alexandria (10-80 d.C.), em pequenas aplicações para entretenimento ou demonstrações; mesmo na Idade Moderna era assim, embora gradualmente se afirmasse pelas suas vantagens térmicas ou mecânicas, como nas inovações de Giovanni Battista della Porta,[3] de Denis Papin ou, em 1663, com Edward Somerset, o Marquês de Worcester.[4]

Mas, para já, não recuemos tanto.[5]

Iniciemos esta breve introdução em 1698, quando um inventor inglês, de seu nome Thomas Savery (1650-1715), resolveu uma série de problemas aos mineiros ingleses com um dispositivo que utilizava a injeção de vapor num recipiente que "puxava" a água das minas, por diferença de pressão atmosférica provocada pelo aquecimento. Uma vez cheio de água,

1 Bolseiro do projecto A Era da Energia a Vapor em Portugal (1820-1974) – IHC/EDP – Mestre em Arqueologia.

2 Investigador integrado do IHC – FCSH da UNL. Coordenador do projeto A Era da Energia a Vapor em Portugal (1820-1974). Ex-Presidente da APAI – Associação Portuguesa de Arqueologia Industrial. Doutorado.

3 Rankine, 1859, p. 19.

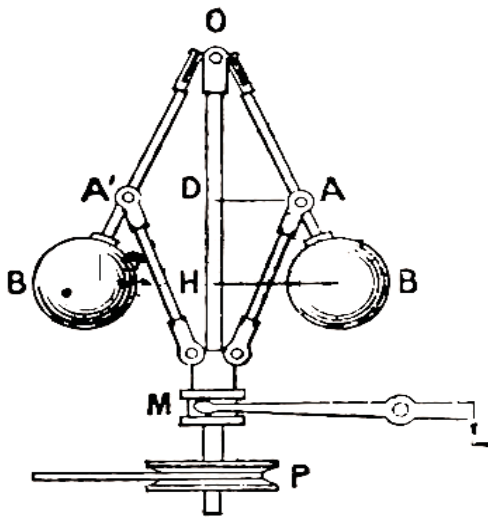
4 Rankine, 1859, p. 19; Clark, 1892, p. 19.

5 A fase eotécnica (conforme Lewis Mumford) compreende o período entre o ano 1000 e o ano 1750, onde as energias predominantes são o vento e a água: o vapor é uma aquisição técnica tão insignificante que não teve repercussão prática, nem utilização suficientemente alargada para entrar como inovação nesta baliza cronológica. A máquina por excelência, emblemática da Idade Média, é o relógio (Mumford, 1977, pp. 151-152). Para as inovações medievais, veja-se a obra clássica de Gimpel, 1976; e para o relógio mecânico, Cipolla, 1992; e Rossum, 2001.

Enfardadeira mecânica tracionada por locomóvel a vapor.
Coruche. Meados do século XX
[MMC/AL]

o recipiente era esvaziado, mas o mesmo tinha que ser novamente aquecido. O processo era inovador, contudo perdia-se uma grande quantidade de combustível e de tempo, o que não impediu que, durante várias décadas, esta máquina de fogo fizesse um grande sucesso, tornando-se o “amigo dos mineiros” *(miners’s friend).*

Thomas Savery foi um engenheiro militar muito ativo no que diz respeito a invenções. Além de inspirador de conceitos desenvolvidos por outros homens da ciência, tais como Denis Papin (1647-1712),[6] registou patentes de outras coisas pelas quais não é assim tão conhecido, tais como uma máquina para polir vidros e mármore ou um sistema de pás para propulsionar barcos,[7] inventos que não tiveram muito sucesso. Trabalhou como responsável pelo fornecimento de medicamentos a uma instituição de apoio a marinheiros e, como tal, viajava bastante. Nas suas viagens conheceria Thomas Newcomen (1664-1729), que viria a ser seu sócio e um continuador do desenvolvimento da máquina atmosférica, destinada à bombagem da água das minas, onde o vapor teve um largo sucesso, garantindo o aprofundamento da lavra.

O engenho de Newcomen só seria melhorado significativamente na segunda metade do século XVIII por James Watt (1736-1819) aquando da adição de uma câmara condensadora do vapor, separada da máquina, de forma a contornar as perdas desnecessárias de energia com o arrefecimento e aquecimento sequencial do recipiente principal: desta forma o cilindro motor mantinha-se a uma temperatura constante.

Exemplo de governador centrífugo

Para evitar os custos muito elevados de combustível na extração de carvão ou minério das minas inglesas, James Watt desenvolveu estudos e experiências sobre o vapor e as máquinas para acionarem as bombas e outros mecanismos. Em poucos anos é um industrial famoso que as fabricava tanto para as minas como para a indústria. A industrialização britânica beneficiou de imediato desta novidade energética, enquanto inovação e resultado económico, difundindo-se na Europa e resto do mundo. James Watt é famoso ainda pelo aperfeiçoamento do regulador centrífugo,[8] dispositivo crucial para manter a estabilidade do funcionamento das máquinas a vapor, e que veio a ter aplicações tão práticas e essenciais em outros dispositivos, tais como o fonógrafo de Thomas Edison ou o telefone de disco de Almon Brown Strowger. Em relação a este último, ainda estaremos todos recordados que, ao marcar os números, o disco não rodava subitamente para a sua posição inicial de forma imediata, mas sim lentamente. Isto graças a um minúsculo dispositivo limitador colocado no mecanismo, inspirado no “governador” centrífugo.

6 Papin, 1707.

7 Cf.: Famous Inventors – *Thomas Savery*.

8 Muito provavelmente a partir de um aparelho com características semelhantes e que era utilizado para controlo e regulação da admissão de água nos motores hidráulicos. Um exemplar pós Watt, aplicado ao funcionamento de uma fábrica de moagem a energia hidráulica, pode observar-se na Nabantina, na Levada de Tomar. Outro, existia ainda em 1988, em Unhais da Serra, numa fábrica de lanifícios, associado ao funcionamento de uma roda hidráulica, todavia posterior ao aperfeiçoamento de Watt.

Todas estas máquinas possuíam um tamanho considerável. Eram ideais para o funcionamento em unidades industriais (têxteis, moagens, fabrico de papel ou, mais tarde, em centrais termoelétricas), mas muito grandes para funcionar em pequenas ou médias explorações industriais ou agrícolas, não satisfazendo as necessidades de mobilidade ou adaptabilidade requeridas pelas diferentes atividades rurais, como por exemplo a debulha de cereal ou a serração de madeiras. Logo no início do século XIX, também em Inglaterra, um engenheiro de minas chamado Richard Trevithick (1771-1833) registou a patente de uma máquina semiportátil de alta pressão em 1812,[9] utilizada numa debulhadora de Sir Christopher Hawkins, grande proprietário agrícola de Cornwall. Trevithick possui o crédito de uma série de patentes e invenções que inspiraram outros, tais como William Tuxford (1781-1871), a quem é atribuída a construção de uma primitiva locomóvel em 1850.[10]

As décadas de 1840 e de 1850 foram pródigas na inovação de máquinas de vapor. A influência imediata deveu-se aos êxitos do desenvolvimento da locomotiva dos caminhos de ferro, sobretudo devido a Georges Stephenson e à caldeira tubular (inovação principal de Marc Séguin), que se aplicou nesta máquina de tração ferroviária. Entre 1840 e 1850 surgem as locomóveis, cuja afinidade com as locomotivas é bem evidente se as pusermos em paralelo. Estava em causa a aplicação do vapor na mecanização da agricultura. Mas não foi apenas na agricultura que se operou a revolução dos novos tipos de motores. Decorria um fenómeno industrial novo: a expansão da pequena e média indústria, onde a nova energia surgia como solução há muito esperada. Por isso tornavam-se necessários motores mais pequenos, de cilindros horizontais ou ainda pequenas caldeiras com máquinas associadas (verticais ou horizontais) que tivessem a possibilidade de se adaptar a espaços mais exíguos, que se pudessem fixar – hoje num lado, amanhã noutro – e que resolvessem as vicissitudes inerentes à mão de obra, dispensando-a em parte.

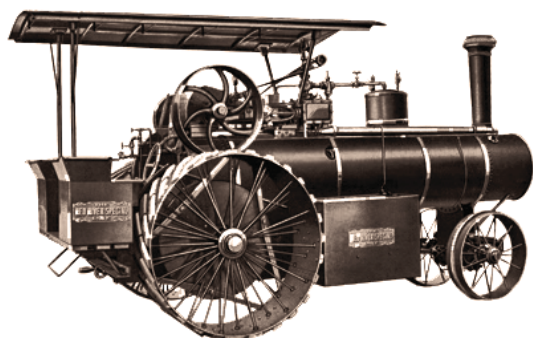
Exemplo de locomóvel
[cf.: George Frick and his steam empire]

Data de 1850 o ponto de partida para uma maior proliferação das máquinas a vapor portáteis, entre elas as locomóveis *(portable steam engines)*. Estas satisfaziam consideravelmente a necessidade de mobilidade: iam para o campo, puxadas por animais, para fazer trabalhar as debulhadoras ou as enfardadeiras; deslocavam-se até uma pedreira, para partir pedra; acionavam grandes serras de madeira nas florestas, mesmo no local onde as árvores eram abatidas; solucionavam o movimento das galgas de um lagar de azeite, não alterando a arquitetura do edifício onde o engenho se encontrava; ajudavam a produção de farinha nas herdades. A estrutura dominante destas máquinas é uma caldeira, cujo vapor produzido faz mover um cilindro motor (ou cilindros) colocado por cima (uma das

9 Cf.: Grace's Guide – *Richard Trevithick*.

10 Cf.: Grace's Guide – *William Tuxford and Sons*.

localizações possíveis) do gerador de vapor que, por sua vez, acionava um volante através do sistema da biela-manivela, levando a energia mecânica para onde fosse necessária. Tudo isto manobrável no terreno por quatro rodas; as quais até poderiam ser retiradas, caso se desejasse fixar a máquina, em suportes de alvenaria por exemplo, permitindo uma maior estabilidade permanente ou temporária. Entramos no domínio da flexibilidade dos motores do vapor e essa era a sua maior vantagem, para além de poupar energia humana ou animal, com maior eficiência, produtividade e economia.

O surgimento de máquinas que fossem "auto-móveis", ou seja, que se movessem sem recurso a tração exógena ou externa ao próprio sistema, será desenvolvido, paralelamente, como outra solução eficaz para situações em que seria necessário uma mobilidade de outro tipo dos motores a vapor. Surgem neste contexto as locomotoras *(traction engines)*, criadas para puxar cargas, tal como as locomotivas, mas nos terrenos ou nas estradas. Daí o nome *traction,* tão semelhante a "tração" em português. Diferenciam-se das locomotivas porque estas últimas não possuem a liberdade de movimentação que as locomóveis tinham, pois aquelas circulavam sobre carris.[11] A locomotora circulava nas estradas ou nos campos. Destinava-se ao transporte ou podia até construir as estradas por onde circulava. Era agrícola, enquanto antepassado do trator.

Exemplo de locomotora
[cf.: Steam Engine]

A tecnologia da locomotora foi experimentada pela primeira vez, em protótipo, graças ao incansável génio de Richard Trevithick, em 1801. Mas só em 1859 é que uma empresa chamada Aveling & Porter, ao modificar uma unidade locomóvel da marca Clayton & Shuttleworth, se aproximou da elaboração de uma locomotora.[12] É legítimo assim dizer que as locomotoras se inspiraram nas locomóveis. De facto, mesmo após o fabrico da última locomotora muitas centenas de locomóveis foram produzidas nas fábricas e oficinas industriais inglesas,[13] como noutras fundições e metalomecânicas de outros países especializadas no fabrico de caldeiras e de motores industriais.

Os anos entre 1860 e 1920 foram – na Europa – o período áureo da utilização das locomotoras.[14] O declínio da utilização das mesmas após este período pode dever-se a muitos fatores, tais como o desenvolvimento dos motores de combustão interna, entre os quais o motor *diesel*, consequência dos períodos de guerra, tão exigentes na busca de recursos mais fiáveis e versáteis.

11 Diferenciam-se também dos *steam wagons* (camiões ou vagões a vapor) ou dos *steam lorries* porque estes não puxam a carga, carregam-na ou transportam-na, ou ainda dos automóveis a vapor (*steam car*), destinados a circular nas cidades ou estradas, para transporte do motorista e de passageiros, que estiveram na génese do automobilismo.

12 Bonnet, 1975, p. 5.

13 Gregory, 2014, p. 8.

14 Bonnet, 1975, p. 5.

Convém não esquecer que as locomotoras eram veículos muito grandes e pesados. A sua manutenção minuciosa poderia ser um obstáculo sério à sua utilização constante que se queria frequente de forma a justificar o investimento. De recordar também que o combustível disponível para queimar nestas máquinas varia bastante de país para país, e mesmo de região para região. A título de exemplo, é natural que uma locomóvel utilizada num lagar de azeite fosse alimentada com o bagaço da azeitona, enquanto outra que fizesse trabalhar uma enfardadeira aproveitasse a palha e no caso de uma fábrica de descasque de arroz se utilizasse a casca deste cereal. No caso da utilização de carvão mineral, a Inglaterra ou a Alemanha foram países que sempre tiveram este recurso natural, essencial no complexo carvão-vapor. Em Portugal, contudo, a lenha ocupou um lugar relevante na produção da energia térmica.

Operar locomóveis ou locomotoras parece ter sido tarefa complicada a princípio. A falta de especialização e de conhecimentos por parte dos operários terá levado a acidentes mais ou menos graves. Mas tal não impediu o saber de experiência feito e, pouco a pouco, a experiência a lidar com estes engenhos foi transmitida de geração em geração, a par com uma maior intensificação e minúcia por parte das entidades vistoriadoras em certificar as boas condições das caldeiras.

Observemos o caso da debulha mecânica a vapor, realizada nas eiras das herdades agrícolas, no que diz respeito à organização de trabalho e de economia. A debulha ocorria após a ceifa do cereal (trigo ou centeio) e envolvia uma concentração de máquinas e operários num determinado tempo e movimento agroindustrial, com vista a separar – em larga escala e velocidade – o cereal da palha, sendo esta uma economia fundamental na vida agrícola, como ração de gado, por exemplo. No caso da debulha, para além da substituição da força de trabalho humana ou animal que seria necessária utilizar num período sazonal de atividade (correspondente aos meses de junho e julho), a inovação da energia a vapor pressupôs uma nova organização para a mecanização da debulha ou da debulha mais enfardamento da palha. A organização assentava numa estrutura de pessoal composta por dois grupos distintos. O grupo especializado ligado à ação motora da locomóvel em articulação com a debulhadora e/ou enfardadeira e o grupo ligado às funções operadoras de alimentação das máquinas e tratamento dos resultados da operação de debulha e/ou enfardamento. Mostra-se no quadro seguinte esta dupla de trabalhadores que a mecanização da debulha exigia enquanto organização industrial. Entre os operários agrícolas há uma graduação de trabalho indiferenciado.

Jogo de debulha completo. Desenho litografado [cf.: Catálogo Illustrado]. Note-se que o desenho reproduz uma combinação modelo que era comum e apresentada por metalomecânicas inglesas, sendo que a empresa portuguesa fazia construções mecânicas e reparações de locomóveis e debulhadoras

Em Portugal não se apostou na utilização de locomotoras em grande escala. Esta ausência é notada através do estudo sistemático dos arquivos das instituições que regulamentavam

as vistorias a máquinas a vapor.[15] Sabem-se de exemplares preservados muito dispersos, como uma unidade em Serpa e outra em Coruche. Mas ainda é muito cedo para avançar conclusões. Durante a primeira fase da missão de inventário foi identificado um cilindro a vapor, para nivelação de pavimentos rodoviários, em Portalegre, cujo fabricante era alemão,

Sistema combinado de debulha a vapor: pessoal e funções operárias[i]

Cadeia técnica	Pessoal operário	N.º [ii]	Profissão	Descrição das funções
Motora	Especializado	1	Maquinista[iii]	Técnico responsável da locomóvel e da relação entre motor e operação mecânica com domínio do sistema de transmissões.
	Especializado	2	Fogueiro	Técnico especializado em caldeiras. Alimentava a fornalha de combustível. Substituía o maquinista quando não existia.
Operadora	Operário principal	3	Alimentador	Operário agrícola habilitado para alimentar a debulhadora de molhos de espiga, função que exigia muita perícia em termos de carga e de tempo. Trabalhava em cima da debulhadora.
	Indiferenciado	4	Auxiliar	Tinha como função ajudar o alimentador no cimo da debulhadora. Tomava atenção ao gesto de preparar os molhos que se destinavam ao alimentador.
Complementares	Operário agrícola	5	Feixeiro	Operário que tinha como função fornecer os molhos de cereal à equipa que se encontrava por cima da máquina de debulha, tendo como principal preocupação a retirada dos atilhos dos feixes.
	Operário agrícola	6	Feixeiro	Esta operação requeria em geral um segundo feixeiro.
	Operário agrícola	7	Ensacador sementes	Tinha como principal preocupação colocar os sacos nas bocas de saída da debulhadora para ensacar as sementes. A sua atenção era essencial para que os sacos não vazassem.
	Operário agrícola	8	Palheiro	Responsabilizava-se pela receção da palha e, em caso de articulação entre debulhadora e enfardadeira, de acompanhar o processo de enfardamento da palha e retirada do fardo da máquina.
	Operário agrícola	9	Palheiro	Estas operações requeriam quase sempre dois operários.
	Indiferenciado	10	Auxiliar	Dar apoio no solo ou na meda ao arrumo da palha.
	Indiferenciado	11	Auxiliar	Idem.

i Esquematização proposta por Jorge Custódio.

ii O número de trabalhadores envolvidos no sistema de debulha mecânica a vapor era no mínimo 9 e em média 11 a 12. Dependia da quantidade de cereal produzido na propriedade, da existência de sistema cooperativo entre proprietários ou do sistema de aluguer e do tempo necessário para proceder a esta operação agrícola.

iii No início os maquinistas eram de origem inglesa ou do país fabricante da locomóvel. No seu caderno de encargos podiam ou não ensinar operários portugueses mais habilitados, isto antes do desenvolvimento do ensino técnico em Portugal.

da acreditada firma Henschel & Sohn, datado de 1926.[16] Estes cilindros pertencem à "classe" das locomotoras pela semelhança do chassis.

Por serem mais baratas, as locomóveis continuaram a ser utilizadas na indústria, na mineração, na agricultura e nas obras públicas, ainda durante muitos anos. Mesmo quando esta tecnologia foi declarada obsoleta, após a II Guerra Mundial.

15 Este estudo está a decorrer no âmbito do projeto A Era da Energia a Vapor em Portugal (1820-1974).

16 Está na Avenida do Bonfim, em frente ao antigo edifício da Junta Autónoma das Estradas (JAE). Também há o conhecimento de outras dependências das Infraestruturas de Portugal, em Almada, que preservaram e musealizaram este tipo de cilindros. É notório que a posse destas unidades estivesse nas mãos do Estado, devido ao preço das mesmas, bem como os custos da manutenção.

Introdução da energia a vapor em Coruche

No século XIX o vapor era sinal de progresso técnico, de modernização e de industrialização, enquanto energia com capacidade de responder às exigências de consumo da produção industrial, tendencialmente com novas exigências de trabalho à máquina e de mecanização. Por estas razões é importante saber quando é que a energia é introduzida num país, quando chega a uma região e é novidade numa cidade ou se divulga no campo.

A forma como a energia a vapor se instala extravasa os objetivos deste estudo. Há, contudo, um aspeto a considerar: os diversos sectores económicos adquirem no mercado internacional ou nacional os geradores de vapor e os seus diferentes motores. São bens de capital. Cada um é uma unidade autónoma de energia, térmica, mecânica e até elétrica, quando um gerador e uma máquina a vapor se combinam com um dínamo ou um alternador.

Ainda não foi possível apurar em que data o vapor chegou a Coruche. Os estudos prosseguem. Se avaliarmos que tanto a industrialização como a mecanização requerem ao longo dos séculos XIX e XX novas potências e motores e que as energias tradicionais, profundamente limitadas nas suas forças, mostram os seus fracos rendimentos, facilmente percebemos que aquelas realidades económicas e técnicas são a causa da procura de energias menos convencionais e, neste caso, inovadoras e artificiais. Contudo, Coruche cumpria ainda na década de 1950 "o seu destino agrícola determinado na época da sua origem".[17] Seria mesmo assim?

Na realidade, o campo e a sua agenda agrícola, com os seus ritmos ancestrais, estavam profundamente enraizados na economia agrária, cujas origens remontavam à neolitização, antiguidade, romanização e Idade Média. Coruche parece ter sido chamada a garantir o esforço da expansão portuguesa, com um Sorraia navegável até ao Tejo, levando a produção da charneca e das suas lezírias a outros patamares. As indústrias ancestrais são também as de base agrícola, mas o seu efeito na vida económica participava das conjunturas e da rotina das grandes herdades. Depois há um grande hiato de conhecimento. A chegada do caminho de ferro, em 1904, constitui uma referência num tempo em que o rio sofria os efeitos do seu assoreamento e estagnação. Por essa altura o vapor inicia a sua relação com Coruche e a sua região por via das locomotivas a vapor, que levavam e traziam passageiros e mercadorias. São célebres os festejos da inauguração dos caminhos de ferro e das cavalgadas dos campinos na senda da novidade que os transportes acelerados representavam na génese de uma economia industrial ou mais modernizada. Coruche tinha potencialidades, produtos de referência, como a cortiça, o arroz e os cereais. Essas seriam, porventura, no tempo da inauguração da linha Setil-Vendas Novas, as matérias-primas do progresso. E de alguma forma parece que o foram, pois surgem fábricas de descasque de arroz (Monte da Barca, de

17 Ribeiro, 1959, p. 163.

Mário Augusto de Mendonça, ativa entre 1933 e 1940), de moagem mecanizada e massas alimentícias (Branco Silva & Simões, Lda., e Lopes, Raposo & Oliveira, Lda.).[18] Tenta-se ainda uma fábrica de louça de esmalte. Todavia, as esperanças de uma nova era industrial fragilizaram-se, pouco se sabendo ao certo sobre a sua história. Margarida Ribeiro fala no falhanço da industrialização da cortiça, numa região de extensos montados e também sobre o "falhado fabrico de esmalte e massas alimentícias".[19]

A mecanização da moagem esteve ainda na origem da introdução da iluminação pública e particular. No sul do país conheciam-se experiências de unidades fabris que produziam energia elétrica a partir da energia a vapor, servindo duas realidades distintas: a industrialização da moagem e a produção de eletricidade de serviço público. Esta inovação parece ter sido materializada pela Moagem Vale do Sorraia, pertencente à Branco, Silva & Simões, Lda. Com fundação anterior a 1927, a moagem surge com uma central termoelétrica entre 1927 e 1984, mas nem sempre com os mesmos motores. A adoção da energia elétrica parece ter sido uma importante inovação do período republicano, a tal ponto que a moageira se especializou neste segmento de mercado, colaborando para a novidade da iluminação da sede de concelho. Entre 1927 e 1942 a energia mecânica era produzida por um motor a gás pobre fabricado pela construtora Bates, por vezes substituído por outro da Rieter. Ambos acionavam um gerador elétrico da marca Pöge. Em 1940 fornecia "energia termodinâmica" para a iluminação de Coruche, a 2$50 o kw (1940)[20] mas, desde 1935, passara também a serviço particular. Depois sofre uma reestruturação e entra em funcionamento um motor a *diesel* conjugado em alternância com uma máquina semifixa a vapor. Isto aconteceu entre 1948 e os meados da década de 1980. Estas alterações ocorrem depois de Coruche passar a receber energia da Hidroelétrica do Alto Alentejo, o que permitirá alargar a área territorial da distribuição de eletricidade à freguesia do Couço. Assim a central termoelétrica da Moagem Vale do Sorraia destinava-se às funções industriais, continuando a suprir as falhas de corrente da hidroelétrica, que a Moagem geria de forma diferenciada. O próprio gerador da termoelétrica foi substituído na sequência destas alterações de sistemas motores em 1968.

O inventário das Unidades Técnicas Motoras a Vapor (UTMV) de Coruche permitiu identificar uma máquina a vapor nos armazéns da autarquia, em estado de sucata, dado o grau de destruição revelado, depois de ser removida da moagem onde se encontrava para os estaleiros municipais. Reconheceu-se nesta máquina o motor alternativo da central da Moagem. De origem alemã, deveu-se ao construtor R. Wolf. Era um grande gerador semifixo fabricado em 1921 nas oficinas da firma em Magdeburgo-Buckau. O

18 Unidade fabril situada na Rua do Bom Nome, que utilizava provavelmente uma locomóvel ou uma caldeira da marca Davey Paxman.

19 Ribeiro, 1959, p. 164.

20 O termo "termodinâmica" foi aquele que o autor da entrada sobre Coruche teve para a caracterização da energia desenvolvida na central termoelétrica da moagem, sendo um conceito oriundo da física do vapor. Cf. *Boletim da Junta de Província do Ribatejo*, 1940, p. 426. Note-se que foram inúmeras as unidades industriais de moagem que no país, especialmente no Alentejo, tinham casas de máquinas com a dupla função de produção de energia para a fábrica e para a vila ou para o concelho.

gerador foi inspecionado, numa última vez, pela Direção Geral de Combustíveis, em 18 de fevereiro de 1974. Desmontado depois de 1984, a sua remoção marca um término da história do vapor em Coruche.[21]

O motor a vapor da R. Wolf apenas foi instalado na década de 1940. Onde foi pela primeira vez montado, entre 1921 e 1948? Desconhece-se. As máquinas semifixas a vapor de produção de energia elétrica foram identificadas em três locais do Vale do Tejo e uma no Vale do Sado, em geral aplicadas nas fábricas de descasque de arroz da Casa Cadaval (Muge), na Sociedade de Rio Frio (Palmela), em Coruche (estaleiros da Câmara Municipal) e ainda na Quinta da Comporta, no atual Museu do Arroz (Alcácer do Sal). Terá saído de alguma unidade de descasque de arroz? Este motor não se encontra registado no *Inquérito das Caldeiras e Motores da Indústria Nacional*, datado de 1927, pelo que poderia ter entrada na 3.ª Circunscrição Industrial depois desta data.

Uma outra máquina semifixa originária da metalomecânica de Heinrich Lanz de Manheim foi identificada no referido *Inquérito*, nas suas duas componentes integradas: a grande caldeira tubular horizontal e a máquina a vapor, colocada acima da caldeira.[22] Tinha a potência de 60 c/v. Este tipo de semifixa era uma especialidade da indústria de motores alemães. Mas onde funcionou? Em que condições? Para que fins? Seria na fábrica de massas alimentícias ou numa das duas de descasque de arroz existente ainda em 1947?[23] E porque não na Empresa Ferro-Esmalte de Coruche, ativa entre 1923 e 1928? No estudo conhecido sobre esta fábrica de esmalte diz-se que “a energia utilizada para movimentar máquinas e alimentar fornos era de caldeira a vapor, alimentada por lenha ou carvão, visto que a eletricidade foi inaugurada em Coruche só em 1927”.[24] No entanto, as caldeiras não movimentavam máquinas operadoras nem ferramentas mas sim os motores a vapor, de forma direta ou através de transmissões, de forma indireta. O *Inquérito* refere expressamente as ligações da Heinrich Lanz à indústria de alimentação, descartando a hipótese da empresa de esmalte. Neste caso, estaria instalada numa moagem de farinhas, no descasque de arroz ou na transformação alimentar, por exemplo as massas alimentícias, uma unidade abortada no processo de industrialização do concelho.

Exemplo de máquina a vapor fixa de grandes dimensões [cf.: GrexEnergia]

Mas para além da industrialização há que considerar ainda a mecanização agrícola enquanto espaço de difusão da energia a vapor. Que lugar teve a mecanização da agricultura na promoção do vapor em Coruche?

21 A máquina tem o número de fabrico de 20474. O número de processo da inspeção oficial da caldeira é 1281. A caldeira tinha por timbre 12 atmosferas, isto é, 12 kg/cm^2. Queimava resíduos vegetais (*Estatística das Instalações Elétricas em Portugal,* 1948). Usava filtros industriais de origem portuguesa (fabricados por Alfredo Alves & Filhos, de Lisboa) e servia um motor a vapor com a potência de 150 c/v.

22 A novidade radicava na transformação da energia térmica produzida pelo gerador de vapor em energia mecânica que por sua vez acionava o alternador.

23 “O Ribatejo sob o aspecto industrial”, 1948, p. 561.

24 Pereira & Ribeiro, 2004, p. 33.

Vejamos: a introdução de locomóveis na agricultura portuguesa começou nos férteis campos do Ribatejo. Na realidade, antes de se difundirem pelo Alentejo, chegaram à lezíria ribatejana, nos distritos de Santarém, Setúbal e de Lisboa, tanto na margem direita (Azambuja e Vila Franca) como na margem esquerda do Tejo, sobretudo nos concelhos da Chamusca, Alpiarça, Almeirim, Salvaterra de Magos, Coruche e Benavente. As locomóveis eram então importadas da Inglaterra e foram aplicadas inicialmente na debulha mecânica (desde 1856) e na lavra dos campos (desde 1861), contribuindo assim para a gradual mecanização da agricultura.[25] A difusão das locomóveis parece ter sido lenta, numa fase inicial, como defendem vários autores.[26] Embora este assunto esteja ainda dependente de uma avaliação da capacidade de oferta e de aquisição das máquinas das diversas marcas que se implantaram no mercado português, que se sabe ser mais alargado do que aquele que foi estudado para o Alentejo por Jaime Reis,[27] há dois aspetos que merecem destaque. Em primeiro lugar, alguns fabricantes estrangeiros fizeram, desde muito cedo, um esforço para a adaptação das máquinas produzidas às realidades geográficas e físicas dos terrenos portugueses.[28] Em segundo lugar, o espírito de inovação foi transversal aos agricultores e agrónomos dos terrenos ribatejanos que trocaram informações e agiram em espírito de interajuda. Isto fez da locomóvel uma máquina de franca aceitação em Portugal, como se pode ver no seguinte parecer técnico do Conselho de Minas, datado de 7 de agosto de 1860: "As machinas de vapor locomoveis teem à poucos annos prestado grandes serviços ás construcções, á agricultura e á industria fabril. Em todas as construcções importantes se vêem locomoveis empregadas, na serração das madeiras, na preparação d'aquellas que teem de ser enterradas e expostas ao tempo, no esgôto, na dragagem, na preparação das argamassas, na cravação das estacas, e n'uma infinidade de outros serviços. Na nossa agricultura estão ellas dando grande vantagem na debulha dos trigos, e não menos importantes poderão dar na sua applicação ás regas, e ao esgôto dos terrenos pantanosos. Ultimamente Thirion et de Mastaing engenheiros civis de Paris fizeram applicação do calorico do vapôr d'uma locomovel, á distillação de vinho estando todo o apparelho de destilação annexo a caldeira da machina e de facil transporte. Ver n.º 113 do tomo 19 (maio de 1860) do Genie Industrielle."

Segundo o Conselho de Minas, estes aparelhos não deviam ser considerados incómodos, nem perigosos, enquanto não se estabelecessem por muito tempo em qualquer localidade: "estas machinas de vapôr locomoveis são pouco perigosas porque sendo a sua caldeira tubolar contem muito pouca agua em relação à sua superfície de vaporisação, e porque as rotulas, que ordinariamente aparecem pela deterioração dos tubos queimados por a falta d'agua, ou por as incrustações, não serem perigosas e são de facil reparação".[29]

25 Custódio, 1992, pp. 44-46.

26 Pereira, 1971, pp. 106-107 ou Reis, 1982.

27 Reis, 1982, pp. 386-387.

28 Sarmento, 1888, p. 9.

29 Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, Conselho de Minas, Consultas, Livro 1.

A energia a vapor na mecanização da agricultura do Vale do Sorraia: alguns aspetos

Torna-se notório que a locomóvel seria do conhecimento da generalidade dos proprietários agrícolas dos campos do Sorraia durante a segunda metade do século XIX. Admite-se que tivesse entrado nessa época, sendo o uso da nova energia anterior à chegada do caminho de ferro.

Em Coruche, para a segunda metade do século XIX, o *Archivo Rural* dá-nos notícia do tipo de agricultura cerealífera praticada nas lezírias e na charneca do Vale do Sorraia, sendo o trigo predominante nesta época. As mesmas publicações ressalvam a introdução de máquinas a vapor no distrito de Santarém de forma a melhorar a safra, mas a um ritmo lento. Os costumes e as tradições são difíceis de substituir rapidamente, daí que todo o processo de mecanização da agricultura tenha tido intermitências e vários níveis de implantação. De qualquer modo, é natural que tenha havido um número significativo de locomóveis a laborar nos campos do Vale do Sorraia, já que a produção de trigo obrigava a processos vários onde seria lucrativa a introdução da energia a vapor, caso da lavoura mecânica, das máquinas debulhadoras e das enfardadeiras ou ainda, noutros sectores agrícolas, na drenagem das águas dos arrozais, na moagem de cereais ou no descasque de arroz ou ainda na lagaragem do azeite.

O inventário das UTMV do concelho de Coruche permitiu identificar, entre fins de 2015 e fevereiro de 2016, sete exemplares de utilização do vapor como energia.[30] Quatro desses exemplares referem-se a locomóveis usadas nos campos agrícolas do Vale do Sorraia, dois outros destinavam-se a fins industriais e produção de eletricidade, como vimos. Também foi identificado um gerador de vapor vertical, ainda que incompleto quanto ao mecanismo motor, cuja função era bombar água de um poço para um reservatório da Estação de Caminhos de Ferro de Coruche.

Pela gentileza do coordenador do Núcleo Agrícola viemos a conhecer as imagens de uma locomotora que esteve em laboração nos campos do Sorraia, pertencente a Margarida Oliveira Malta Romeiras.

No que se refere à mecanização foram identificados, até à data, dois exemplares na zona deste concelho, ambos da marca Robey & C.º, Ltd.

Um dos exemplares, que pode ser observado na exposição, pertenceu à família Falcão (Herdade do Monte Novo) e a outra a Mário de Mendonça (Herdade do Monte da Barca).

Locomotora em laboração nos campos do Sorraia. Coruche. Inícios do século XX [MMC/MOMR]

30 Os trabalhos de identificação destas unidades motoras foram realizados pelo projeto A Era da Energia a Vapor em Portugal (1820-1974) e tiveram a cooperação institucional do Museu Municipal de Coruche e a colaboração no terreno de Aníbal Mendes, responsável pela instalação do Núcleo Rural do referido Museu Municipal.

Em Coruche dois outros exemplares, identificados na Quinta de Santo André, levam-nos a olhar para o território do Vale do Sorraia como um espaço de eleição, onde dominavam herdades de muitos hectares de terrenos agrícolas e produção cerealífera em grande escala. Tal como tantas outras máquinas de vapor, as locomóveis estão a ser alvo de uma nova consciencialização patrimonial por parte dos seus proprietários, tal como da população em geral. A cada ano que passa menos se olha para estes exemplares como sucata mas sim como parte indissociável de um passado energético recente, correspondente à industrialização e à mecanização.[31]

Locomóvel musealizada
no Núcleo Rural de Coruche
[MMC/AM]

31 Na Grã-Bretanha e nos EUA as locomóveis e as locomotoras têm sido objeto de conservação e restauro e ainda de inegável criação de coleções, algumas delas musealizadas.

Dispomos de dados estatísticos da energia a vapor em Coruche. Estão insertos no *Inquérito* acima referido.[32]

Vapor em Coruche (*Inquérito*, 1927)

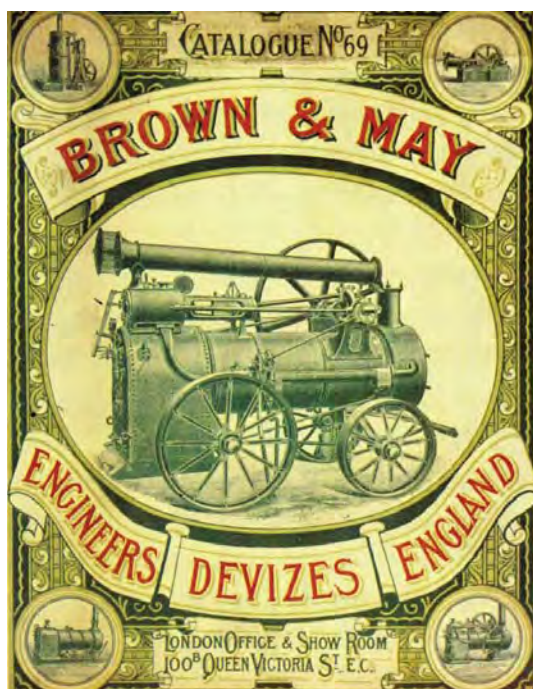
UTMV	Indústria	Empresa	Localidade	País	N.º	Potência H/P
Locomóvel	III	Brown & May, Ltd.	Devizes	Inglaterra	1	10
Locomóvel	III	Clayton & Shuttleworth, Engineers	Lincoln	Inglaterra	2	Desc.
Máquina amovível	VIII	Heinrich Lanz	Manheim	Alemanha	1	60
Caldeira horizontal semifixa	VIII	Heinrich Lanz	Manheim	Alemanha	1	-
Locomóvel	III	Marshall Sons & C.º, Ltd.	Gainsborough	Inglaterra	2	+ de 10
Locomóvel	III	Maschinenfabrik Badenia	Weinheim	Alemanha	2	22
Locomóvel	III	Ransomes Sims & Jefferies, Ltd.	Ipswich	Inglaterra	5	+ de 103
Locomóvel	III	Richard Garrett & Sons	Leiston	Inglaterra	3	41
Locomóvel	III	Robey & C.º	Lincoln	Inglaterra	4	29
Locomóvel	III	Ruston Proctor & C.º	Lincoln	Inglaterra	9	145
Total					30	+ de 420

III – Indústria agrícola; VIII – Indústria alimentar

A potência total gerada por este conjunto de máquinas era superior a 420 c/v, no que se refere aos motores a vapor propriamente ditos na conceção dos serviços oficiais. Quanto às caldeiras a questão é um pouco mais complexa, pois há que separar as locomóveis que se inscreviam neste horizonte da energia térmica e que dispunham de motores e que, em geral, não foram inventariados no universo dos motores das caldeiras com fins unicamente de geração de energia térmica para acionar motores ou para uso industrial ou público imediato.

O significado dos 420 c/v acima referidos indicava que a força energética do vapor em Coruche à data de 1927 era de 31 500 quilogrâmetros por segundo, ou seja, dispensava o trabalho de 2940 operários em cada 10 horas de trabalho/dia. De notar que, no que se refere às locomóveis, a energia era usada em função das épocas do ano, dependendo das utilizações que cada quinta lhes proporcionava e do tempo que seria necessário para cada uso agrícola (lavra, debulha, moagem, lagar, por exemplo), o que pressupõe tempos de trabalho e tempos de espera, durante os quais se procedia à sua manutenção ou ainda aplicação diversificada na herdade.

Os proprietários agrícolas de Coruche importaram sobretudo locomóveis de Inglaterra. Na realidade, das 30 locomóveis identificadas no *Inquérito*, 87% provêm da Grã-Bretanha e apenas 13% da Alemanha, outro mercado de referência. Nestes registos, nem uma fabricada em Portugal.

32 Portugal. DGCI, 1931; Portugal. DGCI, 1934.

Catálogo das máquinas da metalomecânica Brown & May, Devizes.
Empresa fundada em 1850
[cf.: Balchin, 1981]

Tentemos ainda arrolar onde podemos encontrar algumas das máquinas que laboraram nos campos e na indústria do concelho de Coruche.

Nos arquivos da ex-Direção Regional de Economia de Lisboa e Vale do Tejo (DRELVT) foram identificadas várias locomóveis no concelho de Coruche ou pelo menos assim estão registadas. Mas a tipologia poderá não estar sempre correta. Haveria na atribuição destas distinções certa confusão por parte da fiscalização, e é bem possível que algumas sejam locomotoras. Possível ainda será o facto de haver máquinas cujos registos se perderam, devido a vicissitudes que se prendem com o funcionamento da instituição fiscalizadora.

Neste arquivo identificaram-se como proprietários de máquinas a vapor em Coruche: Alberto Garcia Henriques Silva; António Henriques Falcão; António Prates Ribeiro Teles; António Queriol Roquette; António Ribeiro Henriques da Silva; Jacinto da Costa Silvério; João Dias de Almeida; João Lopes de Carvalho Júnior (2 máquinas); Joaquim Ribeiro Teles, Lda.; José Carlos da Silva Santos; José Martinho Alves do Rio & Herdeiros (3); Lopes, Raposo & Oliveira, Lda. (2); Manuel Augusto de Azevedo; Manuel da Cruz Palminha; Mário Augusto de Mendonça (proprietário de uma das máquinas inventariadas no terreno); Pedro Mexia Nunes Barata; Quinta Grande, Lda.

Nem todos possuíam máquinas para os mesmos fins. A documentação refere com frequência "Serviços agrícolas", o que estará de acordo com o perfil que se pretendia multifacetado destas unidades, mas algumas vezes surgem especificamente como aplicadas a lagares de azeite e moagem de cereais, algo que também se começa a constatar com estas unidades: apesar de móveis, podiam passar grande parte da sua vida num só espaço. Várias perguntas se impõem: Onde estão (se é que ainda existem) todas estas máquinas? Para que serviram? Quando foram utilizadas? Quais aquelas que foram partilhadas por outros agricultores ou industriais? Durante quanto tempo funcionaram?

As respostas não podem ainda ser dadas de forma completa, pois a documentação encontra-se em estudo. Do total dos processos estudados (29 geradores e máquinas), doze estão incompletos ou bastante incompletos, não podendo por agora ser analisados, pois os arquivos estão a ser transferidos das antigas Direções Regionais de Economia para a nova tutela – o Instituto Português de Qualidade. Ainda assim procurámos analisar alguns dos dados registados. Verifica-se através da documentação – tal como aconteceu com o *Inventário* de 1927 – a presença de várias locomóveis (18 máquinas). Os dados confirmam a preferência de máquinas de origem inglesa, das afamadas marcas Ruston Proctor & C.º Ltd. (10), Ransomes, Sims & Jefferies, Ltd. (2), Marshall & Sons (2), Richard Garret & Sons (2),

Robey & C.º (1), Davey Paxman (1). Duas locomóveis laboraram inicialmente fora do concelho antes de serem compradas pelos donos das herdades coruchenses. Uma delas, proveniente da Casa do Cadaval, esteve ao serviço da agricultura desde 1896. Uma locomóvel foi fabricada em Portugal. Trata-se da máquina da Empresa Industrial Portuguesa, a qual funcionou na Herdade da Amieira, sob a direção do proprietário, José Martinho Alves do Rio, Herdeiros. A Empresa Industrial Portuguesa era uma metalomecânica sediada em Lisboa, em Santo Amaro, que veio a fabricar, desde a sua origem, máquinas a vapor, locomóveis e caldeiras.

Da totalidade das 29 UTMV algumas locomóveis encontravam-se aplicadas a lagares de azeite (2) e uma máquina ao serviço da firma Lopes, Raposo & Oliveira, Lda., uma moagem de cereais e fabrico de massas.

Entre 1946 e 1974 instalam-se mais cinco caldeiras em Coruche mas para outras funções industriais, desde a agricultura (destilação de aguardente e de óleos essenciais; fábrica de preparação de cogumelos), mas também ao serviço da recauchutagem e vulcanização de pneus ou no apoio a uma confeitaria, situada em Azervadinha.

Por via do *Inquérito* de 1927, da documentação de arquivo ou do inventário de campo começam a juntar-se os dados que nos permitem identificar as unidades técnicas ligadas ao vapor no concelho de Coruche. Todos os elementos recolhidos garantem um cadastro mais completo do que aquele que inicialmente nos serviu de base. Entre os meados do século XIX ou sobretudo a partir do século XX a energia a vapor chegou a Coruche, mostrando as suas vantagens e soluções. Acima de tudo, parece ter tido uma maior aceitação nas indústrias agrícolas, participando na história da mecanização da agricultura no Ribatejo. Mas os seus efeitos económicos e sociais e as repercussões culturais requerem estudos complementares que com uma seriação ainda mais rigorosa nos permitam compreender o lugar desta energia da industrialização na vida quotidiana dos campos do Sorraia.

Bibliografia

Archivo Rural, n.os 9 10 e 11, Lisboa, 1866, p. 391; 1867, pp. 27 e 53; 1868, p. 55.

Balchin, W.G.V. (Consultant Editor) – *The country life book of the living history of Britain,* Londres: Country Life Books, 1981, http://progress-is-fine.blogspot.pt/2015/01/brown-may-engineers-devizes-england.html [2016.09.15].

Boletim da Junta de Província do Ribatejo, Lisboa, 1940.

Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém, n.º 48, Lisboa: JGDS, 1936.

Bonnet, Harold – *Discovering traction engines,* Aylesbury, UK: Shire Publications, Ltd., 1975.

Câncio, Francisco – *Subsídios para a história económica do Ribatejo,* Patrocínio da Junta de Província do Ribatejo, s.l.: s.n., 1944.

Catálogo Illustrado, Secção de Máquinas e Construção Mecânica: A Industrial Agrícola [de] Pinto de Sousa & Baptista, Rua Jardim do Tabaco, 19-31, Lisboa, [inícios do século XX].

Cipolla, Carlo – *As máquinas do tempo*, Lisboa: Edições 70, 1992.

Clark, D. Kinnear – *An elementary treatise on steam and the steam-engine, stationary and portable,* London: Lockwood, 1892.

Custódio, Jorge – "Da necessidade da arqueologia rural à prática dos estudos histórico-tecnológicos sobre a mecanização da agricultura", in *Trabalhar a terra. Mecanização da agricultura em Vila Franca de Xira,* Vila Franca de Xira: Câmara Municipal, 1992, pp. 37-49.

Estatística das Instalações Eléctricas em Portugal, 1928 a 1984, Lisboa: Imprensa Nacional, 1928 a 1984.

Famous Inventors – *Thomas Savery,* http://www.famousinventors.org/thomas-savery [2016.09.15].

George Frick and his steam empire – [Locomóvel], *Farm Collector,* Kansas: Ogden Publications, 2012, https://www.farmcollector.com/company-history/george-frick-zmlz12marzbea [2016.09.15].

Gimpel, Jean – *The medieval machine*. *The industrial revolution of the Middle Ages*, Nova Iorque: Penguin Books, 1976.

Grace's Guide to British Industrial History – *Richard Trevithick,* http://www.gracesguide.co.uk/Richard_Trevithick [2016.09.15].

Grace's Guide to British Industrial History – *William Tuxford and Sons,* http://www.gracesguide.co.uk/William_Tuxford_and_Sons [2016.09.15].

Gregory, Trevor – *Portable engines,* East Yorkshire, UK: Japonica Press, 2014

GrexEnergia – [Máquina a vapor fixa], *Energetická gramotnost...,* http://www.grexenergia.cz/aktuality.html [2016.09.15].

Mumford, Lewis – *Técnica y civilización,* 2.ª edición española, Madrid: Alianza Universidad, 1977 (1.ª edição inglesa, 1934; com base na edição inglesa de 1963, da Harcourt, Brace & World, Inc.).

Museu da Eletricidade – *Coruche,* http://www.cdme.edp.pt/winlib/cgi/winlib.exe?skey=BCCA64AC3B4244A0A3276489C392694F&pesq=11&pag=1&sort=9&tpp=25&cap=1%2C2%2C3%2C4%2C9%2C10%2C11%2C12%2C13%2C14%2C18%2C22%2C23%2C16&var7=Coruche&site=0 [2016.09.15].

Museu da Eletricidade – *Eletrificação do concelho de Coruche,* http://wikienergia.com/~edp/index.php?title=Electrifica%C3%A7%C3%A3o_do_concelho_de_Coruche [2016.09.15].

O Ribatejo sob o aspecto industrial, II Congresso Ribatejano, Lisboa: Casa do Ribatejo, 1948, pp. 539-576.

Papin, Denis – *The new art of pumping water by using steam,* 1707.

Pereira, Maria Isabel Vieira; Ribeiro, Ana Maria Figueiredo – *Memória de uma fábrica de esmalte,* Coruche: Associação para o Estudo e Defesa do Património Cultural e Natural do Concelho, 2004.

Pereira, Miriam Halpern – *Livre câmbio e desenvolvimento económico: Portugal na segunda metade do século XIX,* Lisboa: Cosmos, 1971.

Portugal. Direção Geral do Comércio e Indústria – "As caldeiras que a indústria nacional utiliza. Dados estatísticos referidos a 31 de Dezembro de 1927", in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 140, Lisboa: Imprensa Nacional, 1931.

Portugal. Direção Geral do Comércio e Indústria – "Os motores que a indústria nacional utiliza", in *Boletim do Trabalho Industrial,* n.º 143, Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

Rankine, William John Macquorn – *A manual of the steam engine and other prime movers,* Londres e Glasgow, UK: Richard Griffin, 1859.

Reis, Jaime – "Latifúndio e progresso técnico: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930", *Análise Social,* vol. XVIII, 2.º, Lisboa, 1982, pp.371-433.

Ribeiro, Margarida – *Estudo Histórico de Coruche,* Coruche: Câmara Municipal, 1959.

Rossum, Gerhard Dohrn-Van – *História da Hora,* Lisboa: Temas & Debates-Actividades Editoriais, 2001.

Sarmento, António de – *As machinas agricolas em Portugal,* Lisboa: Typ. Minerva Central, 1888.

Steam Engine – [Locomotora], Antique Farming, http://www.antiquefarming.com/steamengine.html [2016.09.15].

Nota sobre mecanização agrícola no vale do Sorraia

Jorge Freitas Branco[1]

Desde meados do século XX realiza-se no mês de agosto, integrado nos festejos em honra de Nossa Senhora do Castelo, um Cortejo Etnográfico. Das notícias, veiculadas pela imprensa local e regional sobre as sucessivas edições levadas a cabo, retiram-se alguns dos que terão sido os seus principais aspetos. Em primeiro lugar, homenageia-se a população trabalhadora agrícola, representando-a em quadros compostos de usos e costumes associados ao seu labor quotidiano. O ciclo anual e suas fainas agrícolas são passados em revista num desfile. Camponeses, jornaleiros, ambos os sexos, representam situações e empunham os objetos próprios desses afazeres: foices, enxadas, garfos, pás, arados, charruas, manguais, arreios, o equipamento de atrelagem, apetrechos domésticos; mas as atenções acabam por recair sobre a indumentária. Pelo vestuário se assumem estatutos, distinguem condições, relembram profissões. Os protagonistas exibem-se sobre carros antigos de tração animal ou viaturas motorizadas, que percorrem os arruamentos centrais da vila, perante uma assistência interessada e participativa. O público revê-se naquela representação, até porque os figurantes são os seus familiares e vizinhos. O cortejo é um exercício de lembranças, que se querem coletivamente assumidas. É um modo local de produzir tradição. Por isso, aspetos do presente não são realçados, mas outros, embora do passado, também não. A mecanização agrícola não é valorizada neste exercício de memória coletiva. Podem-se exibir alguns implementos ou mesmo maquinaria descontinuada, inseridos num discurso generalista sobre tempos volvidos, que o estado avançado de oxidação, ou a simples dificuldade de identificar o uso tido, muito bem o devem comprovar.

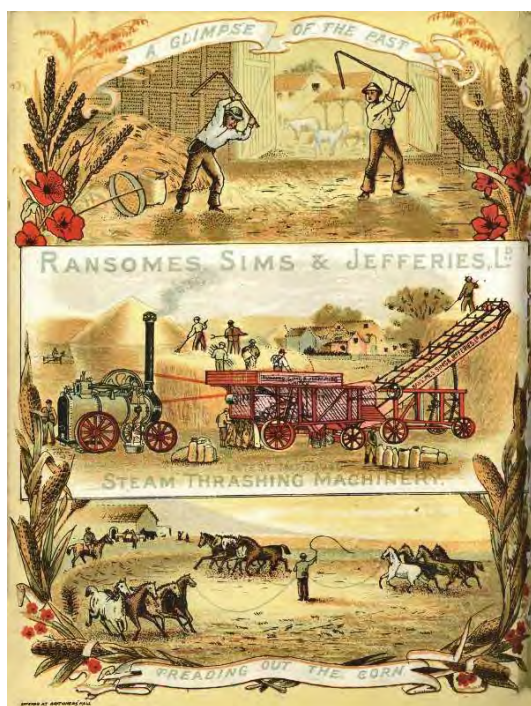
A mecanização da agricultara constituiu um processo que foi mais intenso e profundo, embora em moldes muito desiguais do que esta tradição construída nos deixa entrever. Mas foi esta última que prevaleceu, produzindo e difundindo a sensação de nostalgia que acompanha e sustenta um imaginário ruralista.

Os exemplares de maquinaria agrícola existentes no acervo deste núcleo foram cedidos pela família Veiga Teixeira, proprietários na região e empreendedores agrícolas com ganadaria e coudelaria. A exposição destas máquinas serve de pretexto para algumas reflexões sobre a mecanização nos campos.

Debulhadoras

Pelo seu aspeto a debulhadora Ransomes exposta – assim tornada famosa porque fabricada pela firma inglesa Ransomes, Sims & Jefferies, de Ipswich, hoje desaparecida – revela

Debulhadora mecânica tracionada
por trator Hart Parr.
Coruche. Meados do século XX
[MMC/AL]

1 Instituto Universitário de Lisboa, CRIA-IUL.

Prospeto comercial exemplificando tipos de debulha: em cima a mangual, em baixo a sangue, ao centro por processo mecânico movido a vapor [cf.: Ransomes, Sims & Jefferies Ltd.]

décadas de inatividade, que lhe causaram maior estrago do que quando prestava o seu serviço sazonal. Uma curta descrição esclarece sobre a sua utilidade. Embora dispondo de armação em ferro, não se vê quase metal. É uma caixa em madeira, feita com tábuas. Reconhecem-se vários eixos metálicos que terminam no exterior com polias, por onde passavam as correias que outrora transmitiam o movimento produzido a partir de uma fonte externa, que era uma locomóvel ou posteriormente um trator para esse efeito estacionados a alguma distância. No seu interior apercebem-se vários tabuleiros dispostos em patamares preparados para uma movimentação horizontal sincronizada. São peneiras, que separam o grão da espiga e tratam a palha. A debulhadora era atrelada a cavalos e levada para o local onde devia entrar em funcionamento, daí dispor de rodas e de calços para a imobilizar. O seu funcionamento era simples. O cereal, atado em molhos, era carregado manualmente na plataforma superior. Uma vez introduzidos os molhos eram levados em cintas e passados pelos tabuleiros. O movimento de agitação horizontal destes separava o grão da espiga. Enquanto o primeiro caía limpo por uma bica diretamente para sacas, a palha saía pela retaguarda para depois ser enfardada – mais tarde também por via mecânica. O serviço à máquina era um trabalho duro, que acontecia por tempo quente e que se estendia enquanto houvesse luz do dia. Tanto nas ceifas como na debulha pairava sobre proprietários e jornaleiros uma mesma ameaça: uma mudança brusca do tempo que trouxesse uma chuvada. Por isso, situações houve em que se trabalhou noite fora com luz artificial, quando ela era possível. A organização do trabalho exigia disciplina. Em torno da debulhadora posicionavam-se cerca de uma dezena de homens, entre alimentadores, saqueiros, fogueiros, ajudantes, que se ajustavam aos seguintes fatores externos: o andamento da máquina, o sol inclemente, a poeira levantada pelo cereal movimentado, o constante perigo de incêndio produzido por alguma faísca vinda da máquina a vapor, o ruído daquela mecânica e os silvos vindos da caldeira sob pressão, alimentação da fornalha. Mulheres abasteciam os homens com água fresca e preparavam as refeições. Do ponto de vista histórico foi pela debulha do cereal que começou a efetuar-se a mecanização agrícola. Noutras paragens, no século XIX, onde a terra era farta e disponível e a mão de obra escassa ou inexistente, como acontecia na Austrália, no Canadá ou nos Estados Unidos, a substituição do trabalho humano era a condição da própria produção. Nos países em vias de industrialização tratava-se de envolver a agricultura nesse mesmo processo, libertando força de trabalho para as fábricas. Têm origem nestes países os construtores e posteriormente as grandes marcas de maquinaria agrícola.

No primeiro quartel do século passado a maioria das debulhadoras importadas e referenciadas vinha da Grã-Bretanha, conforme se verifica no caso aqui em apreço. Houve

tentativas de substituição por construção nacional. Destacou-se a marca Tramagal, da empresa Metalúrgica Duarte Ferreira, que se dedicou com sucesso a produzir implementos e maquinaria variada para a agricultura. As suas debulhadoras ainda se encontram em muitos locais. Reconhecem-se pelo distintivo da marca, que era uma borboleta. Fizeram concorrência às estrangeiras, não só pelo seu menor custo como também pela qualidade e robustez que possuíam. Há notícias de outros construtores, mas com área de influência modesta. Seriam oficinas de serralheiros mecânicos que, partindo da experiência adquirida em reparações e adaptações de máquinas importadas, se abalançaram em construções próprias. Terá sido o caso da Fábrica Vulcano & Colares, de Lisboa, que anunciava uma debulhadora de "construção própria" Vulcolia. Esta empresa metalúrgica era também representante de maquinaria agrícola estrangeira, nomeadamente de tratores. Sabe-se ainda da existência de um outro construtor, Manuel Joaquim Barradas & Filhos, de Bencatel, Vila Viçosa. Terá construído e vendido várias das suas debulhadoras estacionárias, mas o seu negócio consistiu no aluguer destas máquinas para fazer as debulhas no terreno de quem o solicitasse. Por último, terá existido um caso similar com uma denominada Metalúrgica, Lda., situada no Crato.

Singrou a Tramagal, talvez devido à dimensão e diversificação da firma e à capacidade de projetar e construir adaptando à realidade portuguesa, assim como à vantagem de anunciar com uma marca que já era conhecida dos agricultores, por ser "o fabricante de noras". A Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF), era assim a sua designação, tentou em finais dos anos 1950 desenvolver uma ceifeira-debulhadora. Estavam a ser introduzidas no país várias marcas estrangeiras. A MDF inspirou-se na marca italiana Laverda. O projeto falhou. Também se terão empenhado em maquinaria para o arroz.

Encontram-se ainda ceifeiras-debulhadoras Laverda aqui e ali estacionadas, arrumadas ou esquecidas em localidades alentejanas.

Nos países industrializados o processo de mecanização intensificava-se; em Portugal introduziam-se inovações a título experimental. Eram agriculturas em ritmos e com produtividades diferentes. Nos primeiros, a debulha mecânica passava a fazer-se numa sequência mais abrangente, porque ia envolver a tarefa situada a montante do processo, a ceifa, ou mais generalizante, a colheita. Aparecem e impõem-se as ceifeiras-debulhadoras, uns veículos autónomos, que põem termo à enorme concentração de trabalho braçal que as ceifas implicavam.

Tratores agrícolas

O trator agrícola é a máquina mais versátil na agricultura mecanizada. Define-se pela sua autonomia e, além disso, pode fornecer energia a muitos outros equipamentos. Os primeiros

eram movidos a vapor, sendo lentos, pesados, pouco ágeis e perigosos pela caldeira que tinham. Posteriormente passaram a dispor de motores de combustão interna, a gasolina. Houve experiências a gás e finalmente impôs-se o *diesel* na sua motorização, tornando-se uma máquina omnipresente em qualquer faina agrícola ou florestal, para não falar de outros setores, como serviços públicos, construção civil ou obras públicas. Caracterizam a paisagem nos campos, porque circulam com idêntica destreza em campo aberto ou em estrada. O observador mais atento identifica os elementos que o singularizam. Assim, a cor remete para uma marca, dentro das quais se reconhecem modelos e tipos (universais, compactos, especializados em vinhas, pomares, entre outros). As circunstâncias em que nos cruzamos com eles também podem denunciar as tarefas que executam: movimentação de cargas quando trazem reboque atrelado, circulação entre terrenos a fim de iniciar ou prosseguir tarefas que se deixam identificar pelos implementos acoplados e que dão informação sobre o andamento das culturas na terra em função da estação do ano. No inverno e primavera predominam os equipamentos destinados a lavrar, desterroar, alisar, semear. Já para muitas das colheitas existem máquina autónomas especializadas consoante as produções (ceifa e debulha nos cereais, apanha para outras produções), mas aí o trator continua presente como o auxiliar na assistência e para o transporte das colheitas e seus subprodutos (os fardos de palha, por exemplo).

Não se imagina hoje agricultura sem trator.

Exemplar Hart Parr 12-24
cedido pela família Veiga Teixeira
[MMC/AM]

O trator é conduzido por uma só pessoa. Isto tornou as fainas agrícolas parcas no que respeita a presença de efetivos humanos diretamente intervenientes. O agricultor tornou-se condutor e operador, perdeu o contacto direto com a terra, sente-a e conhece-a por meio das máquinas que comanda e dos instrumentos de medição que consulta. A humanização das paisagens faz-se por outras mediações que não a braçal.

Estas placas permitem dois tipos de análise. Uma é a evolução da imagem da empresa ao longo do tempo, que se manifesta no design. A outra consiste em seguir percursos de fusões, adoções, descendências e afinidades assumidas ou apagadas entre marcas na sua competição por mercados nacionais e internacionais. São redes de relações industriais feitas de máquinas, seus atributos, suas representações, constituídas em sistemas de parentesco dotados de maior ou menor estabilidade no tempo e no espaço. Funcionam como bilhetes de identidade e por isso os colecionadores respeitam o aspeto original [cf.: Jonathunder]

O Hart Parr 12-24 cedido ao Núcleo Rural de Coruche convida a uma viagem ao passado do trator agrícola e às memórias que ele poderá suscitar. É um modelo do primeiro quartel do século passado e foi por certo adquirido pela também já referida família Veiga Teixeira nesses anos. Implicou uma importação direta da origem, que o representante nacional só fazia perante encomenda. Na sua maioria os núcleos museológicos rurais existentes traduzem uma visão do mundo rural em que a mecanização é esquecida. Registam-se processos realizados com implementos próprios e afeiçoados ao trabalho manual. Constrói-se uma imagem assente na ferramenta rudimentar feita de madeira, na gestualidade específica, na autossuficiência, na ocultação da máquina e da construção metálica. Daqui se conclui: (1) ter que ser elaborada uma memória da mecanização dos campos; (2) que a mesma recua ao século XIX com a introdução do vapor; (3) o desajustamento do discurso museológico predominante, porque silencia uma dinâmica social e as transformações culturais ocorridas.

Que nos diz o terreno? Que vestígios aparecem? Há que referir em primeiro lugar os sucateiros, dadas as circunstâncias em que desenvolvem a sua atividade. Muita maquinaria antiga se perdeu, outra mantém-se ainda nos seus parques. Alguns ganham afeição a estas máquinas, porque lhes trazem lembranças de tempos idos. Encontram-se, em regra, em mau estado de conservação. Seguem-se os vendedores de maquinaria agrícola. Constituem uma fonte de informação valiosa, porque têm clientes fidelizados há mais de uma geração. Fazem uma radiografia da "situação mecânica" de cada casa agrícola. Eles próprios tornam-se sensíveis a modelos descontinuados, mas que mantêm ativo um mercado de usados, que controlam. Estes veículos estão expostos em *stands* à beira das estradas, o que facilita quem busque vestígios e informação sobre proprietários anteriores e atuais de marcas e modelos. Em décadas passadas, até aos anos 1960, organismos públicos detiveram um papel ativo na divulgação de maquinaria e do respetivo modo de trabalho, organizando demonstrações em quintas experimentais. O mesmo se pode afirmar das escolas de formação profissional agrícola. Tanto os primeiros como as segundas dispõem de máquinas antigas, embora sem condições do ponto de vista museológico. Assim se chega a outra fonte, que são os donos das herdades. Também estes ganham afeição à maquinaria que foram adquirindo e que foi sendo guardada, acompanhando gerações. Estes casos de particulares apontam para um aspeto ainda não aflorado. Adquiriam maquinaria movidos por espírito de pioneirismo e motivados

pela curiosidade técnica, e não tanto por razões ligadas à racionalidade económica. Trata-se dum aspeto fundamental a ter em conta que conduz a outro, o do fascínio exercido pela mecânica que, neste caso, terá criado um ponto de sintonia entre proprietários e o pessoal adstrito às máquinas. Formaram-se assim novas hierarquias entre trabalhadores.

As pistas que se vão abrindo só ganham sentido e valor quando documentadas. Importa identificar a maquinaria e reconstituir o seu currículo histórico. Pelo seu papel na reorganização dos processos produtivos surgiram novas articulações entre técnica, atitudes culturais e comportamentos sociais. A técnica pelas exigências impostas pela máquina com vista ao seu cabal desempenho; a cultura pelas reações ao mecanismo e pelo discurso daí derivado nos diversos níveis da sociedade; sociedade pelo contexto de aquisição, pela organização do trabalho e pelas razões da posterior salvaguarda.

A compilação de informação sobre as especificações técnicas é hoje de acesso fácil, porque nos países em que a mecanização da agricultura se desenvolveu logo no século XIX se gerou desde há décadas um associativismo específico, organizado em torno de tipos e marcas (tratores, construtores) ou de temas (máquinas a vapor, debulhas). Compilam e disponibilizam a informação em *sites*. As grandes empresas deste setor globalizado também não descuram a sua imagem, proporcionando apoio e informação para a pesquisa histórica.

O trator Hart Parr 12-24 referido insere-se *grosso modo* no enquadramento descrito. Estes são alguns dados que se podem extrair: o motor trabalhava a 850rpm, dispunha duma ignição Bosch e de um carburador Schebler, a transmissão tinha duas ou três velocidades para a frente e uma marcha atrás, o arrefecimento era a água, o veículo pesava 4440 libras, podia rebocar duas ou três charruas, o preço chifrava-se em US$ 1050,00**.** Observe-se que as rodas são ainda metálicas (faltam-lhes os espigões), porque se partia do princípio que seriam essenciais para a adesão ao terreno. Em 1929 a marca foi adquirida por outra, passando a constituir a Oliver Farm Equipment Company (cor verde), que por sua vez, em 1960, foi incorporada na White, uma marca que se distinguia pela cor cinzenta dos seus tratores. No início da década de 1990 a White Farm Equipment foi adquirida pelo consórcio AGCO Corporation.

Bibliografia

Andrade, J. M. Freire de – *Apontamentos para o estudo da cultura mecânica em Portugal*, Lisboa: Tipografia do Comércio, 1920.

Branco, Jorge Freitas – *Máquinas nos campos. Uma visão museológica*, Oeiras: Celta Editora, 2005, recurso eletrónico: https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/2147.

Brito, Joaquim Pais de; Baptista, Fernando O.; Pereira, Benjamim (eds.) – *O voo do arado*, Lisboa: Museu Nacional de Etnologia, 1996.

Jonathunder – *HartParr,* CC BY-SA 3.0, https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=8736710 [2016.09.15].

Picão, José da Silva – *Através dos campos. Usos e costumes agrícolo-alentejanos. Concelho de Elvas*, Lisboa: Dom Quixote, 1983 [1904], recurso eletrónico: http://bdalentejo.net/BDAObra/BDADigital/Obra.aspx?id=3.

Ransomes, Sims & Jefferies Ltd – *Ransomes, Sims & Jefferies Ltd. advertising poster,* The Museum of English Rural Life, The University of Reading, UK, c. 1875, Public Domain, https://commons.wikimedia.org/w/index.php?curid=31386254 [2016.09.15].

Reis, José - "Latifúndio e progresso social: a difusão da debulha mecânica no Alentejo, 1860-1930", *Análise Social*, n.º 71, 1982, pp. 371-433, recurso eletrónico: http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223399890X3mCY5ia5Ws83IN1.pdf

Rikoon, J. Sanford – *Threshing in the Middlewest, 1820-1940: a study in technology and technological change,* Bloomington: Indiana University Press, 1988.

Vogeling, Rolf – *Lohnbetriebe und Maschinendrusch. Eine volkskundliche Untersuchung zur Mechanisierung einer landwirtschaftlichen Arbeit in Westfalen, 1850-1970*, Münster: F. Coppenrath Verlag, 1989, recurso eletrónico: http://www.lwl.org/voko-download/BilderNEU/422_063Vogeding.pdf.

A Obra de Rega do Vale do Sorraia

José G. F. B. Núncio[1]

Antecedentes históricos

As primeiras referências que dispomos sobre a regularização hidráulica do rio Sorraia são as da portaria de 16 de abril de 1877, que determina os estudos, a realizar pela Junta Central de Melhoramentos Sanitários, para uma solução de aproveitamento agrícola que consistia na construção de um canal que unisse o Couço e Coruche, com uma extensão de 22km, destinado a colmatar 1870 hectares de terrenos arenosos de charneca e irrigar 800 hectares nas várzeas de Coruche.

Também na *Memória acerca do aproveitamento de águas do Alentejo: melhoramentos agrícola e industrial da província* (1885) é feita referência ao potencial do aproveitamento de água do Vale do Sorraia recorrendo a albufeiras na ribeira de Ana Loura (Veiros), ribeira de Seda (Avis) e ribeira de Sor (Montargil). Com esta regularização dos caudais não só se pretendia aproveitar a água para irrigação mas também regularizar o rio e as suas margens, com aproveitamento do leito do rio para "… *auxiliar o tráfego da navegação do Sorraia durante o verão, pois que nesta época os barcos não passam de Benavente, e se as águas das albufeiras forem aplicadas a avolumar a corrente a horas e em dias determinados, será possível chegar até Coruche, ou mesmo até ao Couço...*".[2]

Naquela data as preocupações já não eram apenas o aproveitamento agrícola das áreas a irrigar mas também o melhoramento das condições de vida e o desenvolvimento regional, insistindo-se na arborização, na colonização interna, no povoamento do território e, através da drenagem, na recuperação de terrenos e zonas insalubres.

Em 23 de novembro de 1886 é determinada a elaboração do projeto da barragem da ribeira de Seda, tendo as obras sido iniciadas em 1888 no sítio da Migalha mas, por deficiências do projeto, as mesmas foram suspensas. Estudos realizados em 1901 comprovaram que a localização inicial não era a mais conveniente, tendo sido relocalizada a barragem nas fragas do Maranhão e abandonada a solução original.

Posteriormente, novos estudos apontam para uma solução que opta por duas barragens, uma no Maranhão e outra em Montargil, mas em que as áreas a beneficiar incluíam, para além do Vale do Sorraia, a Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, num total de cerca de 30 000 hectares.

Finalmente, no Plano de 1937 a Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, dentro do I Plano de Fomento, incluiu a Obra de Rega do Vale do Sorraia nos moldes em que veio a ser concretizada.

Vista aérea das cheias no vale do Sorraia.
Coruche. 1940
[MMC/MOMR]

1 Diretor Delegado da Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia.

2 Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, 1885.

Fases de construção da Obra

1954 – Antes da Obra de Rega regavam-se cerca de 4500 hectares por meio de elevação de água do rio Sorraia e de alguns dos seus afluentes, dependendo anualmente das disponibilidades hídricas.

1955 – Início da construção da Obra de Rega do Vale do Sorraia – barragens do Maranhão e Montargil.

1958 – Início da exploração do aproveitamento com o Bloco 1 (1008 hectares), aproveitando a água armazenada na albufeira do Maranhão.

1959 – Já foi possível regar com a água regularizada pela albufeira de Montargil, tendo entrado sucessivamente em regadio os diversos blocos, à medida que os órgãos condutores iam sendo concluídos e entregues pelos empreiteiros da obra em curso (Blocos 2 a 7). A área total ficou beneficiada em 10 263 hectares.

No dia 7 de abril de 1959 o Aproveitamento Hidroagrícola foi parcialmente entregue à Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia (ARBVS), que assumiu a responsabilidade da exploração e conservação de toda a obra, mesmo dos blocos que não tinham sido ainda experimentados ou entrado em serviço.

1960 – Conclusão da construção do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia com a conclusão dos Blocos 8 e 9 e início da sua exploração, num total de 15 355 hectares beneficiados.

1970 – Integração da Obra de Rega do Paul de Magos, a Obra n.º 1 realizada pela Junta Autónoma das Obras de Hidráulica Agrícola, construída em 1938 e que beneficia 534 hectares, incluindo a estação elevatória para rega e enxugo. Foi também integrada a Associação de Proprietários dos Campos de Salvaterra, obra de defesa contra cheias que abrange 427 hectares.

1984 – Integração da Associação de Proprietários dos Foros do Paul de Coruche, cuja obra de drenagem beneficia uma área de 24 hectares.

Atualmente, a Associação é responsável pela distribuição de água numa área beneficiada de 16 351 hectares distribuída pelos concelhos de Ponte Sor, Avis, Mora, Coruche, Salvaterra de Magos e Benavente.

São ainda regados cerca de 4000 hectares de terrenos para fora da área do projeto (áreas excluídas), beneficiando de acesso a título precário à água de rega, em função das disponibilidades anuais do aproveitamento.

Descrição da Obra de Rega

A Obra de Rega do Vale do Sorraia (ORVS) destina-se à beneficiação de 15 354 hectares de terras dos vales das ribeiras de Seda, Raia e Sor e do rio Sorraia e foi a mais importante das obras de fomento hidroagrícola realizadas até à construção do aproveitamento do Alqueva.

A área beneficiada distribui-se pelos concelhos de Avis, Ponte de Sor, Mora, Coruche, Salvaterra de Magos e Benavente, pertencentes aos distritos de Portalegre, Évora e Santarém. No extremo jusante confina com a Lezíria Grande de Vila Franca de Xira, obra de defesa, rega e enxugo, que recorre, por gravidade e bombagem, aos caudais do Tejo e do Sorraia.

A rega no Aproveitamento Hidroagrícola do Sorraia é realizada recorrendo às águas armazenadas nas albufeiras do Maranhão e de Montargil, criadas por barragens de terra, respetivamente nas ribeiras de Seda e Sor.

A albufeira do Maranhão tem a capacidade total de 205hm^3 e uma capacidade útil de 181hm^3, sendo respetivamente de 55m e 49m as alturas máximas da barragem acima do ponto mais baixo das fundações e do leito da ribeira.

A albufeira de Montargil tem capacidade total de 164hm^3 e capacidade útil de 143hm^3, sendo de 48m e de 36m as alturas máximas da barragem em relação respetivamente ao ponto mais baixo das fundações e ao leito da ribeira.

A albufeira de Magos tem capacidade total de 3,4hm^3 e capacidade útil de 3,2hm^3, sendo de 17m e de 15m as alturas máximas da barragem em relação respetivamente ao ponto mais baixo das fundações e ao leito da linha de água.

Sendo o volume total útil disponível das três albufeiras de 327,2hm^3 e as necessidades médias por campanha aproximadamente de 130hm^3, pode-se afirmar que em situação de pleno armazenamento dispomos de água suficiente para regar 2,5 campanhas de rega.

Da área total podem ser regados 11 267 hectares com água de uma ou de outra das albufeiras, 3217 hectares são dominados exclusivamente pela albufeira do Maranhão e 870 hectares pela de Montargil. A partir da albufeira de Magos são regados os respetivos 534 hectares beneficiados.

O volume concessionado anualmente para a rega é de 180hm^3, dos quais são turbinados, em centrais de pé de barragem, 165hm^3, ou seja, cerca de 92% do total. A energia produzida é totalmente integrada na Rede Elétrica Nacional.

A central do Maranhão tem uma potência instalada de 6,0 MW e utiliza o caudal máximo de 20m^3/s. Na central de Montargil a potência instalada é de 3,2 MW e o caudal máximo turbinável é de 15m^3/s.

A produção potencial anual dessas centrais está avaliada em 19 GWh, sendo as médias anuais de produção de 8,6 GWh e 6,2 GWh nas centrais do Maranhão e Montargil, respetivamente.

As águas turbinadas no Maranhão, juntamente com os caudais provenientes da ribeira de Tera, são utilizadas também na produção de energia na central do Gameiro, em regime de fio-de-água, aproveitando a queda criada pelo açude construído na ribeira do Raia. A potência instalada nesta central é de 1,1 MW, com uma capacidade de turbinar entre 4 e 20m^3/s, representando uma produção média anual de 1,8 GWh.

Relativamente à rega, o sistema de distribuição classifica-se de gravidade com comando por montante.

A distribuição a partir do Maranhão é realizada através da conduta da central hidroelétrica, em que, antes de ser alcançada a turbina, é feita a derivação para o canal do Maranhão, que se desenvolve a meia encosta, na margem esquerda da ribeira de Seda. Esse canal, a cerca de 1,4km do seu início, dá origem ao distribuidor da Covada que, atravessando para a margem direita no Sifão da Ordem, alimenta os distribuidores de Cabeção e Reguengos.

As águas restituídas à ribeira e que passam pela turbina da central do Maranhão, depois de elevadas nas estações da Chaminé, Barroca, Mora e Paço, são conduzidas por distribuidores com essas designações.

Cerca de 11km a jusante do açude do Gameiro e a 35km da barragem do Maranhão as restantes águas vindas da central são derivadas do leito da ribeira pelo açude do Furadouro: na margem direita, para o distribuidor da Franzina, e, na margem esquerda, para o canal do Sorraia.

Este canal, que constitui a espinha dorsal da rede de rega, tem um desenvolvimento de 67km e conduz a água até ao extremo de jusante da Quinta da Foz, no concelho de Benavente, e faz extrema com a Lezíria Grande de Vila Franca de Xira.

No primeiro troço do seu percurso alimenta a estação elevatória do Engal, que eleva a água para o distribuidor do mesmo nome, situado na margem esquerda do rio Sorraia. Alimenta ainda o distribuidor de Entre-Águas, que serve terras na margem direita do mesmo rio.

Relativamente às aduções de Montargil, parte da água da albufeira é derivada na conduta da central hidroelétrica para os distribuidores das Sebes, na margem direita, e do Monte Beirão, na margem esquerda da ribeira de Sor.

Outra parte da água, depois de turbinada, é derivada pelo canal de Montargil, que tem um desenvolvimento de 14,5km até à ponte canal de Santa Justa, no extremo jusante da qual se faz a junção com o canal do Sorraia, que vem do açude do Furadouro, no denominado nó do Couço.

A jusante deste nó o canal do Sorraia alimenta os seguintes elementos da rede de rega, que servem terrenos da margem direita do Sorraia:

- Pelo sifão de Boicilhos, o distribuidor da Erra e a regadeira da Escusa;
- Pela Estação Elevatória da Formosa, o distribuidor com o mesmo nome;
- Pela ponte canal das Gamas, o distribuidor do mesmo nome e a regadeira das Correntinhas;
- Pela ponte canal do Peso, o distribuidor do Vinagre, o canal de Salvaterra;
- Pelo sifão de Montalvo, o distribuidor do mesmo nome.

Para o reforço do caudal do canal do Sorraia nos períodos de maior consumo foram instaladas as estações elevatórias da Zambaninha, do Bilrete, do Borralho e de Montalvo, que possibilitam a bombagem de água a partir do rio Sorraia.

Na Quinta da Foz o rio Sorraia é atravessado para a margem direita pelo respetivo sifão, situado no final do canal do Sorraia. Este é continuado pelo distribuidor de Samora, que se

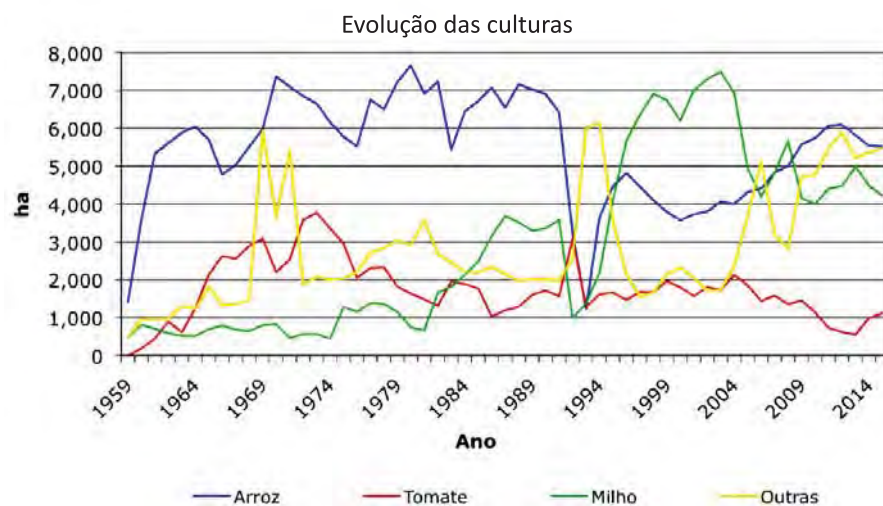
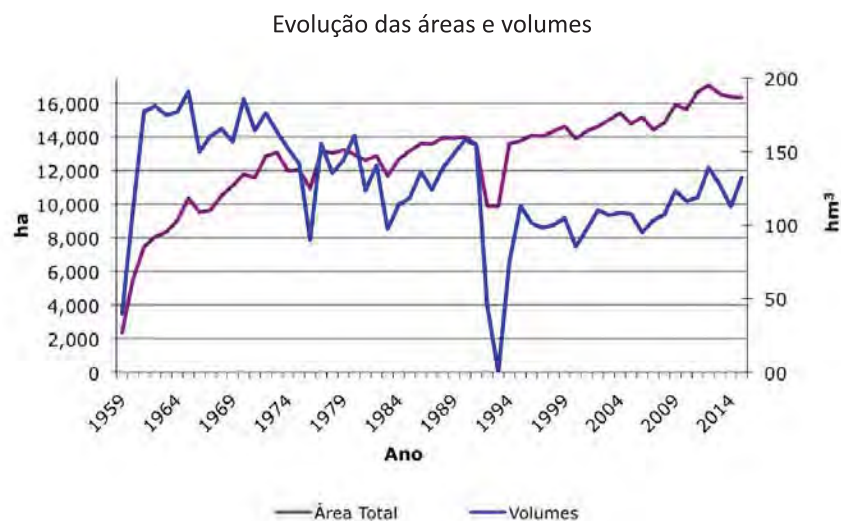
desenvolve ao longo do Vale de Santo Estêvão, terminando na estação elevatória de Porto Seixo, que reforça os caudais no troço terminal a partir do rio Almansor.

A construção da obra de rega compreendeu ainda as seguintes infraestruturas complementares:

- Estradas de acesso às barragens e ao açude do Furadouro;
- Restabelecimentos de comunicações, efetuados por intermédio da Junta Autónoma de Estradas, compreendendo a construção das duas novas pontes de Avis e da ponte de Monte Branco, todas sobre a albufeira do Maranhão, e novos troços das estradas nacionais EN2 – que ficou a passar pelo coroamento da barragem de Montargil –, EN243 e EN347;
- Ponte do Ervedal, sobre a albufeira do Maranhão;
- Três passagens submersíveis na ribeira do Raia;
- Linhas a 30kV, num total de 63,3km;
- Edifícios nos estaleiros do Maranhão e de Montargil;
- Edifício sede e oficinas na vila de Coruche;
- Casas de cantoneiros de rega, distribuídas ao longo dos canais.

Em 2014 entrou em funcionamento uma nova infraestrutura de regularização, o Reservatório do Nó do Peso. Este reservatório, com uma capacidade útil de 100 000m^3 e a respetiva estação elevatória, com uma capacidade máxima de bombagem de 4m^3/s, tem a função de regularizar os caudais e aumentar a flexibilidade e a eficiência da distribuição de água para toda a Obra de Rega, possibilitando um nível de resposta do sistema mais adequado às atuais necessidades dos regantes.

Também nos tempos mais recentes, principalmente recorrendo às ajudas da União Europeia, mas também a fundos próprios da ARBVS, têm sido inúmeros os investimentos realizados na manutenção e reabilitação do sistema de rega, passando pela atualização, modernização e telegestão, que têm permitido adequar a Obra aos atuais desafios da agricultura nacional, mantendo consistentemente o nível de utilização da Obra de Rega num invejável patamar superior a 100%, graças ao contributo das áreas excluídas.

Quanto às culturas realizadas, refletem o dinamismo dos mercados e a aleatoriedade das políticas agrícolas, ressalvando o ano de 1993, em que, devido a dois anos consecutivos de seca e à necessidade de reparar a barragem do Maranhão que obrigou ao seu total esvaziamento, não houve distribuição de água no Vale do Sorraia:

Relativamente à evolução da utilização da água, será de destacar, no início da exploração, a notável evolução da área regada, resultado da pronta adesão dos agricultores do Vale do Sorraia ao regadio, e nas últimas décadas a diminuição dos volumes utilizados, refletindo a evolução das técnicas culturais e dos sistemas de rega:

Inauguração da Obra de Rega do Vale do Sorraia: comitiva junto à comporta do canal Couço-Divor. Maio. 1959 [ARBVS]

Benefícios resultantes da Obra de Rega

O primeiro dos benefícios resultantes da Obra de Rega do Vale do Sorraia foi ao nível do emprego, na construção dos seus vários elementos, de grande quantidade de mão de obra, quer de trabalhadores rurais quer de operários especializados.

Em conformidade com o que está indicado no Relatório Anual da Comissão Coordenadora das Obras Públicas no Alentejo, relativo a 1958, a mão de obra forasteira, ocupada na Obra do Vale do Sorraia, teve um volume médio mensal de cerca de 40 000 homens/dia de trabalho, o que nessa altura representa perto de 2% dos efetivos dos assalariados na agricultura no Alto Alentejo.

A consequente melhoria do nível de vida dos trabalhadores na região teve um reflexo muito considerável no desenvolvimento da economia local, nomeadamente no comércio das várias localidades e nos transportes da região, acrescendo ainda a grande quantidade de materiais aplicados na Obra, provenientes da indústria, que consequentemente também beneficiou.

Da execução da Obra resultou, por outro lado, a necessidade de construção de benfeitorias nas propriedades dos beneficiários, o que implicou um enorme esforço de investimento dos agricultores na adaptação das terras ao regadio, para o qual contribuiu o apoio técnico do Gabinete de Estudos e o logístico do Parque de Máquinas, a continuação de muito maiores dispêndios com salários na execução dessas benfeitorias e na rega, do que aqueles que antes se verificavam.

Como já foi indicado, no Vale do Sorraia o regadio anterior à Obra era efetuado precariamente em cerca de 4500 hectares, na zona incluída na beneficiação, por meio de bombagem.

Nessa área a economia da cultura do arroz beneficiou de uma importante redução dos encargos de rega e com a obtenção de uma maior estabilidade de produções, que muitas vezes eram afetadas pela escassez de água.

Antes da Obra os agricultores debatiam-se com grande dificuldade para conseguir obter água para elevar, efetuando anualmente grandes despesas na escavação de pegos e de fundas e extensas valas nos leitos das ribeiras e do Sorraia, para obtenção de caudais subalveolares.

A partir de 1958, com o lançamento aos cursos de água de volumes armazenados nas albufeiras, passou a dispor-se de água abundante, estendendo-se o benefício a todo o Vale, atingindo mesmo a Várzea de Samora, pois que se fez entrar água das albufeiras pelo rio Almansor e pelas valas, conseguindo-se vantagens não só quanto a disponibilidades mas também ao teor de sal da água bombada.

Para alguns dos regantes da Várzea de Samora o benefício imediato teve um reflexo económico direto, pois deixaram de adquirir água à Sociedade das Silveiras, que anteriormente a vinha fornecendo.

Sob o aspeto indicado o benefício foi geral e largamente reconhecido, não só verbalmente como por escrito, pois além de terem disponível o volume necessário para a rega, que antes não tinham, os agricultores diminuíram grandemente as suas despesas.

O referido reconhecimento desse benefício está traduzido nas palavras do carismático lavrador de Coruche, António Feliciano Branco Teixeira, constante de artigo intitulado “Os benefícios das barragens”, que foi publicado no jornal *Coruche Agrícola,* em 15 de agosto de 1958: “*Temos de confessar que já este ano estamos a sentir o resultado benéfico da Obra de Montargil e do Maranhão.*”[3]

Canal principal.
Águas Belas, Coruche.
Anos 60 do século XX
[ARBVS]

Houve por outro lado a transformação de 10 854 hectares de sequeiro em regadio. Para o conjunto dos 15 354 hectares que passaram a ser regados, o valor anual da produção agrícola mais que quadruplicou.

Novas culturas foram instaladas, foi criado o Posto Experimental de Culturas Regadas António Teixeira que, a par do Centro de Orizicultura – atual COTArroz –, se dedica à investigação e experimentação, e foi constituída a Cooperativa Agrícola do Vale do Sorraia, destinada à transformação e comercialização dos produtos e à concentração de fatores de produção. A Cooperativa viria a ser extinta nos anos 90, mas os pressupostos da sua criação já tinham sido ultrapassados.

Além dos benefícios para os proprietários das terras, à medida que estas foram sendo infraestruturadas para o regadio, muitas outras vantagens de ordem geral se verificaram, tais como aumento considerável do rendimento, mais avultados proventos para o Estado provenientes das transações de produtos e propriedades, intensificação da atividade comercial, desenvolvimento do tráfego, fixação de população trabalhadora, melhoria das condições de vida desta e grande aumento do montante dos salários pagos.

Foram ainda realizadas significativas intervenções de regularização do rio Sorraia e afluentes, redefinindo o seu traçado, fixando as margens e desobstruindo o leito, obras fundamentais para a manutenção do solo, para o escoamento dos caudais excedentários e da drenagem das áreas beneficiadas.

Outro benefício resultante da Obra consistiu na regularização das cheias, feita através das albufeiras do Maranhão e de Montargil, que amortecem as cheias máximas, respetivamente de 2200 e 1200m^3/s, para 1600 e 765m^3/s. A albufeira de Veiros, recentemente construída, com uma capacidade de armazenamento de 10hm^3, localizada a montante da albufeira do Maranhão, virá acentuar ainda mais esse benefício.

3 Teixeira, 1958.

Organização e funcionamento

Estatutariamente as Associações de Regantes e Beneficiários são pessoas coletivas de direito público concessionárias de obras hidroagrícolas construídas pelo Estado.

Os associados são os regantes e proprietários de terras beneficiadas que podem participar nos órgãos sociais, cujo órgão colegial é a Assembleia Geral, onde são aprovados e discutidos o plano de atividades, o orçamento e as contas, para além de todos os assuntos de relevo para a atividade. Os restantes órgãos são a Direção, com responsabilidade executiva, e o Júri Avindor, constituído por individualidades de reconhecida isenção, que deverá pronunciar-se sobre as reclamações dos beneficiários.

A exploração da Obra de Rega e das Centrais Hidroelétricas é realizada em regime de concessão, obrigando a Associação ao cumprimento dos compromissos estabelecidos nesses contratos de concessão.

Quanto à atividade principal, distribui-se pelos seguintes setores:

1. Fornecimento e distribuição de água:
    - agricultura e agro-indústria.
2. Gestão e exploração de recursos:
    - barragens do Maranhão, Montargil e Magos;
    - centrais hidroelétricas do Maranhão, Montargil e Gameiro;
    - televigilância no transporte de água nos canais;
    - recolha, tratamento e divulgação de dados agrometeorológicos.
3. Conservação e reparação de infraestruturas:
    - rede de rega primária, secundária e terciária;
    - estações elevatórias, de reforço, rega e enxugo;
    - caminhos agrícolas.
4. Remodelação e modernização de infraestruturas:
    - elaboração de projetos;
    - preparação e acompanhamento de processos de contratação pública;
    - fiscalização da execução de empreitadas;
    - execução de obras.
5. Conservação do solo e da água:
    - rede de drenagem e defesa;
    - conservação e reabilitação de margens e linhas de água;
    - estruturas de controlo de cheias;
    - monitorização da qualidade da água para rega.

Outras valências

Dentro das obrigações principais de exploração e conservação das obras de rega as associações são também entidades que desenvolvem a sua atividade na prestação de serviços à agricultura. Dentro destas competências têm um destaque especial o apoio e participação no desenvolvimento regional, nomeadamente fomentar a criação e participar em cooperativas agrícolas, promover ações de valorização e desenvolvimento a todos aqueles que se relacionam com o aproveitamento hidroagrícola, bem como filiar-se em Caixas de Crédito Agrícola Mútuo nos termos da legislação geral.

Foi assim neste contexto que a ARBVS participou na constituição da Cooperativa do Vale do Sorraia e na Caixa de Crédito Agrícola de Coruche, tendo acolhido na sua sede as primeiras instalações destas duas organizações.

Com a entrada de Portugal na Comunidade Europeia e com o aparecimento dos apoios ao desenvolvimento da agricultura, integrou e colaborou no Programa de Desenvolvimento do Vale do Sorraia (PDVS) e mais tarde no Programa de Desenvolvimento Agrário (PDAR) do Baixo Sorraia, planos regionais de orientação da intervenção estrutural.

A ARBVS preside à Federação de Regantes de Portugal (Fenareg) desde a sua constituição em 2005, entidade que congrega as organizações nacionais do regadio e participa nos fóruns e nas instituições, nacionais e internacionais, nos temas relacionados com a água e com a agricultura de regadio.

Atualmente também acolhe e participa na Associação de Desenvolvimento Local – Charneca Ribatejana –, entidade que tem como responsabilidade a gestão das iniciativas LEADER, que apoiam através dos fundos comunitários as empresas da região.

Fonte: ARBVS

Informação complementar pode ser consultada no site www.arbvs.pt

Bibliografia

Portugal. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria – *Memória acerca do aproveitamento de águas no Alentejo para o fim dos melhoramentos agrícola e industrial da Província*, Lisboa: Imprensa Nacional, 1885.

Teixeira, António Feliciano Branco – "Os benefícios das barragens", *Coruche Agrícola*, Coruche: Grémio da Lavoura, 15 de agosto de 1958.

A origem dos Foros de Coruche

Fernanda Santos[1]

Uma observação cuidada da Carta de Coruche permite referenciar em todo o concelho manchas de pequenos povoados cujo topónimo tomou a designação de *os foros*.

No concelho de Coruche existem 23 localidades cujo povoamento terá tido como origem atos de aforamento. A dispersão (dos casais) que hoje caracteriza o povoamento deste concelho teve a sua origem, presumivelmente, em contratos enfitêuticos que motivaram no concelho, à margem das grandes propriedades, o aparecimento de mantas de terreno aos retalhos – os foros.

O objetivo deste trabalho, realizado para a obtenção do grau de licenciatura em sociologia da autora, foi o de contribuir para o conhecimento da origem destas povoações dispersas, a que se designam Foros, e dos seus habitantes e foi agora revisto para integração no catálogo da exposição de longa duração do Núcleo Rural de Coruche.

Admite-se que o concelho de Coruche, com cerca de 1117km^2, um dos mais extensos e despovoados do país, foi parcialmente povoado e arroteado com população vinda do Norte do país e das Beiras, vulgarmente conhecidos por *ratinhos*, *caramelos*, *galegos* e *beirões*, consoante a região da sua proveniência. Esta população deslocava-se para o sul do país, durante os meses de verão, para realizar as *ceifas*. A oferta de terra mediante um contrato de aforamento teria constituído um importante incentivo para a fixação desta população nesta região, que no fim das ceifas, sem emprego, regressava à sua terra natal, deixando da mesma forma os campos despovoados.

"Pelo contrato enfitêutico, muito em uso até há meio século, o dono alienava ao foreiro o domínio útil da terra e este, mediante a prestação de um canon (foro), podia vender, arrendar, doar, deixar de herança, hipotecar ou até remir a sua parcela. Em herdades enormes, a que os donos mal sabiam a extensão e o valor e não tinham recursos para explorar, fizeram-se muitos aforamentos (…). Os Foros de (…) Coruche, (…) cobertos de casas esparsas nas courelas intensamente cultivadas, constituíram-se deste modo."[2]

Os contratos enfitêuticos, emprazamentos ou aforamento são uma mesma realidade jurídica que o Código Civil de 1867 (artigo 1653.º) determina como um contrato em que o proprietário real de qualquer prédio (terra) transfere o domínio útil e a posse natural para outra pessoa, obrigando-se esta a pagar-lhe uma pensão determinada (foro ou canon), reservando para si o domínio direito e a posse civil.[3]

---

1 Licenciada em Sociologia com o Grau de Mestre em Educação e Sociedade.

2 Ribeiro, 1945.

3 Fonseca, 1982.

Foros: povoamento caracterizado por casario disperso.
Coruche. Anos 50 do século XX
[MMC/FFC]

Estes contratos reconhecem o direito dos proprietários reais e dos produtores sobre a terra, assegurando uma renda agrícola e oferecendo aos trabalhadores sem capital a possibilidade de "adquirirem" um pedaço de terra por uma módica quantia, permitindo o seu arroteamento e cultivo.

Foros da Fajarda

O que hoje conhecemos como Fajarda ou Foros da Fajarda teve a sua origem na propriedade denominada Herdade da Fajarda, composta por terras de pastagem, arroz, pinhal e casas de habitação.[4] Em 1793 a herdade pertencia a José Joaquim Villalobos, de Montemor-o-Novo, e até final do século XIX a propriedade manteve-se na posse da família, tendo sido realizados arrendamentos e contratos enfitêuticos. Em 1868 o domínio útil pertencia a José Ferreira Roquette, de Salvaterra de Magos, e em 1898 o seu filho, António Ferreira Roquette, obteve a remissão do foro, ficando assim a titularidade da propriedade reunida na família Roquette.

Neste período António Ferreira Roquette e a sua mulher Rita Queriol Roquette foram os impulsionadores de um processo de aforamento de uma grande parte da herdade que deu origem aos Foros da Fajarda, *"criando à custa de uma parte da sua propriedade uma colónia agrícola repartida em 200 glebas, com aproximadamente 800 almas".*[5]

A partir dos registos prediais foram desanexadas 109 parcelas, embora os testemunhos indiquem um número superior de foros. Os Foros da Fajarda constituíram um estudo de caso neste trabalho, pela forma organizada e estruturada como os seus mentores conduziram este processo e que permitiu a total apreensão dos mecanismos jurídicos, económicos e sociais que deram origem a esta forma de povoamento.

Foros do Biscainho

Os Foros do Biscainho têm a sua origem no Casal do Biscainho, mais tarde conhecido por Herdade do Biscainho.

Em 1563 o Casal do Biscainho tinha dois quinhoeiros. Belchior Afonso, lavrador, e a sua mulher Catarina de Chaves, moradores no Monte Velho, tinham um quinhão de 3 moios ou 180 alqueires de pão meado e Pero Dias e a sua mulher, Catarina Alves, moradores no Casal do Terrafeiro, tinham outro quinhão. Certamente haveria mais quinhoeiros, mas somente destes dois lavram os registos em resultado da venda dos quinhões à Capela de Joana Fernandez Franceza, administrada pela Santa Casa da Misericórdia da Vila de Coruche, a 7

---

4 Conservatória do Registo Predial de Coruche (doravante CRPC), *Livro de Descrição Predial B1*, n.º 21, fl. 40.

5 Discurso do Ministro da Economia Castro Fernandes, na II Conferência da União Nacional, Porto, 8 de janeiro de 1949.

de janeiro e a 3 de agosto de 1569, respetivamente.[6] Até finais do século XVIII pouco se sabe acerca da evolução do Casal do Biscainho.

Nesta época o lavrador (rendeiro) do Casal era João Gonçalves Silveira (1790) e o senhorio da Herdade do Biscainho era Joaquim José Vasques (1793).[7] O senhorio útil pagava o foro a 15 de agosto à Santa Casa da Misericórdia e à Colegiada de São João Baptista de Coruche.[8]

Em 1862 a Herdade do Biscainho tinha como senhorio útil João Vicente Vinagre, filho menor de João Vicente Vinagre, de quem herdou este prazo.[9]

Em 1898 Felizardo Bernardes Telles Branco, do Couço, arrematou em hasta pública o foro pertencente à Colegiada de São João Baptista, ficando como seu senhorio direto, título que foi transmitido à sua viúva Luiza Lopes Aleixo Branco em 1910.[10]

Na posse do seu domínio útil, a família Vicente Vinagre arrendou a herdade a outros indivíduos, entre 1865 e 1914, tendo reservado sempre para si a cortiça, o que lhe permitiu neste ano de 1914 um contrato com a firma inglesa de Henry Buchnall and Sons Limited, representada por Manuel Joaquim Ribeiro. Neste contrato é possível verificar que existem terrenos para aforar, mas também é possível constatar que já havia terrenos aforados. Não se sabe em que período os senhorios começaram a aforar talhões de terra, mas tão somente que em 1925, aquando do divórcio de João Vicente Vinagre e Isabel Maria Ferreira Leal, esta ficou com o domínio direto de 25 foros que provavelmente vinham a ser constituídos desde 1894.

Para além dos foros constituídos a partir da Herdade do Biscainho, também a Câmara Municipal de Coruche, a partir de 1888, aforou cerca de 14 talhões de terra nas proximidades da herdade. Três destes talhões foram adquiridos por João Maria Duarte Veiga, de onde se desanexou cerca de 13 talhões para proceder a aforamentos. Desta forma se constituíram o conjunto de enfiteutas dos Foros do Biscainho.

Foros do Paul

Em 1824 a Herdade do Paul pertencia ao Morgado do Brito (representado por José Manuel de Menezes Alarcão), arrendada a João de Paiva Raposo. Em 1868 a herdade era já propriedade de António Gomes de Sousa Leal, de Lisboa, e por sua morte, em 1887, o domínio direto do prédio foi transferido para a sua mulher Teresa Amélia Teixeira Leal, que em 1901 o transmite aos seus filhos. Nestas partilhas a herdade terá sido, provavelmente,

---

6 Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Coruche, *Translado do Livro do Tombo da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Coruche,* maço 11, livro 2.

7 Arquivo Distrital de Santarém (doravante ADS), *Livro das Décimas da Vila de Coruche*, 1793.

8 CRPC, *Livro de Descrição Predial B4,* inscrição n.º 349.

9 *Ibidem.*

10 CRPC, *Livro de Descrição Predial F1,* inscrição n.º 428, fl. 167.

dividida em duas partes: o Paul de Baixo ficou pertença de António Gomes de Sousa Leal e o Paul de Cima de José Gomes de Sousa Leal. Segundo Margarida Ribeiro, em documentos do século XVI já apareciam referidos os Foros do Paul, sendo a única hipótese que os mesmos tenham sido constituídos antes do Morgado.[11] Sendo a herdade do Morgado de Brito, era um bem vinculado e tinha um rendeiro, logo não havia foros. Assim, se a constituição dos foros foi anterior, o seu culminar foi certamente na segunda metade do século XIX, com o impulso de António Gomes de Sousa Leal.

O aforamento das parcelas da Herdade do Paul terão sido iniciadas por António Gomes de Sousa Leal e, ao contrário do que aconteceu com os Foros da Fajarda, que obedecem a um plano ordenado, os Foros do Paul revelam um percurso de constituição complexo.

Com as partilhas efetuadas pelos seus filhos dos senhorios diretos, em 1901 surgem a Herdade do Paul de Baixo, de António Gomes de Sousa Leal, e a Herdade do Paul de Cima, de José Gomes de Sousa Leal, casado com Amélia Gomes de Sousa Leal, que fica na sua posse em 1935 por morte do marido. A posse da propriedade é transferida por esta para Laura, Artur e Álvaro de Morais Carvalho, tendo Laura procedido à venda de 28 talhões de terreno.

A Herdade do Paul de Baixo foi tomada de aforamento por José Gomes de Sousa Leal, que não a podia dividir sem autorização do senhorio direto, seu irmão. O domínio direto foi transferido por herança para Ermelinda Adelaide Leitão Henriques de Oliveira, de Lisboa, que o transfere em testamento para António Augusto Pereira Cabral que, tendo destacado um terço do prédio com 21 hectares, o vende a Joaquim de Aleixo Carvalho, que desanexou 16 talhões para venda. Uma segunda gleba é destacada e vendida a Anselmo da Cruz Tomás, casado com Cecília Tapadinhas Tomás, cujos filhos João Maria Tapadinhas e Adriana Tapadinhas Tomás vendem, mais tarde, prédios desanexados, num total de 71 talhões. A progressiva parcelização do prédio fez-se também com recurso a arrendamentos pelo prazo de 99 anos, o que corresponde a antigos aforamentos em vida.

Foros de Fonte de Pau

Os Foros de Fonte de Pau, antiga designação que hoje conhecemos por Santana do Mato, têm a sua origem na Sesmaria de Fonte de Pau, situada na freguesia de Sant'Anna do Mato, assim designada devido à sua igreja.

No século XVIII o prior da freguesia de Sant'Anna do Mato tinha direitos fundiários sobre a Sesmaria de Fonte de Pau.[12]

No terceiro quartel do século XIX o domínio útil do prédio pertenceu ao casal António Matias, cuja viúva casou em segundas núpcias com Manuel dos Santos. Os senhorios úteis

11 Ribeiro, 1959.

12 ADS, *Livro das Décimas da Vila de Coruche,* 1824.

pagavam o foro de 98,89cl de trigo e igual porção de centeio a Simão Luís da Veiga, morador em Lavre, e depois à sua sucessora Guilhermina Augusta da Veiga Palhinha,[13] casada com o 1.º Visconde da Amoreira, Cypriano Justino da Costa Palhinha, abastado proprietário e influente político,[14] moradores em Montemor-o-Novo e também detentores do domínio direto da Herdade dos Carapuções.

Em 1901 Antónia Maria, legítima dona e possuidora do domínio útil da Sesmaria de Fonte de Pau, mas com idade já avançada e débil estado de saúde, doou o prédio aos quatro filhos do primeiro casamento: José Matias, Sebastião Matias, Guilhermina Maria e António Matias.[15] Dois dos seus filhos procederam a desanexações. José Matias desanexou 13 talhões da sua quarta parte, chamada de Barreirões, e distribuiu também 8 pelos seus filhos. António Matias desanexou 20 talhões de terreno inculto, que foram tomados de emprazamento. Guilhermina Maria e Sebastião Matias não procederam a desanexações para processos de aforamento mas somente por questões de partilhas e heranças.

Foros dos Carapuções

Os Foros dos Carapuções têm a sua origem na Sesmaria com o mesmo nome e na Sesmaria da Gralheirinha e na Sesmaria do Silva, ambas anexadas a esta, situadas na freguesia de Sant'Anna do Mato.[16]

No início do século XIX estava aforada ao casal de Francisco Luís, sendo o seu senhorio direto o casal de herdeiros de Joaquim Alves Ravasqueiro, de Lavre. Entre 1824 e 1836 o domínio útil passou para Manuel António Robusto, que pagava o foro a Ana Ravasqueiro, de Lavre. Por sua morte, o domínio útil passa para a sua filha Mariana de Assumpção Robusto e por morte desta para a sua filha, Amélia Augusta Lopes de Mendonça, que vem a falecer solteira, e o seu pai, abastado cirurgião de Coruche, João Jacinto Lopes Mendonça, recebe de herança. O domínio direto entretanto passa da casa Ravasqueiro para Simão Luís da Veiga, de Lavre.

O enfiteuta João Jacinto Lopes de Mendonça casou em segundas núpcias (1852) com a cunhada Rosa Assumpção e o filho destes, Ernesto Júlio Lopes de Mendonça, herdou os Carapuções e a Sesmaria do Silva por morte de seus pais, quando tinha 14 anos. A partir de 1882 o domínio passou para os Viscondes da Amoreira da Torre, mas foi adquirido pelos herdeiros de Ernesto Júlio Lopes de Mendonça em 1899. Contudo, não conseguindo pagar todas as dívidas da família após a morte de João Jacinto Lopes de Mendonça, os herdeiros decidem vender a Sesmaria dos Carapuções em hasta pública com a Sesmaria do Silva anexa, a fim de valorizar a mesma.

13 CRPC, *Livro de Descrição Predial G1,* n.º 419, fl. 149.

14 *Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira*.

15 ADS, *Livro Notarial,* n.º 26, fl. 14, de Silva Monteiro.

16 CRPC, *Livro de Descrição Predial B1,* n.º 16.

Em 1900 as sesmarias são adquiridas por Guilhermina Rosa da Silva Veiga, casada em segundas núpcias com João Luís da Veiga, integrando no seu património um prédio que tinha pertencido aos seus ascendentes.

Em 1912 o prédio é herdado pela neta Maria do Castelo Raposo de Liz Teixeira, que em 1928 desanexou um pedaço de terra dos Carapuções com 100 hectares, que foram vendidos entre 1931 e 1951 em conjunto com o seu filho Jorge de Metelo, mas que, de acordo com fontes testemunhais, haviam sido foros antes de serem vendidos, o que significa que houve uma remissão de foros.

A Sesmaria do Silva sofreu o mesmo processo, embora atualmente poucos reconheçam a sua existência, de onde, em tempos, foram vendidos cerca de 25 talhões.

Monte rural com um poço
e uma pequena horta.
Foros da Branca, Coruche.
Segunda metade do século XX
[MMC/MO]

Foros da Branca

No final do século XVIII a Sesmaria da Branca pertence a Bento Mendes e em 1894 a propriedade do prédio pertence a Domingos Joaquim Vieira Raposo.

Até 1877 António Patrício Correia Gomes é o seu proprietário, passando, após a sua morte, para a filha Maria Leonor Monteiro Gomes. Em 1922 esta e o marido, Barões de Santa Comba Dão, fazem, da parte não aforada, um arrendamento de 99 anos ao Dr. António Patrício Correia Gomes e sua mulher Maria Joana Correia Gomes. Grande parte dos aforamentos foi efetuada em 1922 em hasta pública. No entanto, acredita-se que estes já haviam sido constituídos em datas anteriores e só nesta se lavraram as escrituras.

Nota conclusiva

A origem destes lugares é relativamente recente, tendo sido constituídos entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX.

A Fajarda começa a constituir-se como povoação em 1898, a partir do momento em que António Ferreira Roquette reúne a posse plena da Herdade da Fajarda e procedeu a aforamentos e arrendamento de talhões desanexados.

A Herdade do Biscainho em 1862 era um prazo enfitêutico, tendo o seu senhorio útil, João Vicente Vinagre, efetuado arrendamentos por sublocação de curta duração. Os aforamentos propriamente ditos iniciaram-se em 1894, como contratos subenfitêuticos, uma vez que João Vicente Vinagre nunca reuniu a posse plena da propriedade.

Na Herdade do Paul o parcelamento enfitêutico começa a ser efetuado por volta de 1865, no ano em que o prédio se desvinculou do morgado a que pertencera.

Os Foros de Fonte de Pau foram constituídos a partir de 1901, a partir do momento em que Antónia Maria fez a partilha da sesmaria pelos seus quatro filhos.

Este interesse pela parcelização fundiária através da enfiteuse no concelho de Coruche surge em Portugal num período em que se desenvolveu uma forte campanha em prol da recuperação deste contrato agrário de origem medieval. Este mecanismo resolvia, em simultâneo, dois graves obstáculos ao progresso da agricultura nacional: a extensa área de terrenos incultos e a fraca densidade populacional de algumas regiões do país.

Sendo que a enfiteuse já vinha sendo utilizada no concelho de Coruche para estabelecer estas pequenas unidades produtivas agrícolas, fica patente que foi a partir da segunda metade do século XIX que, da iniciativa de particulares, se procedeu a uma ação de aforamentos que originaram os lugares de povoamento, que cresceram, em alguns casos com um acentuada expressão, até aos dias de hoje.

Bibliografia

Fernandes, Castro, Ministro da Economia – *Discurso*, II Conferência da União Nacional, Porto, 8 de janeiro de 1949.

Fonseca, Hélder Adegar – "O senhorio de São Marcos e a comunidade rural de Vale de Azares no século XVIII", *Revista Portuguesa de História,* 19, Coimbra, 1981, pp. 183-270.

Grande Enciclopédia Portuguesa Brasileira, vol. II, Rio de Janeiro: Enciclopédia, 1981.

Ribeiro, Margarida – *Estudo Histórico de Coruche,* Coruche: Câmara Municipal, 1959.

Ribeiro, Orlando – *Portugal Mediterrâneo*, Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1945.

Fontes

Arquivo Distrital de Santarém:
Livro das Décimas da Vila de Coruche, 1793.
Livro das Décimas da Vila de Coruche, 1824.
Livro Notarial, n.º 26, fl. 14, de Silva Monteiro.

Arquivo Histórico da Santa Casa da Misericórdia de Coruche:
Translado do Livro do Tombo da Santa Casa da Misericórdia da Vila de Coruche, 1573-1651, maço 11, livro 2.

Conservatória do Registo Predial de Coruche:
Livro de Descrição Predial B1, n.º 16.
Livro de Descrição Predial B1, n.º 21.
Livro de Descrição Predial B4.
Livro de Descrição Predial F1.
Livro de Descrição Predial G1.

Arquitetura tradicional e desenvolvimento urbano em Coruche

Breves apontamentos

Luís Marques[1]

Desde os primórdios da humanidade que o Homem procura abrigo e, no amplo território que hoje é conhecido por Coruche, isso não foi exceção. Testemunho disso é o povoado situado no Cabeço do Pé da Erra, cujas escavações arqueológicas trouxeram à luz do dia diversas cabanas em terra, além de variados artefactos, e mais recentemente as escavações no Barranco do Farinheiro, que demonstram a existência de antigas sociedades camponesas instaladas no fértil vale do Sorraia por volta do 3.º milénio a.C.

Sendo certo que o tema que nos foi dado desenvolver terá o seu enfoque na arquitetura tradicional e desenvolvimento urbano no município de Coruche, não quisemos deixar de comparar estas realidades tão distantes no tempo. Afinal, se mais recentemente o incremento que a agricultura teve, derivado da riqueza das terras sorraianas e das políticas nacionais ao longo dos tempos, proporcionou o aforamento de herdades, como forma de atrair e fixar gentes para trabalharem a terra, dando origem a novos povoados, também os povos mais antigos se haviam sentido atraídos por este território e aqui se foram fixando. No entanto, as similitudes não terminam na atração que estas férteis terras sempre tiveram na fixação dos povos, uma vez que o uso da terra, como matéria-prima mais acessível, perdurou até aos dias de hoje na construção das casas ditas tradicionais, ainda que empregando técnicas e ferramentas distintas.

As casas, erigidas no meio rural pelas famílias de trabalhadores do campo que se foram fixando no território, eram extremamente simples, quer nos processos construtivos empregues e materiais utilizados, motivados pelos fracos recursos económicos destas gentes, quer na sua forma, ainda que denotando por vezes grande sensibilidade plástica.

Muitas vezes a casa, de área extremamente reduzida para albergar famílias numerosas, de piso térreo, onde, já em tempos mais próximos, sobressai a chaminé, não ia além das quatro paredes exteriores, com poucas e pequenas aberturas, e de um telhado de uma ou duas águas. Sem qualquer equipamento higiénico, por vezes o espaço interior era subdividido por meias-paredes, ou mesmo com o auxílio de simples cortinas.

O chão era normalmente de terra batida, existindo contudo alguns exemplos em que se verificava um barramento com uma aguada onde se havia dissolvido o barro, permitindo o seu alisamento e emprestando-lhe alguma cor.

1 Arquiteto.

Monte da Quinta Grande.
Coruche. Meados do século XX
[MMC/GRC]

As paredes exteriores, por norma em taipa, tinham uma espessura considerável, nunca menos de meio metro, motivada pela técnica e materiais subjacentes, que lhes garantiam grande capacidade isoladora, sendo revestidas a reboco de cal e areia e caiadas. Nas construções mais simples a caiação era efetuada diretamente na taipa ou empregava-se a mesma aguada utilizada no pavimento.

O termo taipa designa um processo construtivo contínuo em que a elevação das paredes autoportantes é realizada com o auxílio de pelo menos dois taipais (cofragem em madeira), com cerca de metro e meio de comprido por 60cm de altura, entre os quais é comprimida a terra ligeiramente humedecida, com o emprego de um maço. Logo após a execução de um módulo desmonta-se a cofragem e torna-se a repetir o processo.

Este trabalhar contínuo, de humedecimento da terra e adição de alguns vegetais na mais argilosa, que permitia condicionar o aparecimento de fendilhação durante a secagem e dar-lhe maior consistência, o seu transporte rápido por diversos carregadores, o apisoamento cadenciado realizado por vários homens, a constante montagem e desmontagem dos taipais, obrigava a uma complexa participação coletiva, mais usual no meio camponês, onde não era raro a constituição de uma nova família ficar associada à participação comunitária na construção da sua nova casa.

Nas áreas mais urbanas aparece uma taipa mais pobre, onde a terra menos própria, retirada dos logradouros e quintais, era enriquecida com alguns materiais inertes, como desperdício de tijolo e seixo do rio.

Exemplo raro de utilização de cortiça na construção em adobe.
Vale do Tufo, Erra.
Meados do século XX
[MMC/AM]

A cobertura, inicialmente em colmo, pela sua economia e garantia de proteção eficaz contra as variações térmicas, tinha o inconveniente da pouca durabilidade, arder com facilidade e não proteger eficazmente da chuva. Foi sendo gradualmente substituída por telha de canudo, assente em ripado de madeira, levando raras vezes um forro em tabuado de madeira.

A construção em adobe, outro processo construtivo que ainda encontramos esporadicamente em edificações no concelho, nomeadamente no seu centro histórico e outras povoações de cariz mais urbano, por se prestar mais facilmente à construção em locais confinados, era já manuseado como material pré-fabricado, chegando nalguns locais a existir obreiros que se dedicavam exclusivamente à sua manufatura com o intuito de o comercializar. Efetivamente o adobe é um material cuja técnica consiste em moldar, sem compactar, módulos pouco maiores que um tijolo, em terra bastante liquefeita, quase sempre com aditivos vegetais e apenas secos ao sol, dentro de moldes em madeira. Era por vezes também empregue, pelas suas menores dimensões, na construção de paredes interiores das casas em taipa.

Outro material então utilizado na construção era o tijolo burro ou "lambaz", conhecido desde a Antiguidade, introduzido provavelmente pelos romanos na Península Ibérica. O sistema de fabrico deste material consistia em, depois de trabalhado à enxada e amassado a pé, o barro ser moldado em pequenas formas de madeira que, após seco ao sol, era cozido em fornos artesanais. Sendo um produto mais elaborado e de maior qualidade, estava apenas acessível a classes mais abastadas na construção das suas edificações, ainda que por vezes fosse utilizado, dada a sua melhor resistência mecânica, no embasamento das paredes de taipa ou adobe e na guarnição dos seus vãos e chaminés.

Em Coruche encontramos diversos exemplos do emprego deste material nos montes das herdades e nas áreas mais urbanas. Estes montes, alguns originados nas *villae* romanas, e mercê também do interesse, em plena Idade Média, de famílias nobres ou com considerável poder económico adquirirem propriedades rústicas no Ribatejo, constituíram-se nalguns casos como autênticos núcleos urbanos, dada a proliferação de edificações.

De facto, para além da casa senhorial e das habitações dos trabalhadores rurais afetos àquela herdade e das diversas construções de apoio à atividade agrícola e pecuária, desde silos, armazéns, adegas, lagares, oficinas, estábulos e picadeiros, casos houve em que se erigiram a escola, a capela e mesmo o pequeno comércio.

A abundância agrícola que as terras de aluvião banhadas pelo Sorraia proporcionavam criava riqueza e atraía cada vez mais colonos que se instalavam em foros, pagando uma renda aos grandes proprietários das herdades aforadas.

A vila de Coruche, que no início da nacionalidade seria já um burgo com alguma importância, confirmada pela existência do foral afonsino, sofreu um desenvolvimento considerável no decorrer dos séculos XIV a XVI. É no reinado de D. Afonso V que nos aparecem as primeiras referências aos *paços do concelho,* tendo mesmo antes, entre outros privilégios, D. João I autorizado a construção de uma estalagem para os que necessitassem de pernoitar e comer na vila.

É também neste período que se intensifica a fixação na vila de comerciantes e artífices que, de alguma forma, acabam por promover a construção de edifícios de dois andares, ao instalarem o seu local de trabalho no piso térreo e a habitação no superior.

Não é difícil assim perceber que os grandes lavradores, inicialmente acomodados nas suas herdades, viessem instalar-se, tal como alguns burgueses, na vila, construindo habitações de maior qualidade.

Nos finais do século XVIII, dos cerca de 700 fogos existentes na localidade de Coruche, seriam já mais de duas dezenas as casas pertencentes a lavradores.

Muitos destes edifícios vieram dar origem às casas senhoriais que se destacam pelas suas dimensões, qualidades construtivas e materiais empregues, como seja a aplicação de

azulejo ou pedra nas fachadas, a estatuária ou o ferro forjado nos varandins. São genericamente constituídas por casa de habitação e anexos de cariz marcadamente rural (armazéns e abegoarias) localizados nos logradouros ou quintais agrícolas.

Solar da família Ribeiro Telles
com a fachada em azulejo
e a utilização de pedra e ferro fundido
nas sacadas e varandins.
Coruche. Primeira metade do século XX
[MMC/AM]

Planta da Vila de Coruche. 1908
[MMC/CMC]

A malha urbana do *Centro Histórico da vila de Coruche*, a toponímia de algumas das suas artérias, as diversas igrejas disseminadas ao longo das principais ruas e mesmo algumas das suas casas, evocam-nos uma realidade medieval, ainda que cada vez mais diluída pelas marcas da passagem do tempo. Lembramos que é já nas primeiras décadas do século XX que a vila se projeta para além daquilo a que agora se convencionou delimitar como o seu Centro Histórico.

Casa rural tradicional.
Erra, Coruche.
Segunda metade do século XX
[MMC/CMC]

Também a povoação da Vila Nova da Erra possui ainda hoje traça medieval, bem visível na sua morfologia, rasgada por pequenas ruelas estreitas.

Formada por processo lento, surgiu como agregado urbano só na segunda metade do século XIV, possivelmente em consequência da *Lei das Sesmarias* promulgada por D. Fernando, com o objetivo de repovoar o mundo rural, ao obrigar a que os proprietários cultivassem a terra, prevendo mesmo a expropriação da propriedade caso não fosse devidamente aproveitada, incentivando assim a contratação de mais trabalhadores rurais, ou mesmo a conceder arrendamentos de parcelas de terreno. Também o facto de este rei ter aí mandado erigir um paço régio, para lhe fornecer estada durante as suas caçadas nesta região, terá contribuído para um maior desenvolvimento desta povoação naquele tempo.

Depois de um período de engrandecimento, motivado por diversos privilégios régios, entre os quais a obtenção de uma barca para passagem do rio, chegando mesmo a ser sede de concelho, veio, a partir do século XVI, a entrar em declínio, tendo sido integrada como freguesia do concelho de Coruche em 1836.

A agricultura foi até aos anos setenta do século XX a principal atividade desenvolvida pela população da Erra. Nesse sentido a povoação caracteriza-se pelo seu cunho eminentemente rural, conforme se observa pelo traçado das ruas, pelas tipologias de construção características do povoamento rural e pela identificação de estruturas de arrecadação de alfaias e armazenamento de produtos agrícolas.

De uma forma genérica acreditamos que muitas das povoações do município de Coruche, que tiveram a sua génese no período medieval, podem hoje ser descritas com alguma semelhança ao que acima foi referido.

Localidades como o Couço, que parece ter tido a sua origem como pequeno aglomerado populacional, decorrente de uma conjuntura semelhante ao descrito anteriormente, de desenvolvimento de uma grande herdade comprada em 1278 pela Ordem de Avis, e que no século XV beneficiou de diversos privilégios, nomeadamente o passar a contar com uma estalagem e uma barca de passagem; ou como a Lamarosa, de que existem registos anteriores ao século XVI como pequeno núcleo populacional, tendo sido elevada a vila por Filipe III, são exemplos disso.

Já os mais recentes aforamentos, nomeadamente da Herdade de Fajarda, da Herdade do Biscainho, da Herdade da Branca, da Sesmaria dos Carapuções, da Herdade do Paul, da Herdade de Valverde, etc., que tiveram lugar nos finais do século XIX, mercê de políticas régias que procuraram, através de medidas concretas, fomentar a divisão da grande propriedade com o objetivo de aumentar a produção agrícola e ao mesmo tempo resolver

a falta de mão de obra nos campos do sul, são caracterizados pela construção dispersa ao longo dos caminhos construídos para acesso aos diversos prédios rústicos criados pela divisão da propriedade.

Ainda assim, alguns destes foros, mercê de melhores acessibilidades, quer rodoviárias quer ferroviárias, vieram a ter um maior desenvolvimento, tornando-se sedes de freguesia. A construção de diversos equipamentos públicos e o aparecimento de algum comércio têm vindo a criar algumas centralidades, que lhes permite virem a ser considerados como aglomerados urbanos, não deixando contudo de manter as características que tiveram por base a sua génese – a produção agrícola, ainda que por vezes já circunscrita à pequena horta, dada a dimensão da propriedade, que ao logo dos tempos tem vindo a ser espartilhada, principalmente pela sucessão hereditária.

Bibliografia

Beirante, Maria Ângela – *O ar da cidade: ensaios de história medieval e moderna,* Lisboa: Colibri, 2008.

Brotas, Maria Adélia Mendes – *Memórias da Erra,* Coruche: Câmara Municipal, 2000.

Calais, Coruche (coord.) – *Coruche: o Céu, a Terra e os Homens,* Coruche: Museu Municipal/Câmara Municipal, 2014.

Calais, Cristina (coord.) – *O Homem e o trabalho: a magia da mão,* Coruche: Museu Municipal/Câmara Municipal, D.L. 2003.

Costa, Adelaide Millán – "O domínio sobre homens e territórios enquanto fator de identidade social: Coruche e os concelhos limítrofes: séculos XIV e XV", in *Categorias sociais e mobilidade urbana na Baixa Idade Média,* Lisboa: Colibri, 2012, pp. 99-128.

Ficha de conjunto do Centro Histórico de Vila Nova da Erra, relatório e peças gráficas, Almada: Centro de Arqueologia, 2007.

Francisco, Domingos (coord.) – *Colóquio Margarida Ribeiro: atas,* Coruche: Museu Municipal/Câmara Municipal, 2008.

George, Frederico; Gomes, António Azevedo; Antunes, Alfredo da Mata – *Arquitectura Popular em Portugal: zona 5,* 2.ª ed., Lisboa: Ordem dos Arquitectos, 1980, pp. 453-571.

Godinho, Paula – *Memórias de resistência rural no Sul: Couço (1958-1962),* Oeiras: Celta, 2001.

Janeiro, Carlos – *O que nos dizem as casas,* Coruche: Museu Municipal/Câmara Municipal, 2006.

Prista, Pedro – "Taipa e adobe na etnografia portuguesa", in *Arquitetura de terra em Portugal,* Lisboa: Argumentum, 2005, pp. 108-113.

Ribeiro, Margarida – *Estudo Histórico de Coruche,* 2.ª ed., Coruche: Museu Municipal/Câmara Municipal, 2009.

Santos, Fernanda Maria Bingalinha dos – *A origem e evolução dos Foros de Coruche,* Évora: Universidade, tese de mestrado, 1995.

Entre a charneca e a beira-rio: os trabalhos e os dias, num tempo longo

Paula Godinho[1]

Em 1950, antes de ter início o forte êxodo rural das décadas seguintes, dos 172,3 milhares de trabalhadores rurais recenseados nos campos do sul, 89% eram temporários, contratados sazonalmente ou à jorna.[2] No quadro das condições do sul de Portugal, os trabalhadores rurais, por um lado, e os proprietários, por outro – com grupos mesclados, que incluíam seareiros, meeiros, rendeiros e outros –, constituem classes. O sistema de latifúndio, com a presença de grandes propriedades, inseridas em grandes unidades económicas, deu origem a classes sociais distintas, cruzadas no mercado de trabalho. O predomínio da grande propriedade não significa a inexistência de outras relações económicas na sociedade, num tempo alongado. De modo mais ou menos estruturado, entre os seareiros operavam formas de mão de obra familiar e assalariada. Nas hortas, cedidas pelos proprietários sob contratos diversos, ou nos pequenos foros possuídos por alguns indivíduos, produziam-se hortícolas, que se destinavam ao consumo dos agregados e às trocas informais que realimentam as relações sociais. A horta, com os cuidados que lhe subjazem, foi um domínio masculino. Valorizou-se o trabalhador rural que, após um dia ou uma semana de labor por conta de outrem, contrapõe à exclusiva convivialidade de taberna os momentos passados a trabalhar naquele espaço. A cedência de pequenas leiras arrendadas pelos proprietários obedecia a uma escala descendente em que as terras mais aceitáveis eram distribuídas pelos criados das herdades em atenção ao seu grau de fidelidade, que comportava indicadores como a assistência à missa ou o batismo dos filhos. Não se pretendia convertê-los em trabalhadores independentes, mas antes enovelá-los num processo produtivo que lhes era alheio como se fosse próprio. Como no caso da *fanga,* descrita admiravelmente por Alves Redol para a Golegã, amorteciam-se os efeitos dos baixos salários através de pequenos complementos que implicavam sobretrabalho, no fim do dia ou ao domingo.

No concelho de Coruche, numa zona de transição entre charneca e beira-rio, encontramos a pequena e a grande propriedade, com relações variadas com a terra. Até ao final dos anos 1960 os trabalhadores eventuais viviam essencialmente nas povoações e estavam sujeitos à praça de jorna. Os *justos,* também denominados *concertados*, residiam nos montes. O acerto era feito ao ano, verbalmente. Trabalhavam por um salário mais baixo do que os contratados diariamente, mas tinham emprego garantido, que os arredava do limiar da fome. Cultivavam sempre uma pequena horta, criavam aves de capoeira e ocasionalmente um porco, em espaços cedidos geralmente pelo proprietário, que lhes fornecia igualmente,

1 Departamento de Antropologia e Instituto de História Contemporânea, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

2 Baptista, 1993, p. 340.

Rancho de mulheres no campo com o capataz e a aguadeira. Coruche. Anos 50 do século XX [MMC/FFC]

como compensação do salário baixo, um conjunto de bens alimentares. Para os *justos*, ou criados, categoria de trabalhadores permanentes que é impossível de contabilizar, ainda que constitua uma pequena percentagem do total da força de trabalho, bem como para os rendeiros e meeiros, o ano iniciava-se no dia de São Miguel, a 29 de setembro. Até aos anos 1960 foi o dia mais agitado das estradas e caminhos desta região, com a circulação de carroças que transportavam os haveres dos que mudavam de patrão e de casa.

Os trabalhadores eventuais podiam ser contratados para toda uma estação ou só por alguns dias. Nos períodos de escassez de emprego poderiam deslocar-se e só retornar a casa no fim da estação, ou periodicamente, para mudar de roupa. Esta forma era designada *andar de mantimento aviado*. Só em épocas de franca penúria um trabalhador pediria que o contratassem. *Pedir para matar o corpo*, expressão usada para reiterar o caráter de imposição e dureza do trabalho, era equivalente a pedir trabalho, e reflete a mortificação associada às tarefas árduas. A praça de jorna, realizada nas ruas e praças centrais das aldeias, mostrava os trabalhadores disponíveis, por vezes organizados para negociar melhor jorna, com uma força que cada um não tinha se solicitasse trabalho ao patrão individualmente. O conflito de classes conhecia na praça de jorna um lugar de eleição, onde se tornava evidente que uns compram e outros vendem trabalho, numa relação que não é intercambiável. Todavia, mesmo os que se encontram na posição mais dependente, insistiam em não ser *apoucados* e em manter a distância irredutível entre a classe dos proprietários e a dos assalariados. O contrato de trabalho era selado com o recurso à *molhadura:* quatro decilitros de vinho, bebida nas tabernas locais. Na praça de jorna a circulação do emprego era paralela à da palavra, e estava-lhe associada a convivialidade de classe e o conflito com os representantes das autoridades, quando o acordo entre patrões e assalariados era impossível. Ao domingo, depois da manhã passada nas hortas cultivadas pela família, as mulheres e homens que não fossem *criados* ou *justos* dirigiam-se aos largos ou ruas das aldeias ou da vila para *arranjar patrão*. Vestiam fatos domingueiros e dispunham-se agrupados por sexo. As mulheres permaneciam algum tempo nas mercearias, fazendo o avio do *mantimento* da semana.

Praça da jorna junto à antiga igreja matriz.
Couço, Coruche.
Primeira metade do século XX
[MMC/NFCV]

O contrato de trabalho assumiu formas diversas ao longo do tempo, nomeadamente quanto à sua duração diária. O regime *de sol a sol*, com paragens para as *fumaças*, para as refeições e para a sesta, viria a ser substituído pelo de oito horas de trabalho diário, sobretudo a partir das greves de 1962, que tiveram lugar a seguir ao 1.º de Maio. De sol a sol implicava um muito longo dia de trabalho, sobretudo no verão, a que se juntava o percurso feito a pé, por vezes extenso. A contratação *à tarefa*, uma variante do regime *de empreitada*, desligava o trabalho do seu tempo de duração. O regime de empreitada era do especial agrado dos proprietários e feitores: um grupo de trabalhadores encarregava-se

de levar a cabo uma determinada função, sem que fosse fixado o tempo para a realizar, o que acelerava drasticamente o ritmo de trabalho. Não era aplicado às fainas que requeriam grande cuidado, duvidando os proprietários nesse caso do seu cabal cumprimento por parte dos trabalhadores. Por embaratecer a mão de obra, dilatar o horário e suscitar o desafio entre trabalhadores, começou a ser combatido com certo vigor durante a década de 1940. Na praça de jorna procurava-se contrariar esse regime, aceite todavia pelos *ratinhos*.

Rancho de migrantes do norte. Coruche. Primeira metade do século XX [MMC]

Os trabalhadores migrantes sazonais, aqui designados *ratinhos*, *galegos*, *gaibéus*, *pegachos* ou *barrões,* constituíam uma força de trabalho parcialmente reproduzida dentro de explorações familiares do minifúndio mais a norte, e em parte fora delas. Desciam aos campos do sul, onde auferiam salários inferiores aos dos assalariados locais destas zonas de latifúndio. Constituíam uma espécie de retaguarda produtiva do sul, acionada quando necessário e reenviada depois para os lugares de origem distantes, sem sobrecarregar com tensão acrescida o número dos desempregados locais, nos tempos de defeso do trabalho agrícola. Representaram um sustentáculo das estruturas produtivas do latifúndio, e fornecem uma imagem da complementaridade entre as duas estruturas fundiárias. O seu regime de contratação podia ser *a seco*, com os próprios trabalhadores a preparar as refeições, ou inclui-las, com uma mulher destacada para rancheira, por vezes coadjuvada por garotos. Estes trabalhadores, que equilibram a necessidade de mão de obra num momento fulcral do ciclo produtivo, atenuavam a capacidade negocial dos trabalhadores residentes, que frequentemente os hostilizavam.

A consciência de habitar um espaço que não está por igual repartido, e que é alvo de uma vivência classista, bem como de que existe um acesso à riqueza diferenciado, com um grande grupo desfavorecido e, no topo da pirâmide, alguns poucos, está bem expresso no provérbio local*: Vinte e cinco galinhas e um galo comem tanto como um cavalo.* Numa sociedade com classes tão fortemente marcadas, a oposição entre estas não tomava sempre formas evidentes e expressas. Ocorriam formatos de resistência quotidiana e invisível, bem como o recurso ao rebusco. Quase até à década de 1940, os pinhais eram *res nullius.* Cada um podia apanhar as pinhas que desejasse. A tarefa de recolha era perigosa: os homens magoavam-se a subir aos pinheiros, em risco de cair. As mulheres apanhavam as pinhas, retiravam os pinhões, partiam e torravam. O *burneco*, expressão que designa o excremento, aquilo que parece já não ter utilidade, o que sobrou de um processo de produção e pode ser alvo de rebusco ou coleta residual, tomava um sentido mais vasto, ampliando esses restos e conferindo um caráter ao rebusco que torna fluida a fronteira entre este e o furto. O termo associou-se com mais frequência à coleta dos pedaços de cortiça nas zonas de montado.

O trabalho agrícola requer um vasto conhecimento e perícia, resultante de uma memória profissional a que não é eventualmente alheia a passagem no seio da família, que dá particular acuidade ao *mestre* na sua relação com o *novel*. A extração da cortiça, desde o início de junho a agosto, tarefa masculina por excelência, exigia especialização. O *novel* começava por aprender com um *tirador* experimentado até atingir ele próprio essa condição. Longamente, no sentido completo da construção do género, um homem era alguém que sabia tirar cortiça. Tinha de ser hábil, bom trepador, equilibrista, ter mão firme nos golpes, ser bom conhecedor da espessura da cortiça para evitar golpes arboricidas, e destro a alavancar. Tarefa bem paga, comparativamente às outras do ciclo agrário, o momento da sua execução era aproveitado para desencadear lutas por melhores condições de trabalho e pagamento. Depois da exploração da cortiça ter passado por uma crise acentuada logo a seguir à II Guerra Mundial, voltou a tornar-se rentável desde o início da década de 50 – e entrou recentemente em setores como o da decoração e da moda. Na região o seu incremento é atribuído a algarvios que, em meados do século XIX, terão constituído os primeiros compradores. Nos finais da década de 1950 a maquinaria começou a ser introduzida em quantidade nos campos do sul, reduzindo as necessidades de mão de obra. A tirada da cortiça, feita manualmente com o auxílio de um machado, foi aproveitada para conseguir melhores salários, porque não pode ser adiada. Poucas povoações tinham trabalhadores que dominassem as técnicas de extração, logo não havia a recear a contratação de ranchos de *barrões* ou *galegos* que disputassem o emprego. Como se viu, estes migrantes sazonais provenientes do minifúndio aceitavam baixos salários e más condições de trabalho (empreitadas, horários extensos), de alojamento (em barracões insalubres) e de alimentação. As tiradas não podem ser adiadas, o que pressionava os proprietários, forçando-os a ceder às reivindicações dos assalariados. Os tiradores especializados estão circunscritos a uma zona do país, havendo povoações de reputação fixada na competência para desenvolver esta tarefa.

Ceifeiras na seara.
Erra, Coruche.
Primeira metade do século XX
[MMC/AL]

A relação de parceria, associada às searas de milho e arroz depois da I Guerra Mundial, foi gradualmente substituída pelos seareiros e desapareceu na década de 1940. Subsistiu unicamente no cultivo do arroz, com contratos em que ao proprietário das terras cabia contribuir com a água, terra, fretes de transporte para a eira, metade dos adubos e da quantia gasta com as debulhas, e ao seu parceiro dar metade dos adubos e das debulhas e todo o trabalho – cava, monda, ceifa. O produto era dividido a meio. O ciclo do arroz é iniciado em fevereiro com a sementeira. As ervas que cresciam obrigavam à contratação de ranchos de mulheres para a *pica da lêva*, antes da monda. Antes da construção da obra hidráulica do Vale do Sorraia a inundação dos campos de arroz era feita através da água do rio, elevada

através de motores. Conquanto a debulha fosse feita através de máquinas, o trabalho das ceifas era feito manualmente por mulheres, na maioria das explorações. Até à introdução da maquinaria e das mondas químicas, as cavas e armação dos canteiros do arroz e o retirar de ervas daninhas tinham um papel absorvente. As últimas mondas eram particularmente concorridas e aproveitadas para exigir melhor salário.

No inverno as *desmoitadas*, arranque do mato com um enxadão, sacrificava particularmente as mulheres, as crianças e os adolescentes do sexo masculino. A evolução sazonal do emprego tem um momento máximo no fim de maio e durante o mês de junho, e um mínimo nos meses correspondentes ao inverno. Embora as condições de trabalho no passado fossem particularmente lastimadas, o desemprego agrícola sazonal foi o tormento mais marcante. Só os trabalhos que correspondem às colheitas e às mondas garantiam emprego pleno. A esse desemprego habitual juntou-se em algumas ocasiões o de crise, que correspondeu a maus anos agrícolas, em que se verificou perda da colheita. As indemnizações que eventualmente fossem canalizadas para os proprietários não tinham qualquer efeito sobre os assalariados não contratados.

Preparação da terra para as sementeiras com juntas de bois.
Erra, Coruche.
Primeira metade do século XX
[MMC/AJT]

A memória associada ao quotidiano e à reprodução de gestos enquadra-se num hábito, de que é ressaltada a primeira ação e a sua última atualização. Ficam esquecidas as repetições. Aprender os gestos de uma profissão é adquirir a propensão para realizá-los. O *trabalho*, que tem visibilidade no suor, é o centro de uma ética assalariada, em torno da qual se edificam identidades e entrecruzamentos. Não é associado à riqueza, ainda que paradoxalmente possa ser apontado como responsável pela abastança dos proprietários. Já o termo *trabalhos*, plural, remete para sofrimentos que se acrescem ao emprego e que eventualmente estão ligados a conjunturas históricas internacionais, cujos reflexos são localmente ressentidos. A fome, o desemprego, as crises no seio da família, integram esta categoria. A alimentação, baseada até à década de 1970 no pão, no feijão, no grão, no toucinho e no bacalhau, em diferentes combinações com os legumes e hortaliças da horta, distingue também as classes. Diferencia-se a alimentação quotidiana e a dos períodos festivos. Na primeira, além da sazonalidade, distingue-se a de *mantimento aviado* da que se faz a partir da própria casa. Quem lembra a alimentação, lembra a fome – a conjuntural, associada à guerra, e a estrutural, inerente à forma de organização económica e social. As recordações dos anos da II Guerra Mundial e dos que se lhe seguiram, bem como dos períodos de escassez de emprego, ficam associadas a alimentos resultantes de coleta: o caldo de beldroegas, de cagarrinhas ou de saramagos.

Os espaços conviviais dos trabalhadores são a rua, os clubes recreativos, a taberna, o café. Além de eventuais cruzamentos na rua, os que pertencessem aos extremos da escala social precisavam de transgredir os limites para se encontrarem. A separação de classe é

desejavelmente mantida pelas partes, e serve para perpetuar uma *no man's land* relacional, que assenta no evitamento. Onde existiam cinemas, os trabalhadores rurais ficavam na plateia e os proprietários no balcão, o que expressa o evitamento convivial. Esta prática de segregação não inibe a existência de conflitos, já que exacerba o antagonismo implícito e propicia a erupção social em momentos específicos.

Aguadeiros no campo.
Coruche. Anos 40 do século XX
[MMC/CL]

A marcação num espaço desse momento de primeira incorporação no mundo do trabalho, a memória densa desses momentos iniciais, da primeira jorna, dos primeiros companheiros ou do próprio vestuário envergado na ocasião são muito recordados. Ir espantar pardais para os arrozais aos seis ou sete anos, ocupação aparentemente ligeira, mas que implicava uma jornada, podia ser uma das primeiras tarefas remuneradas. O tempo infantil foi igualmente marcado por uma divisão etária de tarefas; incumbia aos irmãos mais velhos o conjunto de cuidados a ter com os mais novos. *Fazer por* um irmão é uma expressão frequente quando se pretende descrever uma prestação desequilibrada pelo caráter distanciado em termos etários.

O trabalho agrícola estruturou longamente uma rede social, em que se destacam alguns pela sua capacidade e desempenho. É um fator de distinção entre as classes, afirmando-se que os proprietários, mormente os absentistas, *nunca fizeram nada na vida*. Há uma genealogia do trabalho e outra da propriedade, sem uma conceção fatalista do lugar social ocupado pelos trabalhadores, cuja biografia ficou marcada pela labuta precoce. No sul do país é praticamente nula a memória de uma ligação de propriedade com a terra, por parte dos assalariados. É constante a apresentação da situação dos pais como mais precária do que a vivida pelos próprios. As melhores condições são explicadas quer pela redução do número de filhos quer por justificações conjunturais e alterações de índole política, destacando o 25 de Abril como marco. Durante o século XX, em inúmeras ocasiões, os trabalhadores do concelho – e, nomeadamente, os do Couço – construíram ações coletivas que lhes deram a consciência de ter obtido vitórias, as *conquistas dos trabalhadores*, que deixaram marcas na memória e que tornam indelével a perceção de que o estado das coisas pode ser alterado.

Com as características que se prolongarão até ao final dos anos de 1960, a propriedade é sobretudo o resultado da legislação liberal do século XIX, que permitiu a ascensão de um grupo de proprietários, ao mitigar o poder dos que anteriormente detinham a terra: a nobreza e as ordens religiosas. As famílias dos proprietários, com estratégias de manutenção da terra e do poder, cruzaram-se recorrentemente em termos de casamento. O seu raio matrimonial é dilatado no espaço, mas com endogamia de classe. O estilo de vida dos proprietários, resultante das possibilidades materiais e do capital simbólico, distanciou-se longamente do que estava ao alcance dos assalariados rurais. Alguns patrões ausentes, detentores de uma

parte significativa de propriedade local, integraram longamente o núcleo duro da classe de topo. Chegariam também proprietários arrivistas, no decurso do século XX. Pouco é recordado acerca das famílias dos proprietários absentistas, enquanto grande parte das vidas, públicas e privadas, dos proprietários residentes, foi escrupulosamente seguida, debatida e alvo de comentários, em que a animosidade de classe é parte integrante. A convivência distante do quotidiano, manifesta nas formas de tratamento, que patenteiam o afastamento social das partes, enquadrou as rotinas da vida. A delegação da gestão das terras tem uma função de diluição dos atritos de classe, pela distância entre os extremos sociais.

Os limites da pequena e média propriedade circunscrevem-se às várias freguesias, enquanto a grande propriedade se prolonga além desses limites e pode abranger vários concelhos. Antes da sangria demográfica dos anos 60 o confinamento geográfico dos laços, dilatado em alguns casos pelas migrações sazonais, foi comum entre os trabalhadores rurais. Esse raio relacional curto é estranho ao grupo de proprietários locais, cujas ligações de consanguinidade e de aliança se estendem largamente além dos limites da freguesia. Além dos grupos sociais diretamente ligados à agricultura, um conjunto de artífices com oficinas instaladas nas várias aldeias e comerciantes com estabelecimento aberto ou que vendiam de forma ambulante pelos montes, bem como algumas profissões associadas à prestação de serviços – capador, barbeiro, costureira, alfaiate, carpinteiro, oleiro –, conferiam autonomia a cada aldeia.

A Primeira República fica profundamente marcada pelo confronto social no campo, introduzindo o debate sobre a questão da terra no sul, logo nos anos que se seguiram à sua implantação. No concelho de Coruche tiveram impacto as greves de 1911-12. A chegada da ditadura e do Estado Novo sentir-se-ia com mão pesada. Nas novas condições sobressai a dissolução dos sindicatos, em 1934, a proibição do direito à greve, a dura repressão e uma reorientação da política face ao mundo rural, com uma imagem de um camponês idealizado, só correspondente a alguns grupos sociais do norte do país. Os trabalhadores rurais do sul, durante a década de 1930, teriam de fazer a aprendizagem das novas condições de luta, adequando-as à nova situação. A legislação emanada em meados dos anos 1930, sobretudo após a criação da Junta de Colonização Interna, em 1936, visa proceder ao aproveitamento de águas de rega, através de obras de hidráulica agrícola, que transformassem zonas de sequeiro em regadio, ou que reforçassem a capacidade de rega de determinados pontos do país. Começou a delinear-se a obra hidráulica do Vale do Sorraia, que só seria finalizada em 1958, e ainda sem as estruturas de apoio que lhe dariam utilidade.

Sujeitos a um mínimo de sobrevivência, os trabalhadores rurais tornariam constante a exigência de aumento de salários, mesmo sob as duras condições criadas pelos problemas de abastecimento dos anos 1940, e que suscitaram *marchas da fome*, com bandeiras negras e gente de luto. Exigia-se pão e géneros, salários e trabalho – não terra. Não é o acesso, individual ou coletivo, ao meio de produção fundamental no campo que parece

estar no centro das reivindicações dos assalariados. É no quadro do emprego e da assunção de uma relação de classes que as exigências serão feitas. Todavia, subjacente a todas as reivindicações, era a questão da terra que emergia como central entre os assalariados temporários do sul, sazonalmente, com grandes períodos de inatividade não paga, na sua grande maioria trabalhadores a tempo parcial.

No Portugal dos anos 1950 a situação dos grupos sociais que se encontravam nas posições cimeiras do mundo rural não era de molde a criar conforto. O país atingia então o *plenum* de cultivo de terras, mas as lutas intestinas ao nível da camada dominante visibilizavam contradições e pressões, associadas às alterações emergentes. A concentração de terras e de poder nos campos do sul, que se conjugava frequentemente com o acesso, direto ou mediado, ao poder estatal, conduzia a que a grande propriedade detivesse um papel de envergadura na definição de políticas centrais. A década de 1950 começa a dar conta de modificações nesta situação, com o ganhar de peso de outros sectores, no seio do mundo rural, nomeadamente os florestais.

Experimentando a nova charrua
em ferro com o trator Hart Parr.
Coruche. Primeira metade do século XX
[MMC/AL]

A introdução de maquinaria no início da década de 60 conduz a um sentido de perda do valor do trabalho, ao libertar os proprietários dos constrangimentos inerentes à contratação anual de indivíduos para as tarefas a levar a cabo. O desemprego instala-se, fazendo-se acompanhar da miséria consequente, e recolocando a esperança em momentos como o das mondas. Esta situação é mitigada pelos processos migratórios que, embora tivessem feito diminuir a pressão sobre a terra e permitissem uma subida nos salários, não tinham resolvido inteiramente o problema. Nas terras do sul as modificações no regime de exploração assumiram variantes, associadas às condições locais, a algumas alterações no processo de reprodução do grupo social dominante e às pressões que os movimentos sociais tinham trazido a lume. À falta de mão de obra, a resposta consistiu na extensificação das culturas, na reconversão das técnicas e numa capitalização acentuada. No controlo do processo produtivo os grandes rendeiros substituiriam, em alguns casos, os proprietários. O desemprego sazonal, em resultado da forma de cultivo da terra, norteada pelos lucros mais fáceis e pela existência de excedentes de trabalhadores agrícolas durante parte do ano, tinha sido uma constante. Viria a ser quebrado durante o processo de reforma agrária que se seguiu ao 25 de Abril de 1974. A plenitude de emprego então conseguida é a responsável pela memória eufórica e venturosa desse período, embora com laivos contraditórios. A contrarreforma agrária, que se seguiu aos dezanove meses do processo revolucionário (25 de abril de 1974-25 de novembro de 1975), reverteu substancialmente o processo anterior. Seria acompanhada de um aparelho legal, que permitiu a restauração do regime de propriedade anterior. A entrada de Portugal para a CEE e a aplicação da reforma da Política Agrícola Comum, com uma atribuição de

subsídios desadequada aos campos do sul, deu continuidade ao esvaziamento de gente. Aos campos destinados a um aproveitamento agrícola e a algumas agroindústrias, junta-se hoje uma emblematização da ruralidade endereçada aos citadinos, com aproveitamento turístico e cinegético. A ênfase na natureza, e na sua patrimonialização, nem sempre parece incluir as mulheres e os homens, permitindo-lhes um modo de vida.

Bibliografia

Baptista, Fernando Oliveira – *A política agrária do Estado Novo*, Porto: Afrontamento, 1993.

Garcia, Alberto – *Monografia de Santo António do Cousso*, Lisboa: Gama, 1948.

Godinho, Paula – *Memórias da resistência rural no sul: Couço, 1958-1962*, Oeiras: Celta, 2001.

Pereira, José Pacheco – *Conflitos sociais nos campos do sul de Portugal*, Mem Martins: Europa-América, 1983.

O trabalho e as festas no mundo rural: Coruche em meados do século XX

Dionísio Simão Mendes[1]

Dedico estes escritos a meus pais, José e Cesaltina, cujas vivências pessoais inspiraram muito do que aqui fica escrito. Com eles aprendi muito e revejo-me todos os dias no seu exemplo, na sua tenacidade e na sua firmeza de caráter.

Este texto destina-se a integrar o catálogo e a servir de suporte à exposição de longa duração que inaugura o Núcleo Rural de Coruche, focando dois aspetos primordiais da sociedade coruchense: o trabalho e as festas.

Sem a pretensão de ser uma abordagem científica, apresento a visão pessoal de alguém que em criança viveu neste mundo rural e depois foi registando memórias e recordações de muitos atores que viveram este tempo lento que, embora com duras e difíceis condições de trabalho, muitas carências materiais e económicas, era "vivido com muita alegria".

A dura e extensa jornada de trabalho no mundo rural – sobretudo no período de sol a sol antes de fixadas as oito horas – era ainda complementada com um percurso longo que podia chegar às duas horas de viagem a pé, antes de *enregar*[2] ao trabalho ou depois da *despega.*[3] As condições agravavam-se quando existiam cheias nos campos do Sorraia, pois a travessia entre margens só se fazia pelos aterros rodoviário ou ferroviário.

Consideramos aqui as populações que habitavam nos foros de Vale Mansos, Vale Verde, Paul ou mesmo Várzea de Água que por vezes se deslocavam para herdades bem distantes, como seja, a título de exemplo, Pavões, Venda, Vaca Negra, no limite da Quinta Grande com o Rebocho, ou ainda Maria do Siso e Vinagre, no extremo ocidental do concelho, na margem direita do rio.

No entanto, estes percursos eram momentos de convivialidade, em que os trabalhadores se agrupavam por sexo e os que moravam mais longe vinham passando pelas casas dos que ficavam em caminho, e não raras vezes serviam de despertador aos mais dorminhocos ou aos que simplesmente não tinham relógio em casa. O relógio de pulso era raro, alguns possuíam relógio de bolso que só usavam em dias festivos e muitos lares não possuíam relógio de parede nem despertador.

No final da II Guerra Mundial, e sobretudo nos anos cinquenta, foram surgindo bicicletas, que alguns alugavam ao domingo na vila, para ganharem experiência e mais tarde aventuravam-se a comprar, por vezes em segunda mão, o velocípede que iriam pagar em prestações.

Os bailes na rua, barracões ou mesmo casas particulares eram comuns quando se celebravam batizados ou casamentos. Coruche. Anos 30 do século XX [MMC/JLP]

1 Licenciado em História.

2 Iniciar o trabalho.

3 Terminar o trabalho.

Mas os caminhos eram difíceis, e virou anedota o caso do Zé cujos companheiros o procuraram em casa, alta madrugada, e ouviram da mulher que ele tinha saído mais cedo porque fora de bicicleta, em jeito de "aqui caio, além me levanto", derivado da inexperiência e do mau estado do piso, invariavelmente de terra batida, com buracos, areias e, no seu tempo, lama e grandes poças de água.

Nestas circunstâncias o tempo em família era curto, saíam de casa uma ou duas horas antes do sol nascer e chegavam bastante depois do sol posto, sendo que alguns homens ainda passavam na taberna e quando chegavam a casa encontravam a ceia junto ao *borralho*[4] e aí comiam o resto das batatas de azeite e vinagre, o comer de carne ou o feijão com couve, que sobrara da refeição da mulher e dos filhos. Sim, porque o melhor quinhão era para o chefe de família, sendo que algum filho mais descuidado sujeitava-se a não apanhar nada.

Dormiam quatro e cinco na mesma cama, por sexos, ou em esteiras no chão, e na cama dos pais dormiam também as crianças. Sinal de emancipação era a autorização dada aos rapazes para, na puberdade, irem dormir para a *arramada* ou *ramada,*[5] anexo próximo da casa, onde também se guardavam ferramentas, utensílios e alguns produtos da horta: batatas, cebolas, alhos, cereais, etc.

Maria e José Tanganho regando os alfobres na horta dos pais na companhia de Jacinto "Maneta" e Manuel da Cruz.
Foros do Paul, Coruche. 1954
[MMC/JPT]

A horta, em terreno da família, outras vezes arrendado, ou no caso das herdades cedida pelo patrão, era absolutamente fundamental como garantia do sustento do casal e da sua prole.

Com o dinheiro dos salários – dos jornaleiros, dos criados e de outros assalariados – compravam-se as roupas, o calçado, os *tarecos*[6] de casa, o enxoval das raparigas e ainda os produtos de mercearia.

O granjeio da horta permitia obter os legumes verdes e secos, alguma fruta, e ainda o milho, as couves e as abóboras que engordavam porcos, galinhas, coelhos e por vezes cabras e ovelhas quando se aproximava a boda do batizado ou do casamento de algum filho. Como é sabido, só nessas alturas é que a dieta alimentar se diversificava um pouco, pois ao longo do ano comia-se invariavelmente carne de porco ou, na área dos peixes, bacalhau, sardinhas, chicharros, sardas, ou algum peixe do rio quando nos "meios-dias santos", na quinta-feira de Ascensão ou ao domingo havia tempo para alguma pescaria.

O conduto – carne ou peixe – era sempre escasso, mas os produtos sazonais, hortaliças, legumes verdes e secos, grão, feijão encarnado, branco e frade e sobretudo a batata, muitas vezes temperada com pingo de toucinho frito, ajudavam a compor o estômago. Massa e

4 Lume de chão na chaminé.

5 Construção tradicional com parede de adobe, coberta com colmo ou junco e chão de terra.

6 Mobiliário rural.

arroz eram mais raros. O feijão-frade, mais barato e abundante, foi então popularizado com o *apodo*[7] de *rapaziada de Coruche*, porque muito se comia no concelho e as meninas de outras terras assim tratavam jocosamente os jovens de Coruche: tinham duas caras como o feijão-frade, dizia-se.

A deficiente alimentação, a falta de hábitos de higiene, a inexistência de saneamento (no mundo rural as casas não tinham instalações sanitárias) e a falta de controlo das águas para consumo humano (sem água canalizada, o abastecimento fazia-se em fontes e poços) contribuíam então para elevadas taxas de mortalidade infantil e para surtos de febres – pneumónica, asiática – que dizimavam a população mais carenciada e mal nutrida.

As *sezões*[8] eram muito frequentes na época, com especial impacto nos que andavam de "mantimento aviado" ou nos migrantes locais que, "empurrados" pelos *ratinhos, beirões* e *caramelos*, se deslocavam sazonalmente para as mondas e ceifas no vale do Sado, sofrendo aí condições ainda piores de salubridade e alimentação.

Estas deslocações sazonais, quer para as mondas e ceifas nos arrozais alentejanos quer para a apanha da azeitona (azeitonada) nas terras do bairro, a norte do Tejo, proporcionavam à família um acréscimo de rendimentos que resultava de jornas um pouco mais elevadas – trabalhavam mais tempo pois o quartel era próximo do trabalho – e menos gastos com a alimentação, que era ainda mais pobre e menos variada.

Este pecúlio servia muitas vezes para pagar as dívidas acumuladas durante o inverno, quando o trabalho era escasso e se "perdiam dias" devido ao mau tempo.

Era então, ou, no caso dos rapazes, nas deslocações para a tropa, que muitos tomavam contacto com o transporte ferroviário. Embora implantada em Coruche desde 1904, a linha férrea do ramal Setil-Vendas Novas destinava-se fundamentalmente ao transporte de mercadorias, garantindo o escoamento de produtos locais – cereais e madeiras – e o abastecimento do comércio e agricultura.

Antes havia sido o Sorraia a via de circulação de produtos – cereais, cortiça, sal, madeiras –, mas sempre condicionada pelo caudal que, no verão, por escasso, inviabilizava o processo de cabotagem.

Se a horta ajudava bastante a economia doméstica, acrescentava contudo horas de trabalho no único dia de descanso semanal.

Normalmente o pai e os filhos (rapazes e raparigas) dedicavam as manhãs de domingo ao amanho da terra ou pequenas reparações ou construções na pocilga, na ramada ou mesmo a preparar as ferramentas do trabalho quotidiano, enquanto a mulher cuidava da lida da

7 Alcunha.

8 Paludismo.

casa, lavando, estendendo, passando a ferro, passajando ou pondo remendos na roupa e fazendo a refeição familiar que nesse dia podia ser um pouco mais elaborada e rica, vindo à mesa um lombo de porco, uma galinha ou um coelho de criação própria.

Nessas parcelas do minifúndio coruchense (foros) plantavam-se ainda diversas árvores de fruto como pereiras, macieiras – eram especialmente apreciadas as maçãs da Erra, do género das riscadinhas ou de espelho –, laranjeiras, marmeleiros, figueiras, oliveiras e videiras. A vinha assumia aqui um complemento à economia familiar ao garantir uma pequena produção de vinho para consumo próprio ou venda a garrafão a particulares, a tabernas ou a casas de pasto. As tarefas da vinha, a poda, a vindima e depois fazer o vinho geravam o envolvimento de vizinhos e amigos que eram retribuídos com a refeição, alguns cachos de uva e, a seu tempo, uma pinga de água-pé ou vinho novo.

As casas agrícolas possuíam grandes áreas de vinha, produzindo muitos hectolitros, que eram vendidos a granel para os grandes armazenistas de Lisboa ou para as adegas cooperativas criadas nos anos sessenta.

Loja do Braga.
Coruche. Anos 40 do século XX
[MMC/LB]

Na tarde de domingo ia-se à vila, à aldeia ou simplesmente aos locais de comércio, a loja ou a taberna que existiam em todos os aglomerados populacionais.

O percurso era feito a pé, literalmente, porque iam descalços e, à entrada da vila, os pés eram lavados ou simplesmente desempoeirados para serem (mal) acomodados no calçado, sempre incómodo pela falta de hábito. Esta obrigação derivava de postura municipal que considerava pouco digno andar na vila "a pé de pombo", como se dizia na gíria popular.

A ida à vila permitia também procurar trabalho na praça de jorna, junto dos capatazes e feitores das grandes casas agrícolas. Os que não conseguiam, por serem mais débeis ou menos cordatos, iam à segunda-feira de manhã apresentar-se à Casa do Povo, que os distribuía pelas herdades, numa condição humilhante, pois não tinham direito à jorna desse dia e eram discriminados no salário semanal.

O regresso a casa fazia-se em grupos, aproveitando os jovens para iniciar os namoricos, seguindo o princípio dos mais recentes pares irem à frente, logo atrás das mulheres casadas, seguidos pelos pares mais antigos. Os homens por vezes regressavam mais tarde, pois ficavam nas tabernas a beber o seu copito, a jogar às cartas ou simplesmente a conversar.

As tensões sociais e as rivalidades derivadas de namoros desfeitos, de injustiças ou disputas no trabalho conduziam por vezes a rixas e brigas, especialmente perigosas quando os contendores recorriam a cajados e varapaus.

O uso de armas brancas e armas de fogo era pouco vulgar e tido por desleal e cobarde, sendo desconsiderados socialmente os que as usavam.

"Se queres criados arranja-os pelo São Miguel"

Este preceito popular realçava a importância que esta data assumia na sociedade rural que estamos a analisar.

Os ganhões ou criados adstritos às grandes herdades mudavam de patrão nesta altura e comprometiam-se por mais um ano pelo menos. O 29 de setembro era o dia das mudanças. Os que mudavam muitas vezes eram desconsiderados socialmente. Por norma, os criados nasciam e trabalhavam toda a vida na mesma herdade e não raro as gerações seguintes aí continuavam, "herdando", por vezes, as tarefas ou profissões que os seus pais ou avós tinham exercido. O abegão, o maioral do gado, o carpinteiro, o capataz do rancho, transmitiam muitas vezes aos seus descendentes as funções e responsabilidades.

No São Miguel acontecia a grande feira anual, a princípio em data fixa – 30 de setembro e 1 de outubro – e, mais recentemente, no último fim de semana de setembro. Para além dos divertimentos como a roda dos cavalinhos, o carrossel, o circo, as barracas de tiro, o poço da morte ou mais tarde os carrinhos de choque, ouviam-se os trovadores populares e faziam-se as grandes compras anuais.

Compravam-se alguns *tarecos* para a casa, como móveis, cadeiras, bancos, peças de esmalte ou alumínio, o enxoval para as raparigas casadoiras, e também as mantas, as samarras e as botas, porque o inverno se aproximava e a carteira estava um pouco mais recheada com o pecúlio amealhado no verão, quando o trabalho abundava e os salários eram mais elevados.

Recinto da feira de São Miguel. Coruche. Anos 50 do século XX [*Vida Ribatejana,* 1954]

Os rapazes podiam *enfeirar*[9] uma *gaita de beiços*[10] e as raparigas uma boneca.

Era vulgar comprar-se um bácoro que era conduzido a pé pela família, preso com uma corda à pata traseira, até à pocilga previamente limpa e reparada, onde engordaria sem pressas até novembro ou dezembro do ano seguinte, altura em que já teria 8 a 10 arrobas.

A matança era o momento alto da vida familiar, pois anunciava um período de abundância de carne fresca, as miudezas – língua, coração, bofe, fígado, rins, molejas – e os enchidos – farinheira branca e preta (de sangue), linguiças, chouriço de sangue, morcelas de arroz (Lamarosa) ou bucho recheado (Couço) –, todos curados no fumeiro da chaminé doméstica.

O recheio da salgadeira era então renovado e aí se guardavam e conservavam em sal as restantes partes do animal, as que eram revestidas com coiro e os ossos.

9 Comprar na feira.

10 Harmónica de boca.

Os lombos e costelas, partes nobres do reco, eram fritos em banha e massa de pimentão e guardados na conserva, em asados ou panelas de barro durante as semanas seguintes.

Os parentes mais próximos eram convidados para a função, e enquanto as mulheres e crianças iam lavar as tripas para o regato mais próximo, os homens seguravam e musgavam o porco com tojo ou carqueja, que depois de raspado era esquartejado e partido. Entretanto serviam-se as primeiras febras, molejas e cachola, grelhadas e temperadas com azeite, vinagre, alho, pimenta e coentros, acompanhadas de pão e vinho caseiros para alegria dos convidados.

Insubstituíveis eram o matador que usava faca própria e pessoal, e devia ter mão certeira para ir diretamente ao coração, e a mulher que aparava o sangue, que esguichava do golpe fatal para o alguidar de barro onde já estavam o sal e o vinagre, e com o movimento certeiro da colher de pau evitava que houvesse coagulação.

Pormenor incontornável era o pano de branco cru imaculado que a dona da casa ou uma mulher mais velha enrolavam à cintura na altura de aparar o sangue, o qual era invariavelmente manchado pelo líquido espesso e rubro que saía em *golfadas* das *goelas* do animal cujo guincho se ouvia à distância.

Ao almoço era servida a frijoca, carne do alguidar temperada com massa de pimentão, que servia também para os enchidos, cujo pingo da fritura temperava as batatas cozidas que, juntamente com salada de alface ou agrião mais azeitonas e pão, acompanhavam a refeição.

Em algumas zonas do concelho, como na Lamarosa, no dia da matança comiam-se aves de capoeira ao almoço.

À tarde os familiares convidados despediam-se e usualmente eram presenteados com pedaços de lombo, costelas e toucinho.

As mulheres regressariam três dias mais tarde para encherem as tripas, com a carne que ficara a maturar em alguidares de barro que a dona da casa ia revolvendo cuidadosamente duas a três vezes ao dia.

No dia da *enchença*[11] era habitual comer-se um cozido já com carnes da matança recente e a farinheira preta acabada de fazer.

A partir de algumas gorduras faziam-se os torresmos, sendo especialmente apreciados os do rissol.

O batizado dos recém-nascidos acontecia normalmente nos primeiros seis meses de vida e constituía também um momento marcante na vida familiar. Os padrinhos eram escolhidos entre os irmãos dos pais ou amigos próximos, e eram eles que fixavam o nome do neófito, que normalmente era o seu próprio.

---

11 Feitura dos enchidos.

Escolhia-se um domingo para ir à igreja, onde invariavelmente também compareciam outras famílias, e após a cerimónia matinal ocorria o almoço de festa em casa dos progenitores. Os padrinhos desempenhavam um papel importante na vida das crianças e regra geral seriam também padrinhos de casamento. Os pais e padrinhos tratavam-se entre si por compadres e assumiam laços familiares muito fortes.

Em algumas áreas do concelho, por exemplo na freguesia do Couço, os batizados eram raros na época que estamos a tratar, anos 50 e 60 do século XX. No restante concelho, embora a prática religiosa não fosse muito intensa, os rituais do batismo e do casamento católicos eram prática comum.

A festa maior da família era sem dúvida o casamento, sempre precedido de um período de namoro relativamente longo para os noivos se conhecerem, a rapariga preparar o enxoval, o noivo amealhar algumas economias para comprar os móveis e os pais de ambos prepararem a boda.

Pelo menos com um ano de antecedência definia-se a data, quase sempre no inverno, e começava-se a engordar o porco, as ovelhas, as cabras, as aves de capoeira e os coelhos que iriam ser "sacrificados" para alimentar os convidados. Todas as refeições eram feitas em casa, o que implicava alguma logística e o contributo de muitas mãos hábeis.

Normalmente contratava-se uma cozinheira, mulher experiente, que porventura servira em alguma casa rica de lavrador, e era ela que orientava os trabalhos, definindo quantidades e programando as diferentes tarefas.

Era preciso matar, esfolar, depenar os animais de criação doméstica, fazer bolos e arroz doce, preparar as hortaliças, temperar carnes, o que implicava que um grupo de mulheres familiares e amigas, convidadas dos noivos, começassem três ou quatro dias antes e só terminassem dois dias depois, com tudo arrumado e limpo.

Alguns homens iam dois dias antes executar tendas improvisadas com varas de eucalipto, ramos de árvores e arbustos, anexas às casas de habitação, que eram pequenas na altura e já estavam sobrelotadas com os alguidares da carne, as panelas, os tachos e os tabuleiros e açafates de bolos e arroz doce.

Como desabafou ao chegar a casa, certo camponês, orgulhoso dessa momentânea fartura caseira: "é tanto o arroz doce que por aqui vai, que nem tenho onde pôr o barrete".

Os convidados para a boda só se juntavam ao almoço e ao jantar do dia do casamento, ao sábado para a maioria das pessoas do campo e à quarta-feira, dia de folga, para os empregados do comércio, embora fizessem várias refeições antes e depois do dia principal em casa dos pais da noiva ou do noivo conforme a origem do convite.

Depois da *boda* lava-se a loiça.
Coruche. Anos 50 do século XX
[MMC/HB]

As mulheres eram muito sacrificadas pois além de ajudarem a cozinheira na confeção das refeições, eram elas que serviam à mesa e lavavam as louças, panelas e tachos. Muitas vezes nem sequer assistiam à cerimónia de casamento, por estarem empenhadas nas tarefas culinárias, o que é bem evidente nas fotografias da época onde, para além dos noivos, pais e padrinhos, aparecem crianças e algumas raparigas solteiras e maioritariamente homens jovens e adultos.

O almoço do dia do casamento, invariavelmente em casa dos pais da noiva, era composto por sopa do cozido, cozido de couve e grão, coelho frito, borrego guisado com batatas e galinha corada no forno. Ao jantar, em casa dos pais do noivo, a ementa não variava muito, podendo a canja de galinha perfumada com hortelã substituir a sopa almoçadeira.

As refeições eram animadas pelo som da concertina/acordeão, pois era sempre contratado um tocador (alguns eram praticamente profissionais) que, à noite, "abrilhantava" o baile do casamento onde participavam os convidados, que rodopiavam alegremente depois dos noivos "abrirem" o baile.

Por vezes apareciam rapazes e raparigas que não iam ao almoço ou ao jantar, mas eram convidados para o baile onde procuravam a sua oportunidade de convívio, exibindo os rapazes os seus dotes de dançarinos com a rapariga prometida ou desejada. Como em todos os bailes, eram o homem que tomava a iniciativa de convidar a mulher para a "moda" quando o acordeonista, sentado numa cadeira colocada em cima de uma mesa, em jeito de palco, iniciava o "toque".

Só muito raramente a rapariga recusava o convite para a dança, pois dar uma "cabaça" ou "tampa" era muito mal aceite pelo rapaz e sinal evidente de desconsideração.

Era usual alguns homens "versarem" durante as refeições, ou seja, dizerem quadras em rima, por vezes ao desafio, elogiando os noivos e padrinhos, ou então de forma jocosa atirando dichotes e piadas entre si.

Os padrinhos percorriam, à vez, as mesas compridas onde se acomodavam dezenas de convidados, distribuindo amêndoas e rebuçados, que os rapazes disputavam avidamente, por vezes já no chão de terra.

A deslocação para a igreja fazia-se primitivamente a pé ou em carroças e mais adiante em táxi alugado, em automóvel cedido pelo patrão ou pelo comerciante da vila onde era comprado o vestido da noiva ou o avio para o casamento.

Mais tarde os convidados eram então transportados em autocarro alugado. No final dos anos sessenta do século XX os automóveis aumentaram consideravelmente, dando origem a extenso e ruidoso cortejo ao som das buzinas.

Era uso presentear os convidados com bolos e arroz doce, distribuídos nos domicílios nas vésperas do casamento por grupos de raparigas solteiras.

Na década de 1960 surgem factos novos na sociedade portuguesa que alterarão significativamente as relações sociais e o modo de vida da população, acelerando a mudança e desarticulando algumas estruturas até aí quase inalteráveis.

Desde logo continua o crescimento demográfico que tinha acelerado com o fim da II Guerra Mundial, acontecem as primeiras sublevações nas colónias que originam os movimentos independentistas e aumenta o recrutamento de jovens para servirem na guerra colonial, os trabalhadores rurais depois de anos de luta conseguem a jornada de oito horas, a mecanização da agricultura, a introdução de novas culturas (tomate), a obra de rega do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Sorraia, alguma industrialização (ainda que tímida).

Por meados desta década intensifica-se o surto da emigração sobretudo dirigida aos países europeus – França, Alemanha, Suíça e Luxemburgo –, mas também para o Canadá e Estados Unidos.

A mobilidade que caracteriza esta época tem reflexos também no rendimento das famílias e nas condições de vida dos trabalhadores.

Surgem as motorizadas, como meio de transporte pessoal, alguns proprietários e seareiros começam a oferecer transporte para o local de trabalho em reboques de tratores ou camionetas, a alimentação começa a ser confecionada por uma ou várias mulheres na *copa*[12] do rancho.

A introdução das mondas químicas, as novas alfaias e máquinas agrícolas, tratores, ceifeiras debulhadoras, camionetas e furgonetas de carga, vieram proporcionar melhores condições de vida. Apesar de diminuir o emprego nos campos, os rendimentos do trabalho aumentaram e assiste-se à construção de muitas casas de habitação e pequenos aglomerados florescem por todo o concelho, destacando-se as casas dos emigrantes, que invariavelmente nos visitavam em agosto, exibindo o seu automóvel e *arranhando*[13] com dificuldade as línguas da *estranja.*[14]

A escolaridade das novas gerações aumentou e muitas famílias pobres viam na formação escolar dos filhos a sua futura "enxada".

Em meados dos anos sessenta do século XX surgiu em Coruche o primeiro estabelecimento de ensino privado, o externato de Santo António, onde se podia concluir o 5.º ano dos liceus, hoje 9.º ano de escolaridade.

---

12 Local onde se instala a cozinha, se efetuam as refeições e se guardam os haveres pessoais dos trabalhadores durante a jornada de trabalho.

13 Falando com dificuldade.

14 Estrangeiro.

Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo

As centenárias festas em honra de Nossa Senhora do Castelo inserem-se no culto mariano que na tradição católica mobiliza os fiéis de todo o mundo no mais celebrado dia festivo – o 15 de agosto.

Há notícias desde o século XVI da realização destas festividades, embora nem sempre neste dia. Certo é que o lugar de culto é o mesmo "castelo", que já desde a época romana mobilizava os crentes para os seus encontros de espiritualidade ritual.

A importância deste culto justifica a sua continuação ininterrupta até aos dias de hoje, com grande adesão dos coruchenses e das populações de localidades vizinhas – Glória do Ribatejo, Foros de Salvaterra, Almeirim, Chamusca, Montargil, etc.

Procissão em honra
de Nossa Senhora do Castelo.
Coruche. Anos 50 do século XX
[MMC/FFC]

Como era normal, ao culto religioso eram associadas as manifestações profanas e assim foram surgindo a música e os bailes, mais os comes e bebes, em volta da ermida do castelo.

Os que vinham de mais longe, a pé ou de carroça, ali pernoitavam de 14 para 15 de agosto, preparando o espírito e o corpo para a grande procissão.

As crianças desfilavam então com os seus fatos de anjo alugados em lojas e costureiras da vila e os adultos, com os seus melhores trajes, muitas vezes "estreados" nesse dia, acompanhavam cerimoniosamente o andor de Nossa Senhora do Castelo. Pagavam-se as promessas e todos os anos vários animais, como cavalos, vacas e mulas, fechavam a procissão conduzidos pelos seus donos, que agradeciam à "Senhora" tê-los livrado de alguma maleita.

Animais no final da Procissão em honra
de Nossa Senhora do Castelo.
Coruche. Segunda metade do século XX
[MMC/FFC]

No final da procissão, no terreiro do miradouro, o sacerdote, usando a custódia de ouro, procedia à tradicional bênção dos campos, dos animais e de todos os coruchenses (com evidentes reminiscências dos populares cultos pagãos).

Numa pequena sala, contígua ao altar da Ermida, guardam-se ainda hoje os ex-votos de invocação e agradecimento à padroeira e centenas de fotografias de jovens coruchenses que serviram na guerra colonial entre 1961 e 1974 e cujas famílias pediam proteção à padroeira.

Na segunda metade do século XX as Festas do Castelo passaram a ter cada vez mais uma forte componente profana, incluindo sempre fogo de artifício, cortejo etnográfico no Dia do Campino, variedades, banda de música, folclore, largadas, picarias e corridas de toiros.

As atividades profanas ficaram muito enriquecidas desde que, a partir da década de 1940, se começou a realizar o desfile das atividades agrícolas.

Inspirado nas "paradas agrícolas" que se realizavam então em Santarém e ao que cremos também por sugestão e empenho de um lavrador de Coruche que visitara a Festa da Nossa Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, e aí assistira ao tradicional desfile, o cortejo etnográfico passou a ser um momento alto das Festas de Nossa Senhora do Castelo.

As casas agrícolas faziam-se representar com ranchos de mulheres vestidas de campinas, juntas e carros de bois, charretes e carroças engalanadas, éguas, rebanhos de cabras ou ovelhas.

Cortejo Etnográfico.
Coruche. Anos 50 do século XX
[MMC/FFC]

O campino, em traje de gala, montado a cavalo e de pampilho ao ombro assumia um papel de destaque, como protótipo do homem do Ribatejo glorificado pela propaganda do SNI.

Procurava-se valorizar a vida do campo e apresentar à população mais urbana da vila ou aos forasteiros as tradições e costumes associados aos trabalhos agrícolas.

Após o desfile realizava-se um grande almoço com todos os participantes, com géneros oferecidos pelos lavradores e alguns comerciantes, sendo a ementa constituída quase sempre por caldeirada de bacalhau, cozido de couve e grão ou borrego guisado com batatas.

O dia 17 de agosto passou a ter grande importância no calendário festivo e nos anos 60, com a designação de "Dia do Campino", passou a ser feriado municipal.

Corrida de toiros na praça em madeira
na margem esquerda do Sorraia.
Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo, Coruche.
Anos 40 do século XX
[MMC/HB]

Os espetáculos de variedades, com artistas da rádio e mais tarde da TV, os concertos das bandas de música e as exibições de ranchos folclóricos, aconteciam à noite no "arraial", inicialmente na praça do município e mais tarde no Rossio (atual Parque do Sorraia).

As atividades taurinas formais realizavam-se, até finais dos anos 50, num recinto improvisado na margem esquerda do Sorraia, a ocidente da Ponte Teófilo da Trindade, perto da Taberna do Cacilhas, junto ao antigo porto de passagem entre margens.

Construção precária, em madeira, era reconstruída todos os anos e ali se realizavam espetáculos tauromáquicos com reses de ganadarias locais e com artistas – cavaleiros, matadores, bandarilheiros, forcados e campinos – maioritariamente coruchenses.

Picaria à vara larga no leito do Sorraia.
Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo, Coruche.
Anos 50 do século XX
[MMC/HB]

Os toiros eram conduzidos a cavalo por lavradores e campinos desde a herdade até ao local e, antes de serem enjaulados, proporcionavam o apreciado espetáculo de picaria à vara larga no extenso areal em que se tornava o leito do rio no verão.

Os populares assistiam entusiasmados e temerosos a partir da ponte e do talude da margem direita do rio (atual Jardim 25 de Abril).

Os toiros tresmalhados ou depois de lidados na praça regressavam por si à manada.

Ao contrário de hoje, os toiros bravos eram lidados várias vezes e, por fim, alguns eram amansados, num processo designado por "tralhoada", e usados nas atividades agrícolas engatados à charrua ou ao carro de bois.

Surgem por esta altura dezenas de toureiros, forcados e campinos que se tornaram famosos por todo o país.

A cavalo, as dinastias iniciadas por Alberto Luís Lopes e David Ribeiro Telles, a pé Joaquim Marques e José Simões, matadores de toiros, e ainda os bandarilheiros António e Manuel Badajoz, que começaram com o mestre Francisco Suzana e mais tarde tiveram a sua própria escola, de onde surgiram o Jorge Nunes, o Jorge Marques, o António Sacramento e muitos outros que, vindos de fora, aqui se formaram.

Largada de toiros nas ruas da vila.
Festas em honra de Nossa Senhora do Castelo, Coruche. 1957
[MMC/FFC]

Na forcadagem destacou-se o valente e heterodoxo Zé Luís Coragem a pegar de caras, de costas ou sentado na cadeira. Na campinagem relevo para Custódio Emídio e Cavaco. Eram então inúmeras as ganadarias que pastavam nos campos de Coruche: Cunhal Patrício, António Teixeira, António Silva, Sommer de Andrade, Conde Murça, Mariano Garcia, Ernesto Jordão, Henriques da Silva, José Andrade.

No anos 50, com a construção da atual praça de toiros e a implantação do sistema de rega do vale do Sorraia que trouxe a intensificação do regadio e a alteração das culturas agrícolas, as picarias foram desaparecendo, os toiros vinham em jaulas carregadas por camiões e em alternativa surgem as largadas nas ruas da vila, que eram vedadas com varolas, carroças ou camionetas.

Os espetáculos taurinos animam o Centro Histórico, atraindo enorme assistência e muita participação dos populares, que "brincam" com os toiros e imitam os toureiros improvisando gestos e passes para gáudio dos espectadores.

Ainda hoje os espetáculos taurinos – formais ou informais – são os que mais pessoas atraem às Festas de Agosto, sendo Coruche reconhecida como uma terra de gente aficionada.

[1] Trator
Hart Parr 12-24
Charles City, Iowa, USA
Anos 30 do século XX
Ferro e madeira
A 1,96 x C 3,30 x L 1,64m
António Francisco Teixeira

[2] Locomóvel
Robey e C.º Ld.
N.º 28 503
Primeira metade do século XX
Ferro e madeira
A 4,95 x C 3,35 x L 1,55m
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[3] Debulhadora mecânica
Ransomes, Sims e Jefferies, Ld.
42/N.º 60 225
Anos 30 do século XX
Ferro e madeira
A 3,30 x C 8,65 x L 2,90m
António Francisco Teixeira

[4] Debulhadora mecânica
Tramagal
Metalúrgica Duarte Ferreira
A. A. 3623 - 50
Meados do século XX
Ferro e madeira
A 2 x C 4 x L 1,45m
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[5] Enfardadeira de cortiça
Anos 40 do século XX
Ferro e madeira
A 207,5 x C 236 x L 100cm
Museu Municipal de Coruche/Joaquim Banha

[6] Eucalipto - *Eucalyptus globulus* (tronco)
A 200 x perímetro 58cm
Museu Municipal de Coruche/Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes

[7] Pinheiro bravo - *Pinus pinaster* (tronco)
A 200 x perímetro 96cm
Herdade dos Concelhos/Câmara Municipal de Coruche

[8] Vaso
Segunda metade do século XX
Barro
A 12 x diâm. 16cm
Museu Municipal de Coruche

[9] Vaso
Segunda metade do século XX
Plástico
A 17,5 x diâm. 15cm
Herdade dos Concelhos/Câmara Municipal de Coruche

[10] Sobreiro - *Quercus suber* (tronco)
A 310 x perímetro 124cm
Herdade dos Concelhos/Câmara Municipal de Coruche

[11] Serra
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 131,5 x L 26cm
António Bernardo dos Santos

[12] Serra
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 119,5 x L 24,5cm
Museu Municipal de Coruche/Joaquim Manuel Cota

[13] Serra
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 88 x L 17,5cm
Museu Municipal de Coruche/António Melo

[14] Travadeira
Anos 40 do século XX
Ferro
C 13,3 x L 3cm
Museu Municipal de Coruche/José Agostinho Matias

[15] Machado
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 86 x L 23cm
António Bernardo dos Santos

[16] Machada com proteção em cortiça
Segunda metade do século XX
Ferro, madeira e cortiça
C 57 x L 19,5cm (machada)
C 19,5 x L 14,5cm (proteção em cortiça)
Museu Municipal de Coruche/Joaquim Manuel Cota

[17] Enxó
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 40 x L 14,5cm
Museu Municipal de Coruche/António Matias Aurélio

[18] Enxó *romba*
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 28,9 x L 12,8cm
Museu Municipal de Coruche/José Joaquim Luís Calado

[19] Cortiço
Primeiro quartel do século XX
Cortiça
A 69 x C 42,5 x L 28cm
Museu Municipal de Coruche/Edite Ferreira

[20] Cortiça virgem (canudo)
A 63 x diâm. 37cm
Museu Municipal de Coruche/Observatório do Sobreiro e da Cortiça

[21] Cortiça secundeira (prancha)
C 64 x L 30cm
Museu Municipal de Coruche/Observatório do Sobreiro e da Cortiça

[22] Cortiça amadia (prancha)
C 73 x L 38cm
Museu Municipal de Coruche/Observatório do Sobreiro e da Cortiça

[23] Pulverizador
Segunda metade do século XX
Ferro, cobre, madeira, cabedal e borracha
A 55,5 x C 52,5 x L 34cm
António Bernardo dos Santos

[24] Serrote de podar
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 50 x L 11cm
Museu Municipal de Coruche/Francisco Peseiro

25] Tesoura de podar
Segunda metade do século XX
Ferro
C 22 x L 6cm
Museu Municipal de Coruche/Francisco Peseiro

[26] Caneco de vindima
Segunda metade do século XX
Ferro e chapa zincada
A 33,5 x diâm. máx. 46,5 x L máx. 59 x diâm. base 26cm
António Brasileiro

[27] Videira (tronco com enxertos)
A 113,5 x L 88cm
Museu Municipal de Coruche/Manuel Ângelo das Neves Júnior

[28] Videira (tronco com enxertos)
A 100 x L 50cm
Museu Municipal de Coruche/Manuel Ângelo das Neves Júnior

[29] Prensa de lagar
Anos 40 do século XX
Madeira
A 90 x C 107 x L 24,5cm
Mariana Rosa Cordeiro

[30] Barril de vinho 50 litros
Segunda metade do século XX
Madeira e zinco
A 34 x C 60,5 x L 34cm
Museu Municipal de Coruche/António Pirralho

[31] Torneira de barril de vinho
Segunda metade do século XX
Madeira
A 12 x C 20cm
Museu Municipal de Coruche/Joaquim da Costa

[32] Garrafão empalhado (#2)
Segunda metade do século XX
Vidro e verga
A 35 x L 20,5cm
António Bernardo dos Santos

[33] Mesa
Segunda metade do século XX
Madeira
A 51,5 x C 43,5 x L 60cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[34] Travessa
Segunda metade do século XX
Esmalte
C 35,5 x L 22,5cm
Museu Municipal de Coruche/Maria Isabel Vieira Pereira

[35] Prato
Segunda metade do século XX
Esmalte
A 3,5 x diâm. 22cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[36] Tigela
Segunda metade do século XX
Esmalte
A 7,5 x diâm. 15cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[37] Tacho
Segunda metade do século XX
Esmalte
A 7 x diâm. 21cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[38] Colher (#3)
Segunda metade do século XX
Alumínio
C 20 x L 4cm
Museu Municipal de Coruche/José Luís Pereira

[39] Garfo (#3)
Segunda metade do século XX
Ferro forjado
C 17,5 x L 2,5cm
Museu Municipal de Coruche/José Luís Pereira

[40] Garrafa de vinho *de estrela* 1 litro (#2)
Segunda metade do século XX
Vidro
A 33 x diâm. 7cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[41] Mocho
Segunda metade do século XX
Madeira e verga
A 24 x L 32cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[42] Grade com bicos de madeira
Primeira metade do século XX
Ferro e madeira
A 28 x C 87 x L 170cm
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[43] Grade com bicos de ferro
Primeira metade do século XX
Ferro e madeira
A 21 x C 122 x L 120cm
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[44] Grade triangular
Primeira metade do século XX
Ferro e madeira
A 20 x C 98 x L 53,5cm
Graça Ribeiro da Cunha

[45] Charrua
Metalúrgica do Crato, Lda.
Primeira metade do século XX
Ferro e madeira
A 103,5 x C 161,5 x L 23cm
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[46] Charrua
Tramagal
Primeira metade do século XX
Ferro e madeira
A 84 x C 215 x L 56cm
António Bernardo dos Santos

[47] Enxadão
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 82 x C folha 37,5 x L folha 15cm
António Bernardo dos Santos

[48] Enxada de pontas
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 94,5 x C folha 30 x L folha 16cm
António Bernardo dos Santos

[49] Enxada
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 104,5 x C folha 32 x L folha 20cm
Museu Municipal de Coruche/Dionísio Simão Mendes

[50] Sachola
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 102,5 x C folha 28,5 x L folha 11,5cm
António Bernardo dos Santos

[51] Charrua
Rud. – SACK – Leipzig
Meados do século XX
Ferro
A 100 x C 290 x L 90cm
Museu Municipal de Coruche/Joaquim Caçador

[52] Escarificador
Anos 30 do século XX
Ferro
A 82 x C 180 x L 54cm
Museu Municipal de Coruche/António Bernardo dos Santos

[53] Semeador com distribuidor de adubo
Anos 30 do século XX
Ferro e madeira
A 108 x C 170 x L 58,5cm
Museu Municipal de Coruche/António Bernardo dos Santos

[54] Sachadores de arroz (#2)
Meados do século XX
Ferro e madeira
A 78 x C 150 x L 40cm
António Bernardo dos Santos

[55] Trenó
Meados do século XX
Ferro e madeira
A 56 x C 217 x L 132cm
António Bernardo dos Santos

[56] Gadanha
Meados do século XX
Ferro e madeira
C 160 x L 59cm
Museu Municipal de Coruche/Constantino Orfaniz

[57] Roçadeira
Meados do século XX
Ferro e madeira
C 152,5 x L 20,5cm
Museu Municipal de Coruche/António Melo

[58] Pá da eira
Meados do século XX
Madeira
C 137,5 x L 20,5cm
Museu Municipal de Coruche/António Melo

[59] Pá da eira
Meados do século XX
Madeira
C 150 x L 22cm
António Bernardo dos Santos

[60] Ancinho
Meados do século XX
Madeira
C 134 x L 41,5cm
António Bernardo dos Santos

[61] Ancinho
Meados do século XX
Ferro e madeira
C 145,5 x L 51cm
António Bernardo dos Santos

[62] Ancinho da eira
Meados do século XX
Madeira
C 95,5 x L 45cm
Museu Municipal de Coruche/António Melo

[63] Forquilha
Meados do século XX
Madeira
C 141,5 x L 27cm
António Bernardo dos Santos

[64] Forquilha
Meados do século XX
Madeira
C 171,5 x L 54cm
António Bernardo dos Santos

[65] Forcado
Meados do século XX
Ferro e madeira
C 191 x L 14cm
António Bernardo dos Santos

[66] Malho
Meados do século XX
Madeira e cabedal
C máx. 2,87m
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[67] Crivo de cereais
Meados do século XX
Madeira e arame
A 8 x diâm. 36cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[68] Conjunto *Obra de Rega do Vale do Sorraia:* bocas de rega (#2) e caleira
Segunda metade do século XX
Betão e ferro
A 1,80 x C 3,95 x L 1,36m
Museu Municipal de Coruche/Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia

[69] Conjunto de sacas de serapilheira de 50kg
Segunda metade do século XX
António Bernardo dos Santos

[70] Carro de mão
Segunda metade do século XX
Ferro, madeira e borracha
A 111,5 x L 53cm
António Bernardo dos Santos

[71] Parede de adobe
Primeira metade do século XX
A 108,5 x C 125 x L 44cm
Museu Municipal de Coruche/João Rebocho

[72] Telha de canudo (#7)
Primeira metade do século XX
Barro
A 6,5 x C 47,5 x L 18cm
Museu Municipal de Coruche/João Rebocho

[73] Tijolo de burro (*lambaz*) (#3)
Primeira metade do século XX
Barro
A 15 x C 15 x L 7cm
Museu Municipal de Coruche/João Rebocho

[74] Telha lusa de aba e canudo (#2)
Segunda metade do século XX
Barro
A 8 x C 42,5 x L 26cm
Cerâmica Sebastião – Couço
Câmara Municipal de Coruche

[75] Telha Marselha (#4)
Segunda metade do século XX
Barro
A 5,5 x C 44 x L 26,5cm
Ferreira Ramos e Fernandes, Malhada Alta, Coruche
Victor António das Neves, Coruche
Manuel Malaca, Coruche
A 5 x C 39,5 x L 25cm
Bentos e C.ª Lda.

[76] Boneca para candeeiro
Segunda metade do século XX
Madeira
C 32 x L 18,5cm
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[77] Candeeiro a petróleo
Segunda metade do século XX
Vidro e latão
A 42 x L 11cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[78] Candeeiro a petróleo
Hipólito
Segunda metade do século XX
Vidro e latão
A 35 x L 17cm
Museu Municipal de Coruche/Lopes Barroso

[79] Candeeiro a petróleo
Hipólito
Segunda metade do século XX
Vidro e latão
A 48 x L 18cm
Museu Municipal de Coruche/Manuel Joaquim Ferreira

[80] Foice
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 46 x L 19,5cm
António Bernardo dos Santos

[81] Foice
Segunda metade do século XX
Ferro e madeira
C 44,5 x L 19cm
Museu Municipal de Coruche/José Moreira dos Santos

[82] Dedeira (#3)
Segunda metade do século XX (réplica atual)
Cana
C 13,5 x diâm. 2cm
C 13,8 x diâm. 2cm
C 13,9 x diâm. 2cm
Museu Municipal de Coruche/Diamantino Velez

[83] Barril de água
Segunda metade do século XX
Madeira e chapa zincada
A 40 x L 30cm
Museu Municipal de Coruche/Francisco Vasconcelos

[84] Pote
Segunda metade do século XX
Barro
A 31,5 x L 23cm
Museu Municipal de Coruche/António Matias Domingos

[85] *Cocho*
Segunda metade do século XX
Cortiça
A 8 x C 33,5 x L 17cm
Museu Municipal de Coruche/Ilda Gonçalves

[86] Cesta
Segunda metade do século XX
Junco
A 35 x C 42 x L 25cm
Maria do Rosário

[87] Pano bordado
Segunda metade do século XX
Algodão
C 50 x L 45cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[88] Panela azul
Segunda metade do século XX
Esmalte
A 11,5 x L 16cm
Museu Municipal de Coruche/Heraldo Bento

[89] Panela azul
Segunda metade do século XX
Esmalte
A 13,5 x L 17cm
António Brasileiro

[90] Panela cinza
Segunda metade do século XX
Esmalte
A 13,5 x L 17cm
Museu Municipal de Coruche/Joaquim José de Sousa Pereira

[91] Cesta
Segunda metade do século XX
Verga
C 34 x L 28cm
António Brasileiro

[92] Taleigo
Primeira metade do século XX
Algodão
C 32 x L 26,5cm
António Brasileiro

[93] Taleigo
Primeira metade do século XX
Algodão
C 32 x L 27cm
António Brasileiro

[94] Taleigo
Primeira metade do século XX
Algodão
C 48 x L 41cm
António Brasileiro

[95] Panela (#9)
Meados do século XX (réplica atual)
Barro
A 20 x L 17cm; testo A 3,5 x diâm. 10cm
Museu Municipal de Coruche

[96] Panela (#2)
Meados do século XX (réplica atual)
Barro
A 24 x L 20cm; testo A 4,5 x diâm. 13cm
Museu Municipal de Coruche

[97] Bicicleta
Triumph – Cycle Co. Ltd., Nottingham, England
Anos 60 do século XX
Ferro, cabedal, borracha, plástico e vidro
A 100,5 x C 166 x L 46cm
Museu Municipal de Coruche/Dionísio Simão Mendes

[98] Cesta
1966
Verga, madeira e ferro
A 23,5 x C 30,5 x L 21,5cm
Mário Ribeiro

[99] Motorizada
Zündapp-Werke GmbH, *München*
Segunda metade do século XX
Ferro, borracha, plástico e vidro
A 100,5 x C 169 x L 56cm
Clássicos Coruche/Luís Felismino

[100] Capacete
Nedimoto
Segunda metade do século XX
ABS (resina sintética), borracha, algodão
A 13,5 x C 25 x L 20cm
Clássicos Coruche/Luís Felismino

[101] Ceirões
Segunda metade do século XX
Verga
A 49 x C 91,5 x L 39,5cm
Museu Municipal de Coruche/Pedro José Rodrigues

[102] Bomba manual de gasolina de 5 litros
Dresser Europe, S.A.
Einbeck Branch, Germany
Modelo 3411
Número de série 33778
Segunda metade do século XX
Ferro, vidro, borracha e baquelite
A 162 x L 47 x P 50cm
Museu Municipal de Coruche/Fundo Antigo CMC

[103] Faca
Segunda metade do século XX
Aço e madeira
C 36,5 x L 7,5cm
Museu Municipal de Coruche/Manuel Filipe

[104] Faca
Segunda metade do século XX
Aço e madeira
C 33,5 x L 3,5cm
Museu Municipal de Coruche/Manuel Filipe

[105] Alguidar
Segunda metade do século XX
Barro vidrado a verde
A 19 x diâm. 58cm
Museu Municipal de Coruche/António Matias Domingos

[106] Colher de pau
Segunda metade do século XX
Madeira
C 60 x L 8,5cm
Museu Municipal de Coruche/António Matias Domingos

[107] Trapeça
Segunda metade do século XX
Madeira
A 54,5 x C 135 x L 55cm
Museu Municipal de Coruche/António Matias Domingos

[108] Raspadeira (#2)
Segunda metade do século XX
Ferro
C 20 x L 7cm
António Brasileiro

[109] Raspadeira
Segunda metade do século XX
Cortiça
A 3,5 x C 11,5 x L 9cm
Museu Municipal de Coruche/António Matias Domingos

[110] Balança de pilão
Segunda metade do século XX
Ferro
A 55 x C 116cm
António Bernardo dos Santos

[111] Tabuleiro das tripas
Segunda metade do século XX
Madeira
A 17 x C 84 x L 44cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

[112] Funil (#4)
Segunda metade do século XX
Alumínio
C 6 x L 8cm (máx)
Museu Municipal de Coruche/Joaquim José de Sousa Pereira

[113] Lanterna (#2)
Segunda metade do século XX
Madeira e latão
C 235 x L 31,5cm
Irmandade de Nossa Senhora do Castelo

[114] Vara de campino
Segunda metade do século XX
Madeira, ferro e latão
C 273,5cm
Museu Municipal de Coruche/Daniel Coelho

[115] Chocalho
Segunda metade do século XX
Ferro, latão, madeira e couro
C 58 x L 10cm
Museu Municipal de Coruche/Paulo Tomaz

[116] Chocalho
Segunda metade do século XX
Ferro, latão, madeira e couro
C 70 x L 15cm
Museu Municipal de Coruche/Paulo Tomaz

[117] Barrete de campino
Segunda metade do século XX
Lã e algodão
C 53 x L 24,5cm
Museu Municipal de Coruche/Júlia Maria Soares

Ficha técnica da exposição

CONCEITO E COORDENAÇÃO
Aníbal Mendes

INVESTIGAÇÃO/TEXTOS
Aníbal Mendes

CONSERVAÇÃO E PREPARAÇÃO DE PEÇAS
Dulce Patarra (coordenação)
Divisão de Obras e Equipamentos/CMC

FOTOGRAFIAS
Angélica Caçador, Aníbal Mendes, António José Teixeira, Arquivo Fotográfico/Câmara Municipal de Coruche, Bernardina Rosado, Carlos Leitão, Estação Vitivinícola Nacional/Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Fundo Fotocine/MMC, João Bessone, Joaquim Ribeiro Telles, José Luís Pereira, Luís Patrício, Margarida Oliveira Malta Romeiras, Museu Municipal de Benavente, Museu Municipal de Coruche

MULTIMÉDIA
Tânia Prates

REGISTOS SONOROS
Aníbal Mendes
Francisco de Oliveira Ruivo

REGISTOS FÍLMICOS
Aníbal Mendes
João Lopes Teles Branco

MUSEOGRAFIA E DESIGN
Lab (d) – oficina de design / João Camacho

REVISÃO DE TEXTOS
Ana Paiva

EXECUÇÃO E MONTAGEM
ODCL – oficina de cultura

APOIO TÉCNICO
Ana Correia, Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, Cristina Calais, Divisão de Obras e Equipamentos Municipais, Elodie Lemoine, Helena Claro, Joaquim Simões, Susete Oliveira

ILUMINAÇÃO
ODCL – oficina de cultura, Câmara Municipal de Coruche

EMPRÉSTIMO DE PEÇAS
António Bernardo dos Santos, António Brasileiro, António Francisco Teixeira, Clássicos Coruche, Graça Ribeiro da Cunha, Irmandade de Nossa Senhora do Castelo, Mariana Rosa Cordeiro, Mário Ribeiro

FINANCIAMENTO
Inalentejo – QREN

AGRADECIMENTOS
Adelino Ferreira, António Bernardo dos Santos, António Brasileiro, António Francisco Teixeira, António Holstein de Melo, António Manuel Oliveira, António Matias Aurélio, António Matias Domingos, António Pirralho, Associação de Produtores Florestais do Concelho de Coruche e Limítrofes, Associação de Regantes e Beneficiários do Vale do Sorraia, Clássicos Coruche, Constantino Orfaniz, Daniel Coelho, Diamantino Velez, Dionísio Simão Mendes, Edite Ferreira, Estação Vitivinícola Nacional/Instituto Nacional de Investigação Agrária e Veterinária, Fernando Paulos, Filomena Malacas, Francisco de Oliveira Ruivo, Francisco Peseiro, Francisco Vasconcelos, Graça Ribeiro da Cunha, Heraldo Bento, Ilda Gonçalves, Irina Coelho, Irmandade de Nossa Senhora do Castelo, Jesuíno Charrua, João do Vale, João Rebocho, Joaquim Banha, Joaquim Caçador, Joaquim Correia, Joaquim da Costa, Joaquim José de Sousa Pereira, Joaquim Manuel Cota, José Eduardo Eiras Dias, José Matias, José Moreira dos Santos, José Norte, José Pirralho Tanganho, Júlia Maria Soares, Lopes Barroso, Lúcio Faria, Luís Felismino, Manuel Ângelo das Neves Júnior, Manuel Filipe, Manuel Joaquim Ferreira, Margarida Oliveira Malta Romeiras, Maria do Rosário, Maria Isabel Vieira Pereira, Mariana Rosa Cordeiro, Mário Ribeiro, Paulo Rodrigues, Paulo Tomaz, Pedro José Rodrigues e a todos aqueles que de alguma forma colaboraram para a realização desta exposição

Coruche, 2018

Ficha técnica do catálogo

CONCEITO E COORDENAÇÃO GERAL
Aníbal Mendes

TEXTOS
Aníbal Mendes, Dionísio Simão Mendes, Fernanda Santos, João Sequeira/Jorge Custódio, Jorge Freitas Branco, José G. F. B. Núncio, Luís Marques, Miguel Teles Branco, Paula Godinho

FOTOGRAFIAS
Angélica Caçador [AC], Aníbal Mendes [AM], António Holstein de Melo [AHM], António José Teixeira [AJT], Artur Lopes [AL], Bernardina Rosado [BR], Bombeiros Municipais de Coruche [BMC], Câmara Municipal de Coruche (fundo antigo) [CMC], Carlos Leitão [CL], Fundo Fotocine [FFC], Graça Ribeiro da Cunha [GRC], Heraldo Bento [HB], João Bessone [JB], Joaquim Maria Ribeiro Telles [JMRT], Joaquim Mendes Grilo [JMG], José Luís Pereira [JLP], José Pirralho Tanganho [JPT], Luís Patrício [LP], Lurdes Braga [LB], Manuel Carrapo [MC], Margarida Oliveira Malta Romeiras [MOMR], Miguel Oliveira [MO], Museu Municipal de Benavente [MMB], Museu Municipal de Coruche [MMC], Nuno Filipe Canejo Virgílio [NFCV], Revista *Vida Ribatejana*, Rosa Cardinho [RC]

REVISÃO DE TEXTOS
Ana Paiva

DESIGN GRÁFICO
Lab (d) – oficina de design / João Camacho

CAPA/CRÉDITOS
Fotografias cedidas por: Margarida Oliveira Malta Romeiras

FINANCIAMENTO
Inalentejo – QREN

IMPRESSÃO
TIPOTEJO - Artes Gráficas, Lda.

EDIÇÃO
Câmara Municipal de Coruche/Museu Municipal de Coruche

DEPÓSITO LEGAL
444871/18

ISBN
978-989-8335-09-8

TIRAGEM
500 exemplares

AGRADECIMENTOS
Dionísio Simão Mendes, Fernanda Santos, João Sequeira/ /Jorge Custódio, Jorge Freitas Branco, José G. F. B. Núncio, Luís Marques, Miguel Teles Branco, Paula Godinho

Para que os textos apresentassem uma grafia uniforme, foi opção do editor utilizar o novo acordo ortográfico

Coruche, 2018

Edição

coruche município

CORUCHE MUSEU MUNICIPAL

Financiamento

INALENTEJO 2007.2013

QREN QUADRO DE REFERÊNCIA ESTRATÉGICO NACIONAL

UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional